

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

LUTIERO CARDOSO ESSWEIN

**O papel do desenvolvimento da produtividade do trabalho no processo
histórico**

PORTO ALEGRE

2019

LUTIERO CARDOSO ESSWEIN

**O papel do desenvolvimento da produtividade do trabalho no processo
histórico**

Dissertação submetida ao Programa
de Pós-Graduação em Filosofia da
Universidade Federal do Rio Grande
do Sul como requisito parcial à
obtenção do Título de Mestre em
Filosofia

Orientador: Prof. Dr. José Pinheiro
Pertille

PORTO ALEGRE

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Cardoso Esswein, Lutiero
o papel do desenvolvimento da produtividade do
trabalho no processo histórico / Lutiero Cardoso
Esswein. -- 2018.
161 f.
Orientador: José Pinheiro Pertille.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Porto
Alegre, BR-RS, 2018.

1. Forças produtivas. 2. Relações de Produção. I.
Pinheiro Pertille, José, orient. II. Título.

LUTIERO CARDOSO ESSWEIN

**O papel do desenvolvimento da produtividade do trabalho no processo
histórico**

Dissertação submetida ao
Programa de Pós-Graduação de
Filosofia da Universidade Federal
do Rio Grande do Sul como
requisito parcial à obtenção do
Título de Mestre em Filosofia

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Felipe Gonçalves Silva (UFRGS)

Prof. Dr. Hélio Ricardo do Couto Alves (UFRGS)

Prof. Dr. Ricardo Crissiuma (UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Ao professor Pertille, pela confiança, pelo exemplo de professor e pela orientação que venho recebendo desde a graduação e que foi essencial para o meu desenvolvimento na área da pesquisa acadêmica.

À minha mãe e à minha vó pelo apoio incondicional ao longo de toda vida.

À Amanda, pelo apoio e pelas conversas sobre Marx.

À Alice e aos meus amigos, pelo companheirismo.

[...] Dom Quixote já pagou pelo erro de presumir que a cavalaria andante seria igualmente compatível com todas as formas econômicas da sociedade.

— Karl Marx

RESUMO

Esta dissertação consistirá em uma defesa de que, para Marx, a contradição das relações de produção até então vigentes em uma época histórica com as forças produtivas pode ser compreendida no sentido de que estas relações deixaram de ser uma forma possível de organização da produção social e que, portanto, elas devem ser necessariamente substituídas por outras relações de produção.

Como justificativa para este sentido da contradição, sustentaremos que ele se encontra presente na investigação que Marx realiza das relações de produção capitalistas em *O Capital* e nos *Grundrisse*.

Será defendido que a controversa lei da queda tendencial da taxa de lucro, que foi concebida por Marx no terceiro volume de *O Capital*, estabelece um movimento necessário de queda da taxa de lucro média do capital global ou, em outros termos, dos diversos capitais da sociedade; e que esta queda da taxa de lucro, que se realiza num período de tempo longo, impõe um limite histórico para a continuidade das relações de produção capitalistas como a forma da organização da produção social.

Buscaremos sustentar também este sentido para a contradição das relações de produção com as forças produtivas em um trecho extraído dos *Grundrisse*, para o qual apresentaremos uma interpretação segundo a qual o desenvolvimento das forças produtivas, no interior das relações de produção capitalistas, ao implementar a automação nos processos produtivos, produz a impossibilidade de que relações de produção baseadas na exploração do trabalho excedente sejam possíveis.

Palavras-chave: Relações de produção. Forças de produção.

ABSTRACT

This dissertation will consist of a defense that for Marx the contradiction of the relations of production prevailing in a historical epoch with the productive forces can be understood in the sense that these relations ceased to be a possible form of organization of social production and which, therefore, must necessarily be replaced by other relations of production.

As justification for this sense of contradiction, we will argue that it is present in Marx's investigation of capitalist production relations in *Capital* and *Grundrisse*.

It will be argued that the controversial law of the tendential fall in the rate of profit, which was conceived by Marx in the third volume of *Capital*, establishes a necessary movement to lower the average profit rate of global capital or, in other words, of the manifold capitals of society; and that this fall in the rate of profit, which takes place over a long period of time, imposes a historical limit on the continuity of capitalist relations of production as the form of the organization of social production.

We will also try to support this sense for the contradiction of the relations of production with the productive forces in a passage extracted from the *Grundrisse*, for which we will present an interpretation according to which the development of the productive forces within the capitalist relations of production, when implementing the automation in productive processes, makes it impossible for production relations based on the exploitation of surplus labor to be possible.

Keywords: Relations of production. Forces of production.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. OS PRINCIPAIS CONCEITOS DO MATERIALISMO HISTÓRICO.....	11
2. O DEBATE EM TORNO DO MATERIALISMO HISTÓRICO.....	21
2.1. Breve resumo do debate histórico.....	21
2.2. A interpretação de Cohen.....	24
2.3. A crítica de Levine, Sober e Wright	36
2.4. O materialismo histórico mitigado.....	46
2.5. Contradição absoluta e contradição relativa	49
3. AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO CAPITALISTAS EM <i>O CAPITAL</i>.....	62
3.1. O método das aproximações sucessivas	62
3.2. Mercadoria, valor e dinheiro.....	64
3.3. As relações de produção capitalistas e seus principais conceitos	73
3.4. O desenvolvimento da produtividade do trabalho no interior das relações de produção capitalistas.....	86
3.4.1. Processo de acumulação de capital	86
3.4.2. Competitividade dos capitalistas entre si e aumento da produtividade social do trabalho.....	89
3.4.3. Aumento da taxa de mais-valia em decorrência do aumento da produtividade social do trabalho: a mais-valia relativa.	94
3.4.4. A composição técnica do capital e o seu aumento em decorrência do aumento da produtividade do trabalho.	99
3.4.5. A composição orgânica do capital e o seu aumento em decorrência do aumento da composição técnica do capital.....	102
3.4.6. O barateamento dos elementos do capital constante em decorrência do aumento da produtividade do trabalho	103
3.4.7. Diminuição da composição orgânica do capital em decorrência do barateamento dos elementos do capital constante	105

3.4.8. O aumento da composição técnica do capital e o barateamento dos elementos do capital constante produzem tenências opostas em relação à composição orgânica do capital.	106
3.4.9. O aumento da composição orgânica do capital como a tendência dominante	107
3.4.10. O aumento da composição orgânica acarreta em um aumento do trabalho morto em proporção ao trabalho vivo.....	110
3.4.11. A mais-valia relativa aumenta a composição orgânica do capital, mas não modifica a relação proporcional entre trabalho morto e trabalho vivo.	113
3.4.12. Formação de um exército reserva do proletariado em decorrência da mudança na composição orgânica do capital	115
4. A CONTRADIÇÃO ABSOLUTA.....	118
4.1. A lei da queda tendencial da taxa de lucro	118
4.1.1. A taxa de lucro	119
4.1.2. A lei da queda tendencial da taxa de lucro.....	122
4.1.3. As causas contrabalanceadoras da queda da taxa de lucro.....	126
4.1.4. As causas contrabalanceadoras contingentes	128
4.1.5. O rebaixamento do valor dos elementos do capital constante como causa contrabalanceadora.....	131
4.1.6. A mais-valia relativa como causa contrabalanceadora	134
4.1.7. Relação entre a lei da queda tendencial da taxa de lucro e a mais-valia relativa..	136
4.1.8. A lei da queda tendencial da taxa de lucro como limite para a reprodução das relações de produção capitalistas	147
4.2. A automação ou a diminuição absoluta do trabalho no processo de produção	150
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	156
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	160

INTRODUÇÃO

Em inúmeras passagens ao longo de sua obra, Marx afirma que o desenvolvimento das forças de produção produz uma contradição entre as relações de produção e as forças produtivas. A partir disto, surgiu uma vertente dentro do marxismo, a qual denominaremos de marxismo ortodoxo, que passou a defender uma interpretação do materialismo histórico segundo a qual esta contradição seria condição necessária e suficiente para que as relações de produção dominantes de uma época viessem a ser substituídas por outras.

Porém, Marx estabelece também que este tipo de transformação sempre envolve um conflito entre classes, pois em toda época em que este tipo de transformação pode se realizar, há classes sociais interessadas na manutenção da forma de organização da produção social vigente; e, portanto, as transformações na base econômica somente podem se realizar se houver uma classe ou conjunto de classes com interesse em promover tal transformação e com capacidade para realizá-la. Em razão disto, surgiu uma vertente dentro do marxismo, a qual denominaremos de marxismo ocidental, que defende que a contradição entre as relações de produção e as forças produtivas não é condição suficiente para que se realize uma modificação na base econômica, pois tal modificação somente se efetiva a partir da agência das classes sociais e esta agência não poderia ser explicada em função da contradição das relações de produção com as forças produtivas.

Em concordância com Levine Sober e Wright, defenderemos nesta dissertação que, para o materialismo histórico, o nível de desenvolvimento das forças de produção delimita o conjunto das relações de produção possíveis; sendo assim, o nível de desenvolvimento das forças de produção delimita os resultados possíveis dos conflitos entre classes. Neste caso, se por um lado a agência das classes e os resultados desta agência não são reduzidos a uma mera consequência mecânica do desenvolvimento das forças de produção, por outro, este desenvolvimento impõe restrições para aquilo que a agência das classes pode realizar.

Ao contrário de Levine, Sober e Wright, sustentaremos que o contínuo desenvolvimento das forças de produção pode fazer com que as formas de organização da produção social até então vigentes deixem de fazer parte do conjunto de relações de produção possíveis e, portanto, a continuidade das relações de produção em vigência deixa de ser uma possibilidade. Sendo assim, sustentaremos que a contradição das relações de produção com as forças produtivas, para Marx, pode significar que as relações de produção até então vigentes deixaram de ser formas possíveis da organização da produção material e, como a produção

material é condição para a própria existência de qualquer sociedade, elas precisam ser necessariamente substituídas por outras formas.

Para justificar que a contradição das relações de produção com as forças produtivas pode ser compreendida neste sentido, defenderemos que ela se encontra presente na investigação realizada por Marx das relações de produção capitalistas em *O Capital* – mais precisamente, na controversa lei da queda tendencial da taxa de lucro - e nos *Grundrisse*.

1. OS PRINCIPAIS CONCEITOS DO MATERIALISMO HISTÓRICO

Neste primeiro capítulo, faremos uma breve exposição dos principais conceitos do materialismo histórico de Marx.

Para Marx, a esfera mais fundamental de toda e qualquer sociedade é a da produção material, posto que sem ela nenhuma sociedade pode existir. O processo de produção material é sempre uma combinação de dois elementos essenciais, a saber, os meios de produção e a força de trabalho. Estes dois elementos do processo de produção constituem as condições de produção. Todo processo de produção tem como produto final um conjunto de valores-de-uso de uma espécie determinada.

Valores-de-uso são coisas úteis que satisfazem necessidades humanas, como trigo que possui a propriedade de alimentar ou ventiladores que servem para diminuir a sensação de calor.

A força de trabalho é a própria capacidade que um indivíduo possui de exercer uma atividade, um trabalho, tendo em vista a produção de um determinado valor-de-uso. Os meios de produção são os aspectos materiais da produção, tudo aquilo que a força de trabalho utiliza para produzir um determinado valor-de-uso. Marx decompõe os meios de produção em outros dois conceitos: os objetos de trabalho e os meios de trabalho.

Os objetos de trabalho são aquilo em que a força de trabalho se aplica para a produção de um determinado valor-de-uso. São objetos de trabalho a terra e todos os elementos que são extraídos dela e das águas, como peixes e madeira; quando os elementos extraídos da natureza são utilizados em um processo de produção posterior, eles se constituem como matérias-primas, as quais são também objetos de trabalho, como a madeira, na qual a força de trabalho se aplica para produzir cadeiras; ou a argila, na qual a força de trabalho se aplica para produzir objetos de cerâmica.

Os meios de trabalho são os elementos materiais que intermediam a aplicação da força de trabalho nos objetos de trabalho:

O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas para fazê-las atuar como meios de poder sobre outras coisas, conforme o seu objetivo.¹

¹ MARX, Karl. *O Capital*, volume I, tomo I. Trad.: Flávio R. Kothe e Regis Barbosa. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996. p.298.

São meios de trabalho, por exemplo, as máquinas e as ferramentas.

Todo processo de produção, consistindo ele na execução da força de trabalho de um indivíduo ou de muitos indivíduos por intermédio dos meios de trabalho e sendo aplicada esta força de trabalho sobre um objeto de trabalho, é também um processo de trabalho. E todo processo de trabalho pode ser um processo de trabalho individual, no qual um único indivíduo realiza todas as operações necessárias para produzir um conjunto de valores-de-uso de uma espécie determinada, ou pode ser um processo de trabalho no qual muitos indivíduos cooperam entre si, cada qual executando uma atividade específica e necessária na produção de um conjunto de valores-de-uso de uma espécie determinada.

O conceito de forças de produção ou forças produtivas diz respeito à capacidade produtiva de uma sociedade; esta capacidade produtiva é dada pela soma das forças de trabalho disponíveis com os meios de trabalho que permitem aumentar a capacidade produtiva destas forças de trabalho. Para entender de que modo os meios de trabalho permitem aumentar a capacidade da força de trabalho, vejamos este exemplo: um indivíduo que produz com um tear manual produz menos tecidos com um determinado *quantum* de trabalho do que um indivíduo que produz com um tear mecânico com este mesmo *quantum* de trabalho. Como as técnicas de trabalho e as formas de cooperação social do trabalho também podem permitir aumentar a capacidade da força de trabalho, elas também fazem parte do conceito de forças produtivas.

Quando consideramos uma sociedade determinada, temos que ela é composta por um número específico de indivíduos, cuja soma de suas forças de trabalho nos dá a força de trabalho humana total desta sociedade. Mas esta sociedade também possui um conjunto de meios de trabalho que aumentam a capacidade das forças de trabalho humanas desta sociedade. Além disto, estas forças de trabalho efetivam esta sua potência de trabalho segundo determinadas técnicas e segundo determinadas formas de cooperação social do trabalho. Portanto, a capacidade produtiva desta sociedade é resultado da combinação da força de trabalho humana com os meios de trabalho, segundo determinadas técnicas e determinadas formas de cooperação social do trabalho.

O conceito de forças de produção é sempre empregado em um contexto em que seu significado está relacionado à capacidade de produção da sociedade como um todo ou de toda uma época. Marx não se refere às forças produtivas da indústria x ou da indústria y, mas sim das forças produtivas da sociedade. Neste sentido, forças de produção expressam a capacidade de produção de uma sociedade, posto seus recursos de produção.

As forças de produção ou forças produtivas constituem a capacidade de produção de que uma sociedade dispõe. Este conceito diz respeito à potência de produção, e não à efetivação desta potência. Uma sociedade pode ter uma capacidade produtiva “x”, mas somente aproveitar uma parte desta potência, de modo que uma parte de sua capacidade produtiva seja desperdiçada.

O desenvolvimento das forças produtivas ou desenvolvimento das forças de produção diz respeito ao desenvolvimento da produtividade do trabalho. Como afirma Marx nos *Grundrisse*: “the growth of the productive forces of labour means merely that less direct labour is required in order to make a larger product”².

Quando, por meio da descoberta de novos meios de produção, de novas tecnologias, de novas técnicas e métodos de trabalho, ou do aperfeiçoamento de meios de produção antigos, se consegue aumentar a produtividade de um mesmo *quantum* de trabalho, de modo que, a partir destas novas descobertas, este mesmo *quantum* de trabalho passe a produzir uma quantidade maior de valores-de-uso, então houve um aumento da produtividade do trabalho.

Para ilustrar, vamos estabelecer um exemplo. Suponhamos uma comunidade que só produza e consuma trigo: 1000 indivíduos trabalham 8 horas por dia e produzem uma quantidade x de trigo. Agora vamos supor que, a partir da descoberta de novas técnicas e tecnologias, esses mesmos 1000 indivíduos passem a produzir duas vezes mais trigo do que a quantidade que produziam antes, com a mesma quantidade de trabalho. Se a necessidade de trigo não aumentou, então essa comunidade pode agora diminuir pela metade sua jornada de trabalho; ou pode reconfigurar a divisão social do trabalho, pois agora só é necessário metade dos indivíduos que antes produziam trigo, sendo que a outra metade fica agora liberada para produzir outros valores-de-uso para a comunidade; ou por fim, esta comunidade pode produzir duas vezes mais trigo e trocar metade do produto de seu trabalho por artigos produzidos em outras comunidades.

Neste exemplo, fizemos uma suposição bastante irreal de uma sociedade que produz apenas um bem. Isso demonstra que o desenvolvimento da produtividade do trabalho é “quantificável”. Mas é difícil demonstrar de que modo se pode quantificar o aumento da produtividade do trabalho quando consideramos uma sociedade que produz uma variedade infundável de valores-de-uso. Suponhamos, por exemplo, uma sociedade que produz uma variedade de 20 valores-de-uso diferentes. Uns pescam, outros cortam lenha, outros produzem roupas, etc. Vamos supor que apenas 1/100 da força de trabalho desta comunidade se dedica a

² Apud: COHEN, G.A. *Karl Marx's Theory of History – A Defence*. Princeton: Princeton University Press, 2000. p.55.

produzir roupas. Vamos supor também que a produtividade do trabalho na produção de roupas se duplique. Se poderia dizer que a produtividade do trabalho aumentou? De fato, ela dobrou no ramo que produz roupas. Mas quando Marx fala do desenvolvimento das forças produtivas, ele não se refere ao desenvolvimento da produtividade do trabalho em um ramo específico apenas, mas em um desenvolvimento da produtividade média do trabalho da sociedade. Portanto, neste exemplo que consideramos, o aumento da produtividade social do trabalho em apenas um ramo que empregava pouca força de trabalho em termos relativos tem um efeito muito ínfimo no aumento da produtividade social média do trabalho, de modo que não se pode dizer que houve um desenvolvimento considerável das forças de produção. Porém, Marx não estabelece um critério para demarcar com precisão em quais casos o aumento da produtividade social do trabalho representa um desenvolvimento considerável das forças produtivas. Mas podemos estabelecer três casos em que o desenvolvimento da produtividade social do trabalho ocasiona um progresso significativo das forças produtivas:

1. Quando o desenvolvimento da produtividade social do trabalho se dá em um ramo que emprega muita força de trabalho. Este é o caso do aumento da produtividade social do trabalho na produção de bens de subsistência no campo. Em uma certa etapa do desenvolvimento histórico da humanidade, a maior parte da força de trabalho tinha de estar produzindo víveres, bens de subsistência, seja lavrando a terra, colhendo, pescando, pastoreando o gado, etc. Com o aumento da produtividade social do trabalho nestes ramos, a força de trabalho que antes era empregada quase que integralmente com a produção de víveres pôde ser deslocada para outras áreas de produção, como no nosso exemplo dos produtores de trigo. O aumento da produtividade social do trabalho é o fundamento necessário para a diversificação da divisão social do trabalho. Quanto menos pessoas são necessárias para produzir uma quantidade “x” de um bem, maior é a quantidade de indivíduos que podem empregar sua força de trabalho em outros ramos de produção. Se a produtividade social do trabalho no campo fosse tão baixa que cada indivíduo somente pudesse produzir o necessário para seu próprio consumo e de sua prole, então não haveria produtores de sapatos, de cerâmica ou ferreiros, e também não haveria cientistas, padres e filósofos, pois todos os membros da comunidade seriam lavradores. Quando o aumento da produtividade do trabalho aplicado ao campo é tal que permite que um trabalhador agrícola produza víveres que podem ser consumidos por 1000 pessoas, por exemplo, isso torna possível que, para cada produtor agrícola, 999 pessoas possam aplicar sua força de trabalho algum outro ramo de produção.

2. Quando ocorrem transformações, seja de natureza técnica ou tecnológica, que podem ser empregadas em muitos ramos de produção aumentando a produtividade social média de todos estes ramos. Isso ocorre, por exemplo, quando são descobertas novas fontes de energia que podem ser empregadas em muitos ramos de produção. Ou quando há a descoberta de novas tecnologias que podem ser usadas também por muitos ramos de produção, como a revolução industrial do século XVIII. As possíveis consequências do aumento da produtividade decorrentes desta razão são as mesmas que as possíveis consequências decorrentes do aumento da produtividade em um ramo em que muita força de trabalho da sociedade é empregada, como o aumento da divisão social do trabalho.

3. Quando há um aumento da produtividade social do trabalho paulatino e generalizado nos diversos ramos de produção pelos mais diversos motivos.

Portanto, o desenvolvimento das forças produtivas se refere à descoberta de novas tecnologias, à invenção de novos instrumentos e máquinas, de novas formas de cooperação do trabalho e de novas técnicas de trabalho, que permitem aumentar a produtividade média do trabalho social.

O desenvolvimento das forças produtivas significa que houve um aumento potencial da produtividade do trabalho. Mas isto não significa que uma sociedade determinada aproveitará este aumento da capacidade produtiva, pois como veremos no próximo capítulo, algumas formas de organização da produção econômica criam entraves para o uso eficiente de sua capacidade produtiva.

Tendo em vista que os seres humanos não produzem individualmente, mas fazem parte de uma produção social, eles precisam de uma organização social de sua produção.

Vamos tentar elucidar este conceito com um exemplo contraposto. Robinson Crusóé, isolado em sua ilha, realiza uma produção individual de seus bens materiais. Ele mesmo determina, individualmente, de que modo distribuirá sua jornada diária de trabalho segundo diferentes afazeres. Durante 2 horas de sua jornada de trabalho ele pode decidir pescar, depois pode dedicar outras 2 horas para caçar, e outras 3 para construir uma lança. A organização de sua produção é individual. Ele mesmo decide de que modo aplicar sua força de trabalho e quais meios de trabalho produzir para aumentar a capacidade produtiva de seu trabalho.

Porém, quando consideramos uma sociedade, temos que os indivíduos desta sociedade precisam constituir entre si relações por meio das quais eles determinam de que modo as condições de produção serão utilizadas para a produção dos valores-de-uso que irão satisfazer

as necessidades dos membros da sociedade. Ou seja, eles precisam de relações por meio das quais determinem de que modo a força de trabalho e os meios de produção serão utilizados, em que ramos serão aplicados, de que modo o produto do trabalho será repartido entre os membros desta sociedade. Estas relações econômicas são, portanto, relações que dizem respeito à organização e ao controle das condições de produção, como também ao controle do processo de produção. Marx denomina estas relações de relações de produção.

As relações de produção por meio das quais os seres humanos organizam sua produção social se dividem em dois grupos: as relações de produção constituídas por classes sociais, e as relações de produção que não são constituídas por classes sociais.

Nas relações de produção em que não existem classes sociais, o controle das condições de produção e do processo de trabalho se realiza de modo mais ou menos igualitário entre os membros de uma sociedade. Não existe nesta forma de sociabilidade econômica a propriedade privada sobre as condições de produção ou a exploração do trabalho excedente. O exemplo histórico que Marx utiliza para estas relações de produção é o do comunismo primitivo, que predominou nos primeiros períodos da história da humanidade.

Nas relações de produção em que existem classes sociais, estas classes se diferenciam em razão de que uma delas tem maior ou total controle das condições de produção e do processo de produção e a outra possui menor controle ou nenhum. Estas classes recebem a denominação de classe dominante e de classe trabalhadora ou classe dos produtores diretos. A classe dominante é a classe que possui maior controle ou todo o controle das condições de produção. A classe trabalhadora é a classe que possui menor controle ou nenhum controle das condições de produção - incluindo a própria força de trabalho dos membros desta classe.

Marx identifica quatro tipos de relações de produção constituídas por classes: as relações de produção asiáticas - ou também denominadas posteriormente por marxistas de relações de produção tributárias -, as relações de produção escravistas, as feudais e as capitalistas.

Uma característica essencial destas relações de produção constituídas por classes é a exploração do trabalho dos produtores diretos pela classe dominante.

A exploração do trabalho se dá por meio daquilo que Marx denomina de extração do trabalho excedente. Os indivíduos que compõem a classe dos produtores diretos produzem durante uma jornada de trabalho de “x” horas. Estas “x” horas se decompõem em duas partes: uma delas, que Marx denomina de tempo de trabalho necessário ou trabalho necessário, é aquela em que os produtores diretos produzem valores-de-uso que serão consumidos por si mesmos e por sua família; a outra parte, que Marx denomina de tempo de trabalho excedente

ou trabalho excedente, é aquela em que os produtores diretos produzem valores-de-uso que serão consumidos pelos membros da classe dominante. Ou em outros termos, a fração da jornada de trabalho dos produtores diretos que corresponde ao tempo de trabalho necessário é aquela em que os produtores diretos produzirão valores-de-uso para si; e a fração da jornada de trabalho destes produtores diretos que corresponde ao tempo de trabalho excedente é aquela em que os trabalhadores produzirão valores-de-uso para os membros da classe dominante.

Vamos ilustrar com um exemplo. Na forma clássica das relações de produção feudais, os servos produzem durante 3 dias da semana em uma parcela de terra que lhes é designada como sua posse, e durante outros 3 dias da semana em uma parcela de terra que pertence ao senhor feudal. Na fração da jornada de trabalho semanal em que os servos trabalham na sua posse de terra, eles produzem valores-de-uso que eles mesmos consumirão e, portanto, constitui-se essa fração de sua jornada de trabalho semanal em trabalho necessário. Na fração da jornada de trabalho em que os servos trabalham no “domínio” ou “manso senhorial”, eles produzem valores-de-uso que serão consumidos pelo senhor feudal e seu séquito e, portanto, constitui-se essa fração da jornada de trabalho em trabalho excedente.

Nas formas de organização da produção social constituídas por classes, a extração do trabalho excedente dos produtores diretos é a finalidade principal pela qual a produção de riquezas se realiza, é a razão que motiva os membros da classe dominante a conjugarem a força de trabalho dos produtores diretos com os meios de produção, comandando o processo de produção de riquezas.

Estas formas de sociabilidade econômica constituídas por classes se distinguem entre si pela forma específica com que a apropriação das condições de produção é realizada pelos membros da classe dominante, ou o que dá no mesmo, por uma forma específica de propriedade dos meios de produção e da força de trabalho.

Nas relações de produção escravistas, os produtores diretos se convertem em “propriedade” dos membros da classe dominante e, em razão disto, estes últimos possuem controle total sobre a força de trabalho dos produtores diretos e sobre os processos de produção.

As relações de produção tributárias e feudais se configuram pela apropriação de alguém ou de alguns indivíduos do solo, que na época histórica em que estas relações se estabeleceram, era o principal objeto de trabalho. Estas duas formas diferenciam-se, entre outras razões, pelo fato de que nas primeiras é o próprio estado o proprietário de todas as terras, enquanto que nas relações feudais, o solo é propriedade de uma classe composta por

muitos *landlords*. A grande massa dos produtores diretos, nestas formas econômicas, obtém a posse de parcelas do solo para aplicar sua força de trabalho e produzir valores-de-uso; mas em troca, precisa dedicar parte de seu trabalho para produzir um excedente que será apropriado pelo proprietário da terra, seja ele o estado ou um *landlord* feudal. Para não confundirmos as relações de produção tributárias e feudais com as capitalistas, temos também de especificar que, nas duas primeiras, os produtores diretos não possuem a escolha de produzir ou não. Nestas formas, o produtor direto é obrigado a produzir num solo que lhe foi designado pelo proprietário da terra, obrigação esta sustentada pela força do costume ou da coerção física.

Por fim, temos as relações de produção capitalistas em que os produtores diretos se encontram dissociados dos meios de produção; não possuindo meios e objetos de trabalho para conjugar com sua força de trabalho, eles não podem produzir seus víveres. Os capitalistas, por seu turno, possuem a propriedade dos meios e objetos de trabalho. Deste modo, os segundos compram a força de trabalho dos primeiros para que estes apliquem sua força de trabalho nos meios de produção, e os produtores diretos se veem obrigados a vender sua força de trabalho em troca de um salário, posto não poderem produzir seus víveres.

Para que determinadas relações de produção sejam estabelecidas, elas precisam fazer parte do conjunto possível de relações de produção; este conjunto possível é determinado pelas condições materiais de produção. As condições materiais são dadas pelas forças produtivas: posto um determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas, há um conjunto de relações de produção possíveis e um conjunto de relações de produção que não são possíveis. Dizer que determinadas relações de produção não são possíveis tendo em vista as condições materiais significa dizer que, em razão do nível de desenvolvimento das forças de produção, estas relações de produção não se constituem em uma organização econômica que permite a produção material da sociedade. Por exemplo, durante o primeiro período da história humana, a forma de organização social da produção foi em todos os lugares a do comunismo primitivo. Isto porque, posto o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, as relações de produção constituídas por classes não eram possíveis: as condições materiais para este tipo de configuração econômica não estavam satisfeitas.

As relações de produção constituídas por classes econômicas somente são possíveis se a produtividade do trabalho permitir que um indivíduo produza mais valores-de-uso diariamente do que a quantidade de valores-de-uso que ele precisa consumir diariamente. Como vimos há pouco, a classe dominante se configura por um conjunto de indivíduos que satisfazem suas necessidades consumindo o produto do trabalho excedente dos produtores diretos. Mas se a produtividade do trabalho for muito baixa, de modo que os produtores

precisem consumir tudo aquilo que produzem, então não haverá excedente de produção. Sendo assim, toda a jornada de trabalho dos produtores diretos será composta pelo tempo de trabalho necessário. Escravos, servos e proletários, e em correspondência, senhores de escravos, senhores feudais e capitalistas, somente podem existir se a produtividade do trabalho for tal que um indivíduo produza mais valores-de-uso do que necessita para sobreviver e, deste modo, uma parte de sua produção pode ser consumida por outrem.

Posto que as relações de produção em que há classes se constituem como relações de exploração e de conflito de interesses entre classes, a classe dominante de uma destas relações precisa dispor de certos mecanismos por meio dos quais ela possa evitar que possíveis revoltas da classe dominada consigam desfazer estas relações de produção. Em termos gerais, estes mecanismos são de dois tipos: o mecanismo coercitivo, ou seja, o poder da força, das armas, por meio do qual a classe dominante pode subjugar os indivíduos da classe trabalhadora em caso de possível revolta, sendo que este poder, em geral, Marx atribui ao estado; e o mecanismo ideológico, que são as crenças gerais de uma época, concernentes à esfera da moral, da religião, da filosofia, cuja função é legitimar as relações de produção em que há exploração do trabalho perante os próprios membros da classe trabalhadora, de modo que estes, ao se identificarem com estas crenças, não se sintam motivados em promover revoltas.

As ideologias de uma época, que possuem a função de legitimar as relações de produção em que há exploração, ou então de mascará-las, podem ser produzidas pelos próprios indivíduos de uma época, como por exemplo as religiões, que são sempre construções culturais – embora nem sempre estas construções sejam produzidas conscientemente para servirem de função ideológica; ou então podem ser uma falsa compreensão da realidade que é consequência das próprias condições de produção, como é o caso do que Marx denomina de fetichismo das mercadorias.

Ao conjunto de relações de produção de uma determinada sociedade, dá-se o nome de infraestrutura econômica; ao conjunto das demais esferas sociais que tem como função a preservação de determinadas relações de produção como as dominantes, dá-se o nome de superestrutura.

Marx denomina de formação social a uma sociedade considerada em seu todo, levando-se em conta tanto a infraestrutura econômica quanto à superestrutura, e à relação orgânica entre ambas as esferas.

A infraestrutura econômica de uma sociedade, via de regra, é constituída por mais de uma relação de produção. Por exemplo, no mundo antigo grego-romano havia relações de

produção escravistas, mas havia também pequenos produtores camponeses, que produziam em uma pequena parcela de terra e não eram escravos e nem possuíam escravos. Mas há sempre aquelas relações de produção que são as dominantes de uma época. As relações de produção dominantes não são aquelas que predominam quantitativamente, mas sim aquelas a partir das quais a classe dominante de uma época obtém o seu excedente econômico. Durante boa parte da história greco-romana clássica predominaram, em termos quantitativos, as relações econômicas do pequeno camponês, proprietário de seus meios de produção e sem posse de escravos. Porém, as relações de produção dominantes eram as escravistas, pois eram estas as relações por meio das quais a classe dominante desta época obtinha a maior parte de seu excedente econômico.

Marx classifica as diversas formações sociais que existiram ao longo da história segundo as relações de produção dominantes de cada uma delas: “Apenas a forma pela qual esse mais-trabalho é extorquido do produtor direto, do trabalhador, diferencia as formações socioeconômicas, por exemplo a sociedade da escravidão da do trabalho assalariado”³. Por exemplo, as sociedades do período greco-romano clássico são classificadas como formações sociais escravistas, posto que nelas, as relações de produção dominantes eram as escravistas. No mundo contemporâneo, a quase totalidade das sociedades são formações sociais capitalistas, posto que nelas, as relações de produção dominantes são aquelas em que a exploração do trabalho se constitui como extração de excedente econômico pelo capital. Assim, Marx define a característica geral das sociedades a partir da forma de sociabilidade econômica que sustenta a classe dominante destas sociedades. Deste modo, se no processo histórico, em uma sociedade determinada, as relações de produção dominantes se modificam, por exemplo, das relações x para as relações y, disto se segue que esta sociedade se transmuta de uma formação social x para uma formação social y.

³ MARX, Karl. *O Capital*, volume I, tomo II. Trad.: Flávio R. Kothe e Regis Barbosa. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996. p.332.

2. O DEBATE EM TORNO DO MATERIALISMO HISTÓRICO

2.1. Breve resumo do debate histórico

O materialismo histórico é uma teoria concebida pelo filósofo e economista político Karl Marx conjuntamente com Friedrich Engels que procura estabelecer as causas que do processo histórico. Não é uma teoria que pretende explicar um processo histórico particular, mas o processo histórico da humanidade como um todo. Os dois pensadores alemães entendem que o processo histórico se constitui como uma sucessão de formações sociais, ou em outros termos, modos de produção; as pretensões explicativas do materialismo histórico não se reduzem a estabelecer as causas da transição histórica de uma formação social particular para outra formação social particular, mas sim em estabelecer as causas que explicam toda e qualquer transição histórica de uma formação social para outra. Neste sentido, o materialismo histórico é uma teoria universalista da história.

Porém, há um grande debate entre os marxistas acerca de quais causas Marx e Engels estabelecem como as principais para explicar as transições históricas. Alguns marxistas defendem que estas causas estão vinculadas à luta entre classes; um outro grupo de marxistas defende que a principal causa em razão das qual o processo histórico se realiza é o desenvolvimento das forças produtivas e a inevitável contradição entre as forças de produção desenvolvidas e as relações de produção dominantes até então vigentes.

O primeiro grupo não desconsidera a importância das forças produtivas para explicar o processo histórico, pois se uma determinada formação social substituiu uma outra, é porque o desenvolvimento das forças de produção criou as condições materiais que tornaram possível esta nova formação social. Mas para estes marxistas, é a agência das classes que faz com que eclodam revoluções por meio das quais a substituição de uma formação social por outra se realiza. Sem agência de classes, não pode haver uma revolução. E o interesse em promover uma revolução deve partir das classes não-dominantes de uma época; portanto, para estes marxistas, as revoluções teriam como causa principal a revolta e ação das classes dominadas de uma época.

O segundo grupo de marxistas não desconsidera a importância da agência e luta entre classes para explicar o processo histórico, pois sem a agência de classes interessadas em promover uma revolução esta não se torna possível. Mas os marxistas que fazem parte deste grupo atribuem primazia explicativa ao desenvolvimento das forças produtivas e sua inevitável contradição com as relações de produção por duas razões: primeiro, porque é o

desenvolvimento das forças de produção que possibilita o surgimento de novas relações de produção; segundo, porque estes marxistas entendem que a própria capacidade das classes não-dominantes de uma época de promover uma revolução está vinculada à contradição das forças de produção com as relações de produção.

Este debate acerca da teoria geral do materialismo histórico produziu um outro debate acerca da investigação de Marx sobre as causas que poderiam engendrar um colapso do capitalismo. Os marxistas ligados ao primeiro grupo defendem que, para Marx, o fim do capitalismo, por depender da agência do proletariado, não pode se realizar apenas em razão de um colapso econômico; os marxistas do segundo grupo defendem que o desenvolvimento das forças produtivas levaria a um colapso econômico do capitalismo, embora o proletariado poderia, por meio de sua agência, promover uma revolução antes de que o colapso econômico se desse. Vemos aqui uma outra diferença entre estes dois grupos de marxistas: enquanto que os primeiros estabelecem que o fim das formações sociais e, conseqüentemente, da formação social capitalista, não são inevitáveis, o segundo grupo defende que as transições históricas são inevitáveis.

Num longo período após a morte de Marx, a interpretação predominante do materialismo histórico foi a dos marxistas que atribuem a primazia explicativa ao desenvolvimento das forças produtivas e a contradição destas com as relações de produção. Em razão disto, esta interpretação é muitas vezes denominada de marxismo ortodoxo. Com a eclosão da revolução russa em 1917, poderia parecer que esta interpretação de Marx acabaria se mostrando mais fraca, pelo menos em termos de sua factibilidade, pois esta revolução instituiu uma sociedade socialista sem que a Rússia tivesse se tornado uma formação social capitalista e, portanto, sem que neste país tivesse havido um colapso econômico do capitalismo. Mas não foi o que ocorreu. Lenin nunca deixou de endossar a interpretação de Plekhanov do materialismo histórico, sendo este, talvez, o maior representante do marxismo ortodoxo da época. Após a morte de Lenin, Stálin estabeleceu o marxismo ortodoxo como a visão oficial do estado russo – embora segundo uma interpretação mais vulgar, atribuindo ao processo histórico de todas as sociedades uma mesma sucessão necessária de formações sociais.

Uma grande corrente de marxistas que argumentavam em favor de uma interpretação do materialismo histórico que atribuía à luta entre classes a primazia explicativa do processo histórico somente surgiu em meados da década de vinte do século passado, tendo como seus primeiros grandes expoentes Lukács e Antonio Gramsci. Para os teóricos do marxismo ocidental, o capitalismo não implodiria por razões meramente econômicas e, portanto, era

necessário preparar as massas para promoverem a revolução socialista. Sendo assim, as discussões destes marxistas estavam muito mais vinculadas à cultura e política do que à economia. Por ter esta corrente se desenvolvido, sobretudo, em países da Europa ocidental, ela foi denominada de marxismo ocidental.

Não pretendemos aqui efetuar uma exposição exaustiva do debate histórico realizado por estas duas grandes vertentes do marxismo. Ao invés disto, exporemos uma análise de um debate que se realizou dentro de uma corrente do marxismo denominada de marxismo analítico e que sintetiza bem as teses e argumentos apresentados na discussão histórica sobre a teoria de Marx. Este debate que exporemos a seguir se deu entre o marxista canadense Gerald Cohen, de um lado, e os marxistas analíticos Erik Olin Wright, Andrew Levine e Elliot Sober do outro.

O marxismo analítico, corrente da qual todos estes intérpretes fazem parte, foi uma vertente do marxismo caracterizada pela aplicação dos instrumentos da filosofia analítica à análise das teses econômicas, políticas e históricas de Marx. Os marxistas analíticos se propuseram a analisar as teses do filósofo alemão com um rigoroso esclarecimento dos conceitos envolvidos nestas teses, e uma não menos rigorosa reconstrução dos argumentos estabelecidos por Marx. Podemos afirmar que um dos grandes méritos do marxismo analítico foi ter conseguido realizar este seu objetivo e esta é uma das razões pelas quais empreenderemos uma investigação do debate que se realizou no interior desta corrente.

O ponto de partida deste debate é o livro de Cohen intitulado de *Karl Marx's Theory of History: A Defence*, publicado em 1978 e posteriormente reformulado em uma nova publicação no ano de 2000. Neste livro, Cohen defende uma interpretação do materialismo histórico segundo a qual a principal causa que explicaria as transições históricas seria o desenvolvimento das forças produtivas e a contradição destas forças produtivas, em um dado momento de seu desenvolvimento, com as relações de produção no seio das quais este desenvolvimento se deu. Sendo assim, Cohen é partidário do materialismo ortodoxo.

Levine, Sober e Wright não fazem parte da vertente do marxismo ocidental. Em verdade, eles concordam com a interpretação que Cohen efetua da teoria da história de Marx. As críticas destes autores não se direcionam à interpretação de Cohen, mas à própria capacidade explicativa do materialismo histórico, ou em outros termos, à sua adequação ao modo com que o processo histórico realmente se realiza. Entretanto, estas críticas que eles dirigem ao materialismo histórico são, em termos gerais, as mesmas que os marxistas ocidentais dirigem à interpretação ortodoxa do materialismo histórico, embora os marxistas ocidentais, ao contrário de Levine, Sober e Wright, realizem uma crítica à interpretação do

materialismo histórico que consideram incongruente com o que Marx realmente escreveu. Mas há mais um ponto em comum entre estes marxistas analíticos e os marxistas políticos: Levine, Sober e Wright procuram, a partir das falhas que eles reconhecem no materialismo histórico, reconstruir o modelo explicativo de Marx, por meio da modificação de algumas premissas e teses, e este novo modelo que eles apresentam é, em termos gerais, idêntico à interpretação que os marxistas ocidentais fazem do materialismo histórico.

As críticas que Levine, Sober e Wright fazem ao materialismo histórico, assim como a modificação que propõem à teoria da história de Marx, foram apresentadas no livro *Arguing for Socialism*, este escrito apenas por Levine e publicado no ano de 1984, e no livro *Reconstruindo o Marxismo*, publicado em 1992.

2.2. A interpretação de Cohen

O principal texto que Cohen se utiliza para basear sua interpretação do materialismo histórico é um parágrafo retirado do livro de Marx intitulado de *Contribuição à Crítica da Economia Política*, cuja publicação se deu no ano de 1859. Este mesmo texto é usado pela maioria dos marxistas ortodoxos para defender sua interpretação da teoria da história de Marx. Nele, o filósofo alemão afirma que:

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura. se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção - que podem ser verificadas fielmente com ajuda das ciências físicas e naturais - e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim. Do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. E preciso, ao

contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção.⁴

A interpretação que Cohen realiza deste parágrafo, que em termos gerais é congruente com a interpretação do materialismo ortodoxo, pode ser sintetizada em seis teses:

[1] Para cada nível de desenvolvimento das forças de produção, os seres humanos estabelecem entre si determinadas relações de produção que correspondem a este nível de desenvolvimento das forças de produção.

[2] Para determinadas relações de produção que foram estabelecidas pelos seres humanos como a sua forma de organização da produção social, surgem determinadas instituições políticas e formas gerais de pensamento que correspondem a estas relações de produção.

[3]: Com o passar do tempo, as forças de produção se desenvolvem.

[4] A partir de um certo ponto deste desenvolvimento das forças produtivas, as relações de produção no seio das quais as forças de produção se desenvolveram entram em contradição com estas forças produtivas desenvolvidas, ou em outros termos, deixam de estar em uma relação de correspondência com as mesmas.

[5] Se as relações de produção vigentes até então entram em contradição com as forças de produção, as primeiras se modificam necessariamente, de modo a se adaptarem às forças produtivas desenvolvidas.

[6] Com a modificação das relações de produção, as instituições políticas e formas de pensar se modificam, de modo a se adaptarem a estas novas relações de produção.

Para Cohen, este parágrafo de Marx estabelece uma relação entre as forças produtivas e as relações de produção, e entre estas últimas e a superestrutura de uma sociedade. O foco de sua investigação se direciona à primeira relação.

Cabe também destacar que o marxista analítico atribui uma ênfase maior de sua análise às teses [3] e [5], às quais ele denomina, respectivamente, de tese do desenvolvimento

⁴ MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Trad.: Florestan Fernandes. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 47-48.

e tese da primazia explicativa. Como veremos logo em seguida, Cohen procura desenvolver uma justificativa para estas duas teses que não se encontra presente no texto de Marx.

Pode-se resumir a interpretação de Cohen da relação entre as relações de produção e as forças produtivas, tal como se encontra presente no parágrafo do prefácio, do seguinte modo: em uma sociedade, durante um determinado período de tempo, determinadas relações de produção persistem como a forma de organização da produção social porque elas são compatíveis com o nível de desenvolvimento das forças produtivas. Ao longo do tempo, estas forças de produção se desenvolvem até chegar um momento em que as relações de produção vigentes deixam de ser compatíveis com as forças de produção que se desenvolveram em seu seio. Quando esta incompatibilidade é estabelecida, haverá, necessariamente, uma substituição das relações de produção incompatíveis com as forças produtivas por outras que são compatíveis.

Cohen define uma relação de correspondência entre as relações de produção e as forças produtivas do seguinte modo: um conjunto de relações de produção é compatível ou corresponde a um determinado nível de desenvolvimento das forças de produção quando este conjunto de relações de produção permite que as forças produtivas continuem se desenvolvendo e faz um uso eficiente da capacidade de produção proporcionada pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas. E inversamente, um conjunto de relações de produção é incompatível ou entra em contradição com as forças de produção quando este conjunto de relações de produção torna-se um obstáculo ao contínuo desenvolvimento das forças produtivas e faz um uso ineficiente da capacidade de produção proporcionada pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas.⁵

Como expusemos no capítulo 1, as forças produtivas dizem respeito à capacidade de produção de uma sociedade determinada. Portanto, elas são um índice da potência da produção de riqueza de uma sociedade. Determinadas relações de produção fazem um uso eficiente das forças produtivas quando e porque estas relações de produção permitem que a capacidade de produção de riquezas propiciada pelas forças de produção seja efetivada, ou seja, converta-se em riqueza real. E, inversamente, determinadas relações de produção fazem um uso ineficiente das forças produtivas quando e porque estas relações de produção aproveitam mal a capacidade de produção de riqueza propiciada pelas forças produtivas, de

⁵ Na primeira versão de *Karl Marx's Theory of History: A Defence*, Cohen concebe que uma incompatibilidade das relações de produção com as forças produtivas se dá quando determinadas relações de produção bloqueiam o contínuo desenvolvimento das forças produtivas. Posteriormente à publicação desta primeira versão, o autor reconhece que este conceito deve abarcar a situação em que determinadas relações de produção fazem um uso ineficiente das forças de produção.

modo que a produção de riqueza resultante do trabalho social organizado por estas relações de produção seja muito aquém da capacidade de produção de riqueza que as forças produtivas permitem.⁶

Com esta elucidação, podemos agora estabelecer uma síntese mais precisa da interpretação de Cohen: determinadas relações de produção persistem durante um período histórico em razão de que estas relações de produção permitem um desenvolvimento contínuo das forças de produção ou permitem um uso eficiente das mesmas. Com o contínuo desenvolvimento das forças produtivas, chega um momento em que as relações de produção vigentes tornam-se um entrave para o desenvolvimento ininterrupto das forças de produção e passam a fazer um uso ineficiente da capacidade produtiva propiciada por estas forças de produção. A partir do momento em que se estabelece esta contradição, realiza-se um processo social por meio do qual as relações de produção que se tornaram obsoletas são substituídas por novas relações de produção, que permitem que as forças de produção continuem se desenvolvendo e que a capacidade produtiva destas forças de produção possa ser aproveitada com um grau de eficiência mais elevado.

Todavia, Cohen não entende que a substituição das relações de produção que se tornaram incompatíveis com as forças produtivas se dê de maneira automática logo após a contradição ter sido estabelecida. Esta substituição pode levar algum tempo, mas para o marxista canadense, ela deve necessariamente se realizar.

Em razão do contínuo desenvolvimento das forças produtivas, as relações de produção precisam ser modificadas de modo a que a organização econômica da sociedade se adapte a este desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Não são as forças de produção que regridem para que determinadas relações de produção se mantenham; mas o contrário, são as relações de produção que precisam se modificar para que as forças produtivas não regridam. Esta mesma ideia é apresentada por Marx em carta escrita a Pável V. Annenkov em 1846:

Os homens jamais renunciam àquilo que conquistaram, mas isto não quer dizer que não renunciem jamais à forma social sob a qual adquiriram determinadas forças produtivas. Muito ao contrário. Para não serem privados do resultado obtido, para não perder os frutos da civilização, os homens são constrangidos, a partir do momento em que o modo do seu comércio não corresponde já às forças produtivas adquiridas, a modificar todas as suas formas sociais tradicionais (emprego aqui a

⁶ No *Manifesto Comunista*, por exemplo, Marx se refere às crises econômicas do capitalismo como sintomas da incompatibilidade das relações de produção com as forças produtivas. As crises nesta formação social levam a uma paralisação de parte da produção social, isto é, uma parte das forças produtivas da sociedade fica inoperante e, deste modo, o potencial de produção de riqueza é aproveitado muito abaixo de sua real capacidade. Estas crises seriam, para Marx, o sinal de que “a sociedade burguesa moderna, que conjurou gigantescos meios de produção e de troca, assemelha-se ao feiticeiro que já não pode controlar os poderes infernais que invocou”.

palavra comércio em seu sentido mais amplo, do mesmo modo que empregamos em alemão o vocábulo Verkehr)⁷

Precisamos destacar que na época em que Marx escreveu esta carta, ele e Engels não haviam ainda cunhado o conceito de relações de produção. O conceito de comércio [Verkehr] empregado neste escrito é uma forma embrionária do conceito de relações de produção desenvolvido posteriormente.

Sendo assim, com o desenvolvimento das forças de produção, as formas de sociabilidade econômica precisam se modificar para que os seres humanos não percam os “frutos da civilização”. Deste modo, Cohen afirma metaforicamente que as forças de produção “selecionam” o conjunto de relações de produção que será estabelecido em uma época: as forças de produção “selecionarão” aquelas relações de produção mais aptas para o nível de desenvolvimento destas forças produtivas.

Para o marxista canadense, o desenvolvimento das forças produtivas é um movimento histórico contínuo em razão do qual as formações sociais vão sendo sucedidas. E em razão disto, Cohen atribui uma direcionalidade necessária ao processo histórico, que é o aumento da capacidade produtiva dos seres humanos. Esta direcionalidade do processo histórico é um ponto comum da interpretação dos marxistas ortodoxos.

Cohen define que sua interpretação do materialismo histórico é uma interpretação funcionalista, ou seja, para ele, as teses de Marx sobre o processo histórico são explicações funcionalistas. As explicações funcionalistas se caracterizam por explicar um determinado fenômeno “em virtude de seus efeitos benéficos em alguma outra coisa”.⁸ Como vimos, para o marxista canadense, determinadas relações de produção permanecem ou são substituídas por outras relações de produção como a forma de organização econômica dominante em uma época específica em razão do efeito que provocam nas forças produtivas: se este efeito é benéfico, elas são preservadas por um longo tempo; se o efeito é contraproducente, elas são substituídas.

O marxista analítico compreende a relação entre a base econômica da sociedade e a superestrutura também é explicada por Marx em termos de uma explicação funcionalista. Segundo esta interpretação, o materialismo histórico assumiria que as características das instituições da superestrutura de uma sociedade determinada seriam explicadas em termos da estabilidade que elas proporcionam às relações de produção. Sendo assim, determinadas

⁷ Esta carta encontra-se presente nos adendos da *Miséria da Filosofia* na edição da Global Editora.

⁸ WRIGHT, E.O AND Levine, Andrew AND SOBER, Elliott. *Reconstruindo o Marxismo*. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 1993, p.39.

relações de produção se estabelecem posto que elas correspondem ao nível de desenvolvimento das forças de produção; e determinadas crenças sociais, instituições jurídicas e uma determinada forma de estado se estabelecem tendo em vista seu efeito de criar estabilidade na base econômica de uma formação social específica, de modo que as relações de produção condizentes com as forças de produção possam se reproduzir constantemente:

[...] production relations have the character they do because, in virtue of that character, they promote the development of the productive forces; [...] the superstructure has the character it does because, in virtue of that character, it confers stability on the production relations. These are large functional-explanatory claims.⁹

Deste modo, temos que as mudanças mais gerais ocorridas nas formas de estado e nas formas de pensamento no processo histórico das diversas sociedades, e no processo histórico universal, ocorrem tendo em vista as transformações que se dão na base econômica: quando determinadas relações de produção são substituídas por outras, as formas de estado e as crenças compartilhadas pelos indivíduos se modificam de modo a dar sustentabilidade às novas relações de produção dominantes. Isto porque as crenças sociais e as formas de estado que dão sustentação para determinadas formas de sociabilidade econômica não são aptas para dar sustentação para outras formas de sociabilidade econômica. A crença compartilhada entre os gregos de que um grupo de indivíduos eram naturalmente escravos, expressa pelo filósofo Aristóteles, tinha a capacidade de legitimar as relações de produção escravistas daquele período, mas não tem a capacidade de legitimar as relações de produção capitalistas, que para sua legitimidade dependem de outras formas ideológicas de legitimação, como por exemplo a de que os contratos econômicos entre os capitalistas e os trabalhadores são contratos constituídos por indivíduos sob iguais condições de negociação. Mudam as formas de organização econômica e, conseqüentemente, modificam as características das esferas da superestrutura, de modo que estas possam produzir o efeito de estabilidade nas novas relações de produção.

Segundo a interpretação de Cohen do materialismo histórico, a história é compreendida como uma sucessão de formações sociais, cada qual tendo como base determinadas relações de produção dominantes. Mudam as relações de produção dominantes, modifica-se a formação social. As relações de produção que constituem a base de uma estrutura econômica se modificam tendo em vista o desenvolvimento e melhor

⁹ COHEN, G.A. *Karl Marx's Theory of History – A Defence*. Princeton: Princeton University Press, 2000. p. 249.

aproveitamento das forças de produção. Com esta mudança das relações de produção, as características das diversas esferas da superestrutura também se modificam. Portanto, para esta interpretação do materialismo histórico assumida por Cohen, a qual é compartilhada pelos marxistas que anteriormente denominamos de marxistas ortodoxos, o desenvolvimento das forças de produção se constitui como o fundamento explicativo de todo o processo histórico. Por esta razão, a interpretação de Cohen é muitas vezes caracterizada como um “determinismo tecnológico”.

Mas isto não significa que para Cohen todas as sociedades tenham de passar pelos mesmos “estágios”, isto é, que com o desenvolvimento das forças produtivas, todas as sociedades perpassem uma mesma sucessão de formações sociais. A interpretação etapista foi a que predominou na união soviética durante o período em que Stálin esteve no poder. Segundo esta interpretação, para cada nível de desenvolvimento das forças produtivas, existe apenas um tipo específico de relações de produção compatível. Sendo assim, segundo esta interpretação, todas as sociedades, ao desenvolverem as forças produtivas, devem passar por uma mesma sucessão de formações sociais.

Para Cohen, não há necessariamente uma relação unívoca entre um grau de progresso da produtividade do trabalho e uma forma de sociabilidade da organização econômica. Sendo assim, quando determinadas relações de produção entram em contradição com as forças de produção e, a partir disto, faz-se necessário que haja uma substituição destas relações de produção por outras, pode haver mais de uma possibilidade de organização econômica que venha a substituir aquela que se tornou obsoleta. E como para cada nível de desenvolvimento das forças produtivas pode haver mais do que uma possibilidade de relações de produção que possuem correspondência com este nível de desenvolvimento das forças produtivas, disto se segue que as diversas sociedades podem perpassar sucessões distintas de formações sociais ao longo da sua história.

Deste modo, assumimos aqui que a interpretação de Cohen é uma interpretação determinista; mas não no sentido de que ela atribua ao processo histórico apenas uma sucessão de formações sociais possíveis, o que acarretaria que todas as sociedades deveriam passar pelos mesmos “estágios de desenvolvimento”; mas no sentido de que ela atribui uma direcionalidade necessária à história humana, qual seja, o progresso da capacidade humana de produzir.

Até aqui, apresentamos a análise que Cohen efetua do texto do prefácio. Mas há um outro elemento na teoria da história de Marx que não aparece no prefácio, mas é imprescindível à teoria da história do filósofo alemão: o mecanismo por meio do qual se

realiza a substituição das relações de produção dominantes vigentes por novas mais adequadas às forças de produção. Que mecanismo é este? Se supuséssemos que todos os indivíduos compartilham interesses universais e querem o aumento da produtividade, neste caso a transformação da base econômica se realizaria sem conflitos sociais. Porém, não é assim que Marx pensa as estruturas sociais. Em toda época histórica em que uma transição é possível, há grupos sociais cujo interesse se vincula à conservação da formação social vigente. Como exposto antes, as formações sociais classistas são constituídas por uma classe dominante; ainda que as relações de produção dominantes de uma época se tenham tornado incompatíveis com as forças de produção, muitos indivíduos da classe dominante terão interesse na manutenção da formação social vigente posto que eles almejam a perpetuação das relações de produção dominantes por meio das quais eles obtêm o excedente econômico. Por outro lado, para que uma revolução se dê, é necessário que no interior de uma formação social existam classes que tenham interesse em promover uma transformação das formas de sociabilidade econômica. A transição da formação social feudal para a formação social capitalista somente foi possível porque na primeira havia a existência de uma classe interessada em promover esta transição: a burguesia - com a qual se juntaram algumas frações da classe dominante feudal. E a possibilidade de substituição das relações de produção capitalistas pelas comunistas deve-se a que as primeiras possuem como um de seus elementos constituintes uma classe que pode demonstrar interesse em promover esta transição, a saber, o proletariado. Em termos gerais, os marxistas compartilham da concepção de que serão as classes não-dominantes de uma época que terão o interesse em promover uma revolução, posto que a maioria dos membros da classe dominante têm seu interesse vinculado à perpetuação da formação social vigente. Deste modo, temos que os processos de revolução envolvem um conflito de interesses entre classes. As revoluções somente podem se efetuar se existirem classes interessadas em realizar estas revoluções e com capacidade para superar as forças sociais conservativas, provenientes da classe dominante. Portanto, o processo de substituição de determinadas relações de produção por outras se realiza por meio de uma luta entre classes; este é o mecanismo específico por meio do qual a transformação da base econômica se realiza.

Para Marx, os agentes sociais envolvidos em conflitos acerca da manutenção ou transformação da base econômica não possuem como motivação de sua ação o estabelecimento de novas relações de produção dominantes ou a perpetuação das vigentes tendo em vista o aumento da eficácia da organização econômica em relação à capacidade produtiva. Os interesses objetivos das classes são interesses vinculados à melhoria das

condições econômicas delas mesmas. Os membros das classes dominantes de uma época têm interesse na perpetuação da formação social vigente para que se reproduzam incessantemente as relações econômicas por meio das quais eles obtêm o excedente econômico. E aqueles que compõem as classes revolucionárias têm interesse em promover uma revolução para estabelecer uma formação social na qual eles mesmos se tornem a classe dominante, como foi o caso da burguesia, ou então para abolir as relações de produção dominantes na qual eles são explorados, como é o caso do proletariado. Portanto, assim como para Hegel, em Marx, os atores históricos realizam um progresso universal agindo não em razão deste progresso, mas por seus próprios fins particulares.

A existência de uma classe ou conjunto de classes com interesse em promover uma revolução não implica que elas tenham a capacidade para superar a resistência imposta por frações da classe dominante. Para que esta capacidade seja possível, as classes revolucionárias precisam conseguir constituir uma organização política e formar alianças com outras classes que fazem parte do mesmo período histórico. A partir disto, podemos estabelecer que uma revolução somente se realiza se a condição política para tal realização estiver satisfeita, sendo esta condição decomposta em outras duas: [a] a existência de uma classe ou um conjunto de classes interessadas em promover uma revolução: [b] que esta classe ou conjunto de classes tenham a capacidade de promover a revolução. Sendo assim, se estas últimas estiverem satisfeitas, então a condição política para que uma revolução se realize estará satisfeita.

Como exposto anteriormente, a tese [5] afirma que toda vez em que as relações de produção entram em contradição com as forças produtivas, então se realizará uma substituição destas relações de produção por outras mais condizentes com as forças produtivas. Como esta substituição somente pode se dar por meio de uma luta entre classes cuja resultante favoreça as classes revolucionárias, e isto somente pode se dar se estiverem satisfeitas as condições políticas para uma revolução, disto parece se seguir que, se as relações de produção entrarem em contradição com as forças de produção, então surgirá no seio da formação social vigente classes interessadas em promover uma revolução e com capacidade para tal.

O maior problema relacionado à defesa da ortodoxa do materialismo histórico consiste precisamente na ausência de uma argumentação que consiga explicar por qual razão a contradição entre as relações de produção e as forças de produção leva a que a condição política para que uma revolução se dê seja necessariamente satisfeita. Ou o que pode ser expresso em outros termos: como explicar que a resultante da luta entre classes irá sempre ser em prol daquela classe cuja forma de sociabilidade econômica na qual ela se estabelece como dominante é a mais condizente com as forças de produção.

Sendo assim, para Cohen, as forças de produção determinam qual será a classe dominante vitoriosa de um conflito, posto que a classe que se estabelecerá como dominante será aquela cuja forma de sociabilidade econômica que corresponde ao seu domínio de classe é a mais adequada às forças de produção:

Capitalism develops when and because the bourgeoisie prevails against pre-bourgeois ruling classes, and socialism begins to be built when and because the proletariat defeats the bourgeoisie. But why does the successful class succeed? *Marx finds the answer in the character of the productive forces.* The conditions under which definite productive forces can be applied are the conditions of the rule of a definite class of society. The class which rules through a period, or emerges triumphant after epochal conflict, is the class best suited, most able and disposed, to preside over the development of the productive forces at the given time.¹⁰

O texto *do A Teoria da História de Karl Marx: uma Defesa* não se reduz à uma análise exegética da teoria da história de Marx; Cohen expõe também teses suplementares ao materialismo histórico e, por meio de uma destas teses, o marxista analítico procura estabelecer uma explicação para que a resultante do conflito entre classes sempre favoreça às classes cuja forma de propriedade é a mais apta em relação às forças de produção. Esta tese ficou conhecida como a tese da escolha racional.

A tese da escolha racional constitui-se de duas premissas: [1] os seres humanos, até o momento, sempre viveram em condições de escassez econômica; [2] os seres humanos são racionais. A premissa [1] pode gerar uma falsa compreensão de que Cohen esteja se referindo a épocas históricas remotas em que a capacidade de produzir riquezas dos seres humanos era muito menor do que é hoje. Mas o autor não se refere a escassez como uma condição humana relativa a um baixo nível de desenvolvimento da produtividade do trabalho, mas sim à condição universal sob a qual toda e qualquer produção humana se estabelece, que o autor entende como consistindo em uma limitação, qualquer que seja o grau desta limitação, da capacidade produtiva dos seres humanos, somada ao fato de que estes devem despender alguma energia para produzir seus bens materiais, seja qual for o grau desta energia que precisam despender. Posto estas duas premissas, o autor conclui que os seres humanos sempre farão a escolha racional por aquilo que contribuirá para que se diminua o grau de limitação da capacidade que eles possuem de produzir sua riqueza como também para que precisem despender uma quantidade menor de trabalho para produzir sua riqueza material.

¹⁰ COHEN, G.A. *Karl Marx's Theory of History – A Defence*. Princeton: Princeton University Press, 2000. p. 149.

Cohen procura fundamentar a tese do desenvolvimento, que corresponde à tese [2], a partir desta tese da escolha racional: posto que os seres humanos são seres racionais e vivem sob condições de produção de escassez, disto se segue que, sempre que fizerem alguma descoberta de novas técnicas ou de novas tecnologias vinculadas ao processo de produção que permita que eles diminuam sua escassez natural, eles farão a escolha racional por usar estas novas técnicas e tecnologias.

Mas o principal problema que a tese da escolha racional visa resolver é o de conseguir explicar por qual razão uma incompatibilidade entre as relações de produção e as forças produtivas levará a um conflito entre classes cuja resultante será necessariamente a vitória da classe cuja forma de sociabilidade econômica na qual ela se estabelece como dominante é a mais condizente com as forças de produção desenvolvidas.

Obviamente, esta explicação não pode consistir no argumento de que todos os membros da sociedade escolherão em conjunto uma forma de organização da produção social mais adequada às forças de produção; como dito anteriormente, os agentes sociais não se mobilizam tendo em vista um interesse universal de melhorar as condições de produção de existência de todos os membros da sociedade, mas sim tendo em vista os fins particulares das classes às quais pertencem. E frações da classe dominante de uma formação social já obsoleta terão o interesse em barrar as forças sociais interessadas em uma revolução.

A fundamentação de Cohen da tese da revolução a partir da tese da escolha racional consiste no seguinte: na medida em que determinadas relações de produção dominantes entram em contradição com as forças de produção que se desenvolveram em seu seio, os membros das classes dominadas serão motivados a estabelecer um projeto de revolução por meio do qual poderão estabelecer novas relações de produção dominantes mais eficientes em termos do aproveitamento da capacidade produtiva e da capacidade de permitir o contínuo desenvolvimento das forças produtivas. E aquela classe cujo projeto de revolução consistir em uma forma de sociabilidade econômica mais eficiente terá a capacidade de forjar alianças massivas com as demais frações da sociedade que não pertencem à classe dominante, posto que este seu projeto de revolução permite diminuir a escassez material destes indivíduos que não pertencem à classe dominante. E inversamente, a classe dominante terá uma capacidade menor de forjar alianças, posto que a perpetuação de seu projeto de poder significa o desperdício da possibilidade de diminuir a escassez material das frações da sociedade que não fazem parte desta classe dominante.

A fundamentação de Cohen da tese da revolução a partir da tese da escolha racional consiste no seguinte: a partir do momento em que determinadas relações de produção

dominantes entram em contradição com as forças de produção que se desenvolveram em seu seio, os membros das classes dominadas serão motivados a estabelecer um projeto de revolução por meio do qual poderão estabelecer novas relações de produção dominantes mais eficientes em termos do aproveitamento da capacidade produtiva e da capacidade de permitir o contínuo desenvolvimento das forças produtivas. E aquela classe cujo projeto de revolução consistir em uma forma de sociabilidade econômica mais eficiente terá a capacidade de forjar alianças massivas com as demais frações da sociedade que não pertencem à classe dominante, posto que este seu projeto de revolução permite diminuir a escassez material dos indivíduos que não pertencem à classe dominante. E inversamente, a classe dominante terá uma capacidade menor de forjar alianças, posto que a perpetuação de seu projeto de poder significa o desperdício da possibilidade de diminuir a escassez material das frações da sociedade que não fazem parte desta classe dominante.

Vejamos com mais precisão a relação da tese da escolha racional com a satisfação das condições políticas.

Para o marxista analítico, o desperdício da capacidade produtiva, que é outra forma de exprimir que as relações de produção e as forças produtivas entraram em contradição, é condição suficiente para o surgimento de uma classe ou conjunto de classes interessadas em promover transformação na forma de organização econômica. Isto não significa que as classes não-dominantes não possam ter o interesse em promover uma revolução mesmo quando as relações de produção dominantes vigentes não tenham se tornado incompatíveis com as forças produtivas. Mas o desperdício dos “frutos da civilização” age aqui como um potencializado para a motivação das classes não-dominantes em promoverem uma revolução quando as relações de produção dominantes tiverem se tornado incompatíveis com as forças produtivas.

Neste argumento de Cohen está implícito que os indivíduos que constituem as classes não-dominantes de uma sociedade tem consciência de seu pertencimento de classe e que raciocinam sempre de modo racional. Mais à frente, veremos que estas premissas do argumento de Cohen não são compatíveis com a concepção de Marx.

Vejamos agora a explicação de Cohen da satisfação das condições políticas de uma revolução a partir da tese da escolha racional.

A classe ou conjunto de classes com o projeto de estabelecer novas relações de produção mais eficientes em relação às forças de produção terá maior capacidade de forjar alianças com outras classes ou frações sociais, posto que aquelas relações de produção que pretendem estabelecer permitem diminuir a escassez material de um conjunto maior de pessoas pertencentes a esta sociedade. Ou seja, segundo a explicação de Cohen, os diversos

grupos sociais constituem alianças tendo em vista a diminuição de sua escassez material; e quando uma classe pode estabelecer uma nova forma de sociabilidade econômica por meio da qual a escassez material de todas as demais classes e frações sociais diminuirá, esta classe leva consigo o interesse universal dos demais segmentos sociais que não pertencem à casta dominante.

Portanto, a explicação de Cohen, fundamentada na teoria da escolha racional, reduz a capacidade política de uma classe em promover uma revolução à sua capacidade em forjar alianças com outras classes; e esta capacidade em forjar alianças está vinculada à possibilidade de que as relações de produção que ela procura estabelecer permitirem diminuir a escassez material de uma quantidade maior de classes sociais.

Esta é a razão pela qual a simples motivação de uma classe em promover uma revolução não é condição suficiente para que ela consiga de fato levar adiante uma transformação da base econômica. Se uma classe estiver interessada em promover uma revolução, mas as relações de produção que procura estabelecer não diminuam a escassez das demais classes que não pertencem à fração dominante, por qual razão estas outras classes não-dominantes constituiriam uma aliança em prol desta revolução?

Com esta apresentação da teoria da escolha racional de Cohen, encerramos nossa exposição acerca da interpretação do materialismo histórico efetuada pelo marxista canadense.

2.3. A crítica de Levine, Sober e Wright

Assim como no livro de Cohen, em que o título já deixa claro o objetivo do autor em efetuar uma defesa do materialismo histórico, o livro *Reconstruindo o Marxismo* também deixa claro em seu título qual o objetivo dos autores que compuseram os ensaios que dele fazem parte: realizar uma reconstrução do marxismo. Trata-se de uma leitura crítica à teoria da história de Marx; mas não uma leitura crítica que pretende jogar o materialismo histórico na lata de lixo, mas uma leitura que assume as falhas da concepção de Marx ao mesmo tempo em que procura demonstrar que a estrutura conceitual de Marx pode constituir uma teoria da história factível, desde que algumas de suas teses sejam modificadas: “Ao nosso ver, a estrutura antiga [do marxismo], reconstruída, pode ainda se constituir na melhor esperança da humanidade de compreender o mundo social, e de transformá-lo”¹¹

¹¹ LEVINE, A; SOBER, E; WRIGHTM E.O. *Reconstruindo o Marxismo*. Trad.: Pedrinho A. Guareshi. Petrópolis: Editora Vozes, 1993, p.8.

Para efetuar tal reconstrução, os autores vão propor que as pretensões explicativas do materialismo histórico sejam reduzidas. A importância do livro de Cohen, com o qual concordam acerca da interpretação dos textos de Marx, é que seu esforço exegético para apresentar os conceitos e argumentos do materialismo histórico de maneira clara e precisa, como também seu esforço em apresentar teses suplementares para dar maior consistência à teoria da história de Marx, no entender dos autores, expôs as falhas constitutivas da concepção histórica de Marx, as quais serviram de ponto de partida para o desenvolvimento deste projeto de reconstrução do materialismo histórico. Como consequência deste projeto, os autores apresentam uma concepção do materialismo histórico modificada, a qual denominaram de materialismo histórico mitigado.

No capítulo “Materialismo histórico clássico”, do livro *Reconstruindo o Marxismo*, e no capítulo “Historical materialism”, do livro *Arguing for Socialism*, os autores formulam sua crítica à capacidade explicativa do materialismo histórico e à tese da escolha racional de Cohen. Sua interpretação dos textos de Marx é idêntica à exposta por Cohen, mas eles discordam que a tese da escolha racional consiga estabelecer uma consistência argumentativa à teoria da história do filósofo alemão. O foco de sua crítica se refere à falta de justificativa para que a incompatibilidade entre as relações de produção e as forças produtivas produza necessariamente as condições políticas para que uma revolução se dê:

[...]as capacidades de classe são determinadas por uma variedade de fatores que são irreduzíveis ao desenvolvimento das forças de produção. [...] a própria mudança tecnológica pode minar, sistematicamente, as capacidade de luta entre classe da classe trabalhadora.¹²

Para estes autores, esta ausência de justificativa para que a contradição entre as relações de produção e as forças produtivas produza as condições políticas para que uma revolução se dê é uma deficiência não apenas da concepção geral do materialismo histórico, mas também da análise que Marx efetua do processo particular de transição do capitalismo para o comunismo:

[...] torna-se claro que não existe uma ligação unívoca e automática, mesmo de caráter tendencial, entre a mudança tecnológica e o desenvolvimento no capitalismo e o crescimento das capacidades da classe trabalhadora para a transformação revolucionária do capitalismo para o socialismo.¹³

E se não é possível provar que este tipo de incompatibilidade ocasione a satisfação das condições políticas para uma revolução, então não é possível também demonstrar que a

¹² Ibid., p.74.

¹³Ibid., p.76.

contradição entre as relações de produção e forças produtivas tenha como efeito, necessariamente, uma transformação da base econômica.

Como dissemos anteriormente, as condições políticas para que uma revolução se dê se constituem no surgimento de uma classe ou conjunto de classes com interesse em promover uma revolução e na capacidade desta classe ou conjunto de classes em efetuar esta revolução.

A crítica apresentada pelos autores do *Reconstruindo o Marxismo* se configura na tentativa de demonstrar a ausência de argumentação na teoria de Marx, e na ineficácia da tese complementar de Cohen em prover uma boa argumentação, que explique a razão pela qual a contradição entre as relações de produção e as forças produtivas acarrete no surgimento de uma classe motivada em promover uma revolução e com capacidade para realizá-la. Começaremos nossa exposição da crítica pela relação entre a contradição das relações de produção com as forças produtivas com o surgimento de uma classe motivada em promover uma revolução.

Segundo a tese da escolha racional de Cohen, a incompatibilidade das relações de produção com as forças produtivas em razão do desenvolvimento progressivo destas últimas acarretará no surgimento de uma classe ou conjunto de classes motivadas em promover uma revolução por meio da qual elas poderão estabelecer uma forma de organização econômica que evite o desperdício dos “frutos da civilização” – embora a motivação da ação revolucionária dos membros destas classes seja a de conseguir melhorar suas condições materiais de vida. Está implícito nesta tese a premissa de que os indivíduos agirão sempre racionalmente e orientados segundo uma consciência da classe à qual pertencem. Se os membros das classes não-dominantes de uma época não tiverem consciência de seu pertencimento de classe, eles não podem constituir uma força política de classe. Para Levine, Sober e Wright, é precisamente aqui que se constitui a impossibilidade de vincular a incompatibilidade entre forças produtivas e as relações de produção com a ascensão de uma classe motivada em promover uma revolução: o desenvolvimento de uma consciência de pertencimento de classe dos membros das classes não-dominantes depende sempre de características históricas muito específicas de cada época, sendo impossível estabelecer uma explicação universal, válida para todas as épocas, que vincule a contradição entre as forças de produção e as relação de produção com o surgimento de uma consciência de classe.

As classes econômicas possuem sempre uma existência real, objetiva; e neste sentido, as classes econômicas são classes “em-si”; os membros das classes econômicas podem ou não ter consciência desta sua condição objetiva de existência; quando os membros de uma classe tomam consciência deste seu pertencimento comum a um grupo social, Marx diz que esta

classe passou a ser uma classe “para-si”. Mas as possibilidades de uma classe “em-si” converter-se em uma classe “para-si” dependem sempre das condições histórico-particulares da formação social da qual ela faz parte. Vejamos o exemplo que o filósofo alemão apresenta na obra *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*:

Os camponeses parceiros constituem uma gigantesca massa, cujos membros vivem na mesma situação, mas não estabelecem relações diversificadas entre si. O seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de levá-los a um intercâmbio recíproco. O isolamento é favorecido pelos péssimos meios de comunicação franceses e pela pobreza dos camponeses. A sua unidade de produção, a parcela, não permite nenhuma divisão de trabalho no seu cultivo, nenhuma aplicação da ciência, portanto, nenhuma multiplicidade no seu desenvolvimento, nenhuma diversidade de talentos, nenhuma profusão de condições sociais. Cada família camponesa é praticamente autossuficiente, produzindo diretamente a maior parte do que consome e obtendo, assim, os seus meios de subsistência mais da troca com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. Há a parcela, o camponês e a família; mais adiante, outra parcela, outro camponês e outra família. Sessenta conjuntos desse tipo constituem um povoado; e sessenta povoados, um departamento. Assim, a grande massa da nação francesa se compõe por simples adição de grandezas homônimas, como batatas dentro de um saco constituem um saco de batatas. Milhões de famílias existindo sob as mesmas condições econômicas que separam o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, formam uma classe. Mas na medida em que existe um vínculo apenas local entre os parceiros, na medida em que a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhum fator comum, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, eles não constituem classe nenhuma.¹⁴

A afirmação de que os parceiros “não constituem classe nenhuma” refere-se à sua configuração enquanto classe “para-si”. Mas em termos da concepção marxista de classes, eles constituem uma classe “em-si”, posto que compartilham a mesma condição social em relação à forma de organização social da produção da formação social da qual fazem parte. Mas conforme o texto, existem certas especificidades históricas vinculadas a esta sua condição social que são próprias da formação social da qual fazem parte e que impedem que os membros desta classe tomem consciência de seu pertencimento de classe. Primeiramente, devido à particularidade das condições materiais sob as quais eles produzem e às particularidades do processo de trabalho que realizam, seu processo de produção se constitui de modo individual, não havendo uma cooperação social do trabalho por meio da qual eles possam constituir laços de identidade. As unidades produtivas dentro das quais este processo de trabalho individual é realizado encontram-se geograficamente distantes, dificultando ainda mais a constituição de vínculos e de uma identidade comum entre os camponeses parceiros. Sendo estas unidades produtivas auto-suficientes, o intercâmbio material não se realiza, não

¹⁴ MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Trad.: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2009. p.142-143.

havendo necessidade de contato social entre eles. E por fim, o baixo desenvolvimento dos meios de comunicação torna-se mais uma barreira para que os laços sociais entre estes camponeses se tornem mais sólidos. Tendo em vista esta impossibilidade de eles constituírem uma identidade comum, de desenvolverem uma consciência de que compartilham as mesmas condições materiais e sociais de existência, a possibilidade de que a classe da qual eles fazem parte se converta de uma classe em-si para uma classe para-si é inexistente.

A incapacidade dos pequenos camponeses parceleiros em tomarem consciência de seu pertencimento de classe está vinculada às especificidades históricas da formação social da qual fazem parte; não há razão para cremos que a constituição de uma contradição entre as relações de produção dominantes desta formação social com as forças de produção iria acarretar no desenvolvimento da consciência de classe dos pequenos camponeses parceleiros, posto que a sua incompreensão da realidade não se vincula à eficiência ou ineficiência da forma de organização dominante de sua época.

Como já expusemos no primeiro capítulo, a superestrutura das formações sociais cindidas em classes é constituída de certas crenças que favorecem este obscurecimento na consciência dos indivíduos acerca de seu pertencimento de classe. Denominamos o conjunto de crenças de uma época que tem esta função de obscurecimento de ideologia, e distinguimos dois tipos de ideologias: aquelas que são produto discursivo dos indivíduos em uma época histórica e aquelas que são produto de ilusões criadas diretamente pelas próprias condições materiais de produção. Posto isto, é plausível aceitarmos que um uso ineficiente das forças de produção pode produzir uma motivação dos membros das classes não-dominantes que possuem consciência de seu pertencimento de classe em levar adiante uma transformação das relações de produção dominantes; mas não há razões para assumirmos que um uso ineficiente das forças de produção é condição suficiente para que as ideologias que obscurecem a consciência dos membros das classes não-dominantes sejam desfeitas; e como a consciência de pertencimento de classe é condição necessária para que os membros das classes não-dominantes se mobilizem em prol de uma revolução, torna-se pouco plausível aceitar que uma contradição entre as relações de produção e as forças de produção seja condição suficiente para o surgimento de uma classe com interesse em promover uma revolução.

Esta é a razão pela qual os autores do *Reconstruindo o Marxismo* convergem em considerar a tese da escolha racional de Cohen como sendo insuficiente para estabelecer uma consistência argumentativa ao materialismo histórico. A premissa da tese da escolha racional segundo a qual os indivíduos das classes subalternas sempre agirão racionalmente e segundo os interesses de sua classe quando as relações de produção vigentes estiverem defasadas vai

de encontro com a concepção de Marx de que as formações sociais constituídas por classes possuem um conjunto de crenças que obscurecem a consciência social dos membros das classes não dominantes, concepção esta que não exhibe qualquer argumento que justifique que estas crenças seriam desfeitas em razão de uma contradição entre as relações de produção e as forças produtivas.

Por outro lado, Levine, Sober e Wright reconhecem que o filósofo alemão descreve a tomada de consciência do proletariado de sua condição de classe ao longo do desenvolvimento do capitalismo; mas esta tomada de consciência, tal como Marx descreve, está vinculada às especificidades históricas do capitalismo, não sendo possível, a partir dela, construir uma explicação geral vinculada à conversão das classes não-dominantes de classes “em-si” para classes “para-si” que tivesse validade para todos os processos históricos. Além disso, as explicações de Marx vinculadas ao proletariado se fundamentam em condições que se modificaram com o desenvolvimento ulterior do capitalismo, de modo que este processo de conversão do proletariado de classe em-si para classe para-si acabou sendo revertido.

As explicações de Marx para o desenvolvimento da consciência de classe do proletariado são apresentadas de modo bastante claro no *Manifesto Comunista*. Para ele, a própria burguesia desenvolve as condições para que os proletários tomem consciência de seu pertencimento a um mesmo grupo social. Entre estas condições, encontra-se a da concentração de muitos trabalhadores nas fábricas típicas do capitalismo do século XIX. Como afirmado anteriormente, os camponeses parceiros tinham como uma das limitações para sua consciência de classe o fato de que a produção material que realizavam se dava de modo individual, não havendo cooperação social do trabalho e contato entre eles no processo de trabalho. Mas o desenvolvimento da indústria que se deu a partir do século XVIII e continuou se desenvolvendo ao longo do século XIX, concentrou muitos trabalhadores em mesmas unidades produtivas. Esta concentração aumentou seus vínculos pessoais, possibilitando uma compreensão maior do pertencimento deles a uma mesma classe.

Outra consequência do desenvolvimento do capitalismo nos séculos XVIII e XIX foi a constituição de iguais condições materiais de existência entre os proletariados, favorecendo sua identificação acerca de uma condição social comum:

[...] com o desenvolvimento da indústria, o proletariado não apenas se multiplica; comprime-se em massas cada vez maiores, sua força cresce e ele adquire consciência dela. Os interesses, as condições de existência do proletariado se igualam cada vez mais à medida que a máquina extingue toda diferença de trabalho e quase por toda parte reduz o salário a um nível igualmente baixo.¹⁵

¹⁵ MARX, Karl. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998. p.47.

Se antes as múltiplas formas de trabalho da produção social exigiam um desenvolvimento de técnicas específicas e, com isto, acabavam por singularizar os diversos trabalhadores segundo o ofício que executavam, com a implementação da máquina, os processos de trabalho executados pelos proletários passaram a ser cada vez mais semelhantes, reduzidos ao que Marx denomina de trabalho abstrato, ou seja, o processo de trabalho dos proletários foi resumido a operações simples, repetitivas, operações que podiam ser realizadas por qualquer indivíduo sem instrução. Esta redução dos trabalhadores a um tipo de trabalho muito semelhante favoreceu ao desenvolvimento de uma consciência de classe. Além disto, esta simplificação do processo de trabalho acarretou na diminuição do valor da força de trabalho; o que, por sua vez, teve como consequência a criação de uma condição de vida comum aos trabalhadores, qual seja, a de passarem a viver no pauperismo. Esta condição comum contribuiu também para a identificação de pertencimento dos trabalhadores a um mesmo grupo social.

Como afirmamos anteriormente, Levine, Sober e Wright assumem que esta exposição de Marx sobre o desenvolvimento da consciência do proletariado é vinculado às especificidades da formação social capitalista no século XIX e, portanto, não podem constituir uma explicação para o desenvolvimento da consciência das classes não-dominantes de todos os períodos históricos. Mas a teoria da história de Marx, tal como sintetizado no prefácio do *Contribuição à Crítica da Economia Política*, é uma teoria que exhibe a pretensão de constituir um modelo teórico universalista dos processos históricos e, conseqüentemente, precisa de justificativas cuja validade não pode se reduzir a apenas um processo histórico particular. Mas além deste problema, Levine, Sober e Wright sustentam também que o argumento de Marx tem sua validade limitada ao desenvolvimento do capitalismo no século XIX, pois as condições que o autor estabelece como a causa para o desenvolvimento da consciência do proletariado neste século foram desfeitas no século seguinte.

A tendência de uma constituição de condições homogêneas de existência às quais eram submetidos os trabalhadores no capitalismo do século em que o filósofo alemão viveu foi revertida no século XX. Com o desenvolvimento da automação no processo produtivo, a densidade de trabalhadores concentrados em unidades de produção industriais diminuiu. O deslocamento da força de trabalho da produção industrial para a área de serviços diluiu os trabalhadores em muitas “unidades de serviço”. As formas de trabalho subsumidas à acumulação do capital diversificaram-se. E formou-se, no seio da classe trabalhadora, uma estratificação quanto às condições de vida. A classe trabalhadora passou a abranger uma gama diversa de indivíduos que pertencem a condições econômicas muito distintas; desde

trabalhadores muito pobres a gerentes ricos. Esta constituição de condições heterogêneas de existência reverteu o processo de conversão do proletariado de classe “em-si” para classe “para-si”.

Além deste desaparecimento das condições pelas quais o proletariado desenvolveu uma consciência maior de si, os autores do *Reconstruindo o Marxismo* identificam também o surgimento de novas formas de ideologia que desfavorecem a consciência dos trabalhadores de seu pertencimento de classe. Ao contrário da etapa de desenvolvimento do capitalismo no século de Marx, a acumulação do capital no mundo contemporâneo depende da constituição de uma cultura do consumismo em razão da qual os indivíduos imersos no capitalismo contemporâneo acabam desenvolvendo valores morais atomísticos, que dificultam a constituição de laços sociais fundamentados em fins comuns. Temos também a fabricação de ideologias que criam cisão de interesses dentro da classe proletária, como a polarização de interesses entre membros de nações distintas. Para o filósofo alemão, uma revolução comunista somente poderia se dar por meio de uma união dos trabalhadores de todo o globo, o que é dificultado por ideologias que estabelecem povos ou nações estrangeiras como inimigas entre si.

Expusemos até aqui a crítica de Levine, Sober e Wright acerca da relação entre a contradição das forças produtivas com as relações de produção e o desenvolvimento da consciência de classe dos membros não pertencentes à classe dominante. Obviamente, a impossibilidade de o materialismo histórico justificar uma conexão necessária entre estes dois fenômenos já é o suficiente para demonstrar que a sua estrutura argumentativa é incompleta. Porém, faz-se mister apresentar também a ausência de uma argumentação que demonstre uma conexão necessária entre uma contradição das relações de produção com as forças produtivas e o desenvolvimento da capacidade das classes revolucionárias em promover uma transformação da base econômica. Entretanto, não é possível fazer uma análise muito aprofundada neste ponto, pois o próprio Marx pouco desenvolveu sobre o assunto. Concordamos aqui com Perry Anderson, que em seu *Considerações Sobre o Marxismo Ocidental*, afirma que:

O rol das obras de Marx publicadas ainda em vida do autor é um índice das dificuldades da difusão do seu pensamento junto da classe a que se destinavam. Contudo, reciprocamente, a inexperiência do proletariado da época – ainda a meio caminho entre a oficina e a fábrica, que carecia, muitas vezes, até de organização sindical, e que não tinha qualquer esperança de vir a tomar o poder em parte alguma da Europa – circunscreve os limites exteriores da própria obra de Marx. Fundamentalmente, Marx deixou atrás de si uma teoria econômica coerente e desenvolvida do modo de produção capitalista, começada em *O Capital*, mas não

uma equivalente teoria política das estruturas do Estado burguês, nem da estratégia e da tática da luta socialista revolucionária por um partido da classe operária que derrubasse esse Estado. Quando muito, limitou-se a transmitir algumas antecipações enigmáticas nos anos quarenta e alguns lacônicos princípios trinta anos mais tarde («ditadura do proletariado»), conjuntamente com a sua famosa análise conjuntural do II Império. A este respeito, a obra de Maré: não poderia ultrapassar o ritmo histórico real das massas, na descoberta dos seus próprios instrumentos e das modalidades da sua própria emancipação.¹⁶

Obviamente, quando se faz a análise da capacidade política por meio da qual uma classe pode efetuar uma revolução, já se supõe a existência de uma classe com interesse em realizar tal revolução e, conseqüentemente, supõe-se previamente que os membros desta classe tenham consciência de seu pertencimento à mesma. Cohen, fundamentando-se em sua tese da escolha racional, reduz a capacidade política de uma classe em promover uma revolução à sua capacidade em forjar alianças com outras classes. A eficiência de uma classe em constituir alianças com outras como condição para efetuar uma revolução aparece, de fato, nos textos de Marx. Em *A Ideologia Alemã*, o autor afirma que a capacidade da burguesia em promover uma aliança com o proletariado para derrubar as instituições feudais foi decisiva para a instauração da ordem social burguesa.¹⁷ O filósofo alemão não estabelece a importância do proletariado em forjar alianças com outras classes possivelmente porque ele acreditava que a tendência intrínseca do capitalismo era a polarização da sociedade em apenas duas classes; e o próprio proletariado viria a abarcar a grande massa da sociedade. Em ambos os casos, vemos a importância dada por Marx à revolta levada adiante por uma parcela realmente grande da sociedade. Mas obviamente que uma revolução não é um processo democrático por meio do qual o lado vencedor é necessariamente aquele que constituir a maioria.

Mas quanto a outras condições para a capacidade política de uma classe revolucionária, Marx pouco tem a dizer. O que podemos encontrar com maior consistência em seus textos é a compreensão de que a capacidade política necessária para uma classe efetuar uma revolução depende também da capacidade desta classe em desenvolver uma organização entre seus membros, embora o conceito de organização se apresente de modo um tanto vago nos textos do autor.

Como identificam os autores de *Reconstruindo o Marxismo*, o filósofo alemão analisa este tema quando expõe o desenvolvimento histórico da organização de classe do

¹⁶ ANDERSON, Perry. *Considerações Sobre o Marxismo Ocidental*. Trad.: Manuel Resende. Porto: Edições Afrontamento, p.12.

¹⁷ Embora Marx apresente uma concepção diferente de transformação da formação social feudal na burguesa no capítulo “A assim chamada acumulação primitiva” do primeiro volume de *O Capital*. Faremos um breve comentário posteriormente acerca desta outra concepção.

proletariado. No *Manifesto Comunista*, o filósofo alemão identifica uma causa política para o desenvolvimento da organização do proletariado. Segundo ele, a burguesia, em sua luta contra as instituições correspondentes à formação social feudal, precisou transmitir uma consciência política e de organização às classes trabalhadoras:

Nesta fase [a fase das revoluções burguesas], o proletariado constitui massa disseminada por todo o país e dispersa pela concorrência. A coesão maciça dos operários não é ainda resultado de sua própria união, mas da união da burguesia que, para atingir seus próprios fins políticos, é levada a pôr em movimento todo o proletariado, o que por enquanto ainda pode fazer. Durante esta fase, os proletários não combatem seus próprios inimigos, mas os inimigos de seus inimigos, os restos da monarquia absoluta, os proprietários de terras, os burgueses não-industriais, os pequenos burgueses.¹⁸

Há outros fatores que o autor identifica no desdobramento das relações capitalistas que beneficiam o desenvolvimento da capacidade de organização da classe trabalhadora: a disciplina à qual os trabalhadores são submetidos no processo de produção nas fábricas; o desenvolvimento dos meios de transporte que permite que longas distâncias possam ser realizadas em um tempo muito menor do que até então, cuja importância pode ser confirmada na constatação da dificuldade que encontravam os camponeses em constituir uma organização de classe posto que qualquer associação que viessem a estabelecer dependia de viagens que poderiam durar meses; o desenvolvimento dos meios de comunicação que possibilitam que as ideias de cunho revolucionário sejam espalhadas a um grupo maior de pessoas; e por fim, Marx identifica também como um fator favorável ao desenvolvimento da organização política do proletariado o ingresso de membros da classe burguesa descapitalizados à classe trabalhadora, em decorrência do processo de concentração de capital que para o autor era inerente ao capitalismo, e que levam consigo uma cultura política que contribui para a educação da classe proletária.

Quanto a estas considerações do filósofo alemão acerca da capacidade política do proletariado em efetuar uma revolução, Levine, Sober e Wright identificam também serem elas demasiadamente específicas à formação social capitalista e, sendo assim, não podem se constituir em uma justificativa para a concepção mais geral do materialismo histórico. Além disto, estes marxistas consideram que alguns dos fatores considerados por Marx perderam sua validade em explicar o desenvolvimento da capacidade política do proletariado no capitalismo contemporâneo, como por exemplo o desenvolvimento dos meios de comunicação, os quais

¹⁸ MARX, Karl. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998. p.47

cumprem uma função muito fundamental em desorganizar a classe trabalhadora e desfazer a identidade de pertencimento de classe de seus membros.

Por outro lado, a capacidade da burguesia em impedir uma revolução tornou-se muito maior, tendo em vista que as instituições da superestrutura da formação social capitalista tornaram-se muito mais poderosas, como os meios de propagação da ideologia dominante - principalmente os meios de comunicação, acima citados -, e o próprio estado, que se tornou muito mais poderoso frente aos diversos segmentos da sociedade civil.

Com isto, encerramos nossa exposição da crítica de Levine, Sober e Wright. A partir desta crítica, os autores concluem que Marx não apresenta uma argumentação que sustente que a contradição entre as relações de produção e as forças produtivas acarrete necessariamente na constituição das condições políticas para que uma revolução se dê; que a tese da escolha racional de Cohen não é suficiente para dar consistência à teoria de Marx; e de modo mais imperativo, que não é possível explicar a satisfação das condições políticas para que uma revolução se dê em razão de que as relações de produção dominantes de uma época se tenham tornado incompatíveis com as forças de produção. E tendo em vista que estas condições políticas constituem uma condição necessária para que uma revolução se efetue, os autores concluem que a tese [5], a qual afirma que quando as relações de produção dominantes e as forças produtivas entram em contradição se segue necessariamente uma revolução, não pode ser comprovada. Em razão disto, temos como consequência uma outra conclusão: a de que não é possível, por meio da argumentação de Marx, prescrever ao processo histórico uma direcionalidade necessária de progresso das forças de produção.

2.4. O materialismo histórico mitigado

A partir de sua investigação acerca da teoria da história de Marx, cuja interpretação é congruente com a do marxismo ortodoxo, Levine, Sober e Wright concluem que não é possível explicar a satisfação das condições políticas para uma revolução a partir da incompatibilidade das relações de produção com as forças produtivas e, portanto, não é possível atribuir uma primazia explicativa do processo histórico ao desenvolvimento das forças produtivas e sua incompatibilidade com as relações de produção. As transformações históricas devem ser explicadas também em razão dos conflitos entre classes, da capacidade das classes não-dominantes em promover uma revolução e da capacidade das classes dominantes em impedir a realização de uma revolução. Mas a agência, vontade e capacidade das classes de uma sociedade não podem ser explicadas apenas pela compatibilidade ou

incompatibilidade entre as relações de produção e as forças produtivas. A luta entre classes depende de variáveis históricas que não se reduzem à relação de compatibilidade ou incompatibilidade entre as forças produtivas e as formas de organização da produção social. Sendo assim, a classe dominante de uma época pode impedir que uma revolução se realize mesmo se as relações de produção vigentes se tiverem tornado incompatíveis com as forças produtivas. E por isto, seria impossível atribuir ao processo histórico uma direcionalidade necessária de desenvolvimento das forças produtivas.

Mas isto não significa que todas as premissas e teses do materialismo histórico estejam erradas. Levine, Sober e Wright reconhecem a validade de algumas asserções de Marx, e, em razão disto, eles procuram identificar aquilo que pode ser preservado na teoria de Marx, a que Levine dá o nome de “núcleo racional” do materialismo histórico¹⁹. A partir deste núcleo racional, eles procuram demonstrar a possibilidade de construir um novo modelo para o materialismo histórico.

O núcleo racional consistiria na concepção de que o nível de desenvolvimento das forças de produção estabelece o conjunto das relações de produção possíveis, e na de que a preservação de uma relação de produção como dominante, ou a sua substituição por outra, é resultado do conflito de interesse entre as classes econômicas. A partir destas duas teses seria possível, no entender estes autores, criar um novo modelo explicativo da história, fundamentado no arcabouço conceitual de Marx, mas com pretensões explicativas mais modestas que as do modelo ortodoxo do materialismo histórico.

Segundo este novo modelo do materialismo histórico, o qual os autores denominam de materialismo histórico mitigado, o nível de desenvolvimento das forças de produção só é compatível com um conjunto limitado de relações de produção; mas isto também significa dizer que para um determinado nível de desenvolvimento das forças de produção, existe um conjunto de relações de produção que não são possíveis. Deste modo, as forças de produção se constituem em um conceito explicativo importante do processo histórico, posto que este conceito delimita as possibilidades históricas das relações de produção.

O materialismo histórico mitigado assume que é o resultado da luta entre classes que determinará se uma formação social vigente será ou não substituída por outra, e que as características específicas de uma nova forma econômica, no caso de uma transformação da formação social vigente, também são determinadas pela luta entre classes. Porém, esta nova

¹⁹ O termo “núcleo racional” nos parece uma clara referência ao comentário do próprio Marx sobre o método dialético de Hegel no posfácio à segunda edição de *O Capital*. Neste comentário, Marx afirma que é preciso extrair o “núcleo racional” da dialética de Hegel.

versão do materialismo histórico discorda da tese da formulação ortodoxa do materialismo histórico segundo a qual a resultante do conflito entre classes será sempre a do estabelecimento das relações de produção mais ótimas em relação à eficiência e desenvolvimento das forças produtivas. Para o materialismo histórico mitigado, o resultado da luta entre classes depende de uma série de variáveis contingentes e que não são determinadas exclusivamente pela relação de compatibilidade ou não entre a forma social de organização econômica dominante e as forças produtivas.

Deste modo, as forças de produção estabelecem o conjunto de relações de produção possíveis; e a luta entre classes “seleciona” qual, dentre as relações de produção que pertencem ao conjunto possível, será aquela dominante de uma época.

Para explicar melhor o que significa dizer que as forças de produção estabelecem o conjunto possível das relações de produção, vamos apresentar um exemplo. Nos primórdios da história da humanidade, as relações de produção caracterizadas pela exploração do trabalho dos produtores diretos por uma classe dominante não estavam dentro do conjunto de relações possíveis. Isto porque o desenvolvimento das forças de produção era tão baixo que os indivíduos só conseguiam produzir o suficiente para que eles e sua prole pudessem sobreviver. Com o desenvolvimento da produtividade do trabalho, chega um momento deste desenvolvimento em que um indivíduo consegue produzir um excedente econômico, ou em outros termos, consegue produzir uma quantidade de víveres que excede suas necessidades. A partir deste momento, as relações de produção em que um conjunto de indivíduos se apropria do excedente do trabalho de um outro conjunto de indivíduos se torna possível. As relações escravistas, as relações feudais e aquelas do tipo “asiático” não faziam parte do conjunto de relações de produção possíveis no momento histórico em que as forças de produção estavam muito pouco desenvolvidas. Apenas a partir de um certo nível de desenvolvimento da produtividade do trabalho é que estas relações passaram a fazer parte do conjunto possível. E, inversamente, para o nível de desenvolvimento das forças produtivas do mundo atual, as relações de produção escravistas e feudais não estão dentro do conjunto possível de relações de produção dominantes.

Este modelo do materialismo histórico assume que determinadas relações de produção podem persistir como as dominantes de uma época mesmo se elas tiverem se tornado ineficientes em relação às forças de produção. Sendo assim, as relações de produção que são ineficientes quanto ao uso da capacidade produtivas e que bloqueiam o desenvolvimento contínuo destas últimas podem se perpetuar como as dominantes. Deste modo, o materialismo histórico mitigado defende que é possível haver uma estagnação do desenvolvimento da

capacidade produtiva da sociedade, posto que uma classe dominante correspondente a uma forma de organização econômica da produção social não-ótima em relação às forças produtivas pode conter as forças revolucionárias. Portanto, este novo modelo da teoria da história de Marx preserva a concepção de que as relações de produção possíveis são delimitadas pelas forças de produção, e a concepção de que é a luta entre classe o mecanismo por meio do qual se realiza a preservação ou mudança das relações de produção dominantes. Mas descarta a tese de que o processo histórico se constitui em um movimento necessário, caracterizado pelo progresso da capacidade produtiva humana.

Segundo o materialismo histórico mitigado, em uma época específica, quaisquer que sejam as relações de produção que se estabeleceram como as dominantes, elas pertenciam ao conjunto possível de relações de produção estabelecido pelas forças de produção. Se as forças de produção puderam se desenvolver no interior da forma de organização econômica da sociedade dominante de uma época, então com este desenvolvimento surge a possibilidade de novas relações de produção, relações estas que não faziam parte do conjunto de possibilidade em relação a um nível menos desenvolvimento das forças produtivas. Estas novas formas econômicas possíveis podem ser ou não mais ótimas para as forças produtivas que as vigentes. Se elas forem mais ótimas, isto significa dizer que as relações de produção vigentes se tornaram incompatíveis em relação às forças de produção, pois não são as mais adequadas para o desenvolvimento e aproveitamento da capacidade produtiva proporcionada pelas forças de produção. Mas ainda que a forma econômica dominante se tenha tornado incompatível com as forças de produção, e ainda que haja a possibilidade de relações de produção mais ótimas, a transformação da formação social vigente dependerá da luta entre classes, a qual pode ter como resultante a perpetuação da formação social vigente. Portanto, o desenvolvimento das forças de produção pode ser estancado.

2.5. Contradição absoluta e contradição relativa

Como vimos, Levine, Sober e Wright concordam com a interpretação do marxismo ortodoxo dos escritos de Marx; mas ao contrário dos partidários desta vertente, os três marxistas analíticos assumem que o materialismo histórico não se sustenta quanto à sua consistência argumentativa e quanto à sua factibilidade. Os partidários do marxismo ocidental apresentam as mesmas críticas à factibilidade da versão do marxismo ortodoxo, embora discordem que Marx atribua primazia explicativa às forças de produção.

Os autores do *Reconstruindo o Marxismo* apresentam um modelo do materialismo histórico que para eles torna a concepção histórica de Marx factível; este modelo é congruente com a interpretação que o marxismo ocidental atribui aos escritos de Marx. Portanto, aquilo que para Levine, Sober e Wright seria um novo modelo do materialismo histórico, para os marxistas políticos é o próprio modelo do materialismo histórico apresentado por Marx.

Com isto, não queremos dizer que o modelo do materialismo histórico mitigado é absolutamente idêntico à interpretação dos marxistas ocidentais da teoria de Marx. Em verdade, mesmo os partidários do marxismo ocidental possuem muitas divergências entre si. Mas apesar desta heterogeneidade de suas concepções, os partidários do marxismo ocidental compartilham entre si uma concepção comum da teoria da história de Marx, e esta concepção comum, em termos gerais, é a mesma apresentada pelo modelo do marxismo mitigado.

Nossa principal preocupação daqui para frente não será com a factibilidade do materialismo histórico ou, em outros termos, a sua capacidade explicativa da realidade. Direcionaremos nossa investigação em relação ao debate da interpretação mais correta dos escritos de Marx acerca do materialismo histórico.

É correto, como afirmam os partidários do marxismo ocidental, que Marx atribui uma importância explicativa à luta entre classes para o processo histórico. Como o filósofo alemão afirma no *Manifesto Comunista*: “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes”.²⁰ Portanto, o papel desempenhado pela agência, vontade e pelas estratégias escolhidas pelas classes possui um papel crucial para definir os rumos da história. Mas Marx não apresenta a agência, vontade e as estratégias das classes como uma consequência mecânica da relação de compatibilidade ou incompatibilidade entre as formas de organização da produção social e o desenvolvimento das forças produtivas. Há, neste sentido, uma concepção de liberdade relativa da agência dos atores históricos implícita no materialismo histórico. E sendo assim, o processo histórico se apresenta aberto à contingência.

A atribuição de liberdade à agência dos atores históricos e de contingência ao processo histórico é uma premissa fundamental da teoria da história de Marx. A filosofia deste autor se baseia em uma concepção de que uma teoria se configura em um instrumento para a modificação da realidade. E a finalidade em razão da qual o filósofo alemão empreendeu uma investigação dos padrões inscritos nas transformações históricas é a de proporcionar um instrumento para orientação prática das possibilidades de ação e de estratégia do proletariado

²⁰ MARX, Karl. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998. pag. 40.

tendo em vista uma revolução. Se a agência dos atores históricos já estivesse pré-determinada por leis inexoráveis, não haveria necessidade de se realizar uma investigação cuja finalidade é precisamente ampliar a capacidade do proletariado em promover uma revolução por meio da compreensão do desenvolvimento histórico. Bastaria esperar que a “astúcia das forças produtivas” fizesse sua parte.

Sendo assim, à primeira vista, pode parecer que a interpretação que o marxismo político realiza do materialismo histórico é mais coerente com os escritos de Marx. Neste sentido, as forças produtivas teriam um papel explicativo limitado, estabelecendo os limites possíveis da agência humana, ou seja, a ação das classes pode resultar em mais de um resultado, mas há um limite de resultados possíveis e este limite é estabelecido pelo nível de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas. Esta interpretação se apresenta coerente com o seguinte trecho de Marx, extraído de *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*:

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram.²¹

Deste modo, se por um lado se deva atribuir liberdade à vontade e agência dos seres humanos e classes, por outro, aquilo que eles podem fazer com a sua liberdade se encontra delimitado por um conjunto de possibilidades, sendo este conjunto estabelecido pelas condições materiais de produção. Com isto fica implícito que determinadas relações de produção que se tornaram não-ótimas quanto ao uso e desenvolvimento das forças de produção podem se perpetuar e, conseqüentemente, é impossível atribuir à história uma direcionalidade necessária de desenvolvimento da capacidade produtiva dos seres humanos.

Por mais plausível que esta interpretação do materialismo histórico de Marx possa parecer, há um problema em aceitá-la, pois não são poucas as passagens em que o filósofo alemão não apenas atribui uma direcionalidade progressiva à história como também concebe a contradição entre as relações de produção e as forças produtivas como a causa primeira a partir da qual as sucessões históricas se realizam. Um destes textos é o próprio prefácio do *Contribuição à Crítica da Economia Política*, o qual já citamos em 2.2. Em *Democracy Against Capitalism*, Ellen Wood, partidária do marxismo político, corrente que compartilha da visão do marxismo ocidental, sustenta que as afirmações de Marx presentes no famoso parágrafo do prefácio são aforismas e que não são congruentes com os demais textos do

²¹ MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Trad.: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, p.25.

autor.²² Quanto à primeira alegação, acreditamos ser falsa, pois como vamos procurar asseverar posteriormente, o próprio texto de *O Capital* procura demonstrar que o desenvolvimento da produtividade do trabalho, no interior das relações capitalistas, estabeleceria limites históricos para a continuidade das relações de produção capitalistas. A segunda alegação certamente é falsa. Para comprovar, citamos abaixo algumas afirmações de Marx presentes em textos escritos em épocas distintas:

Nos *Grundrisses*, texto redigido entre os anos de 1857 e 1858, vemos a seguinte afirmação de Marx:

Para além de certo ponto, o desenvolvimento das forças produtivas devém um obstáculo para o capital; ou seja, a relação de capital devém um obstáculo para o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho. Ao atingir esse ponto, o capital, i.e., o trabalho assalariado, entra na mesma relação com o desenvolvimento da riqueza social e das forças produtivas que o sistema das corporações, a servidão, a escravidão e, como grilhão, é necessariamente removido.²³

Neste trecho, Marx não apenas está afirmando que quando as relações de produção capitalistas se tornam um obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas elas implodem, mas que esta implosão se sucedeu a formas de organização da produção social pré-capitalistas pela mesma razão.

Vemos também nos *Grundrisse* a seguinte afirmação:

Um nível determinado do desenvolvimento das forças produtivas dos sujeitos que trabalham, ao qual correspondem relações determinadas dos sujeitos entre si e com a natureza – nisso se resolve, em última instância, tanto sua comunidade quanto a propriedade fundada sobre ela.²⁴

No livro *A miséria da Filosofia*, escrito em 1847, o filósofo alemão também assume que as relações de produção se modificam em decorrência do desenvolvimento das forças produtivas:

As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens transformam o seu modo de produção e, ao transformá-lo, alterando a maneira de ganhar sua vida, eles transformam todas as suas relações sociais. O moinho movido pelo braço humano nos dá a sociedade com o suserano; o moinho a vapor dá-nos a sociedade com o capitalista industrial²⁵

²² WOOD, E.M. *Democracy Against Capitalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p.129.

²³ MARX, Karl. *Grundrisse*. Trad.: Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011

²⁴ *Ibid.*

²⁵ MARX, Karl. *A Miséria da Filosofia*. Trad.: José Paulo Netto. São Paulo: Global Editora, 1985. p.106.

A mesma concepção de relação entre a forma econômica e as forças produtivas é reafirmada no *Manifesto Comunista*:

Vimos, portanto, que os meios de produção e de troca, sobre cuja base se ergue a burguesia, foram gerados no seio da sociedade feudal. Numa certa etapa de desenvolvimento desses meios de produção e de troca, as condições em que a sociedade feudal produzia e trocava - a organização feudal da agricultura e da manufatura, em suma, o regime feudal de propriedade - deixaram de corresponder às forças produtivas em pleno desenvolvimento. Tolhiam a produção em lugar de impulsioná-la. Transformaram-se em outros tantos grilhões que era preciso despedaçar; e foram despedaçados.²⁶

As forças produtivas de que dispõe [a sociedade] não mais favorecem o desenvolvimento das relações burguesas de propriedade; pelo contrário, tornaram-se poderosas demais para estas condições, passam a ser tolhidas por elas; e assim que se libertam destes entraves, lançam na desordem a sociedade inteira e ameaçam a existência da propriedade burguesa. O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio.²⁷

Em *Trabalho Assalariado e Capital*, escrito em 1849, mas baseado em conferências proferidas por Marx no ano de 1847, temos a mesma consideração do desenvolvimento histórico:

These social relations between the producers, and the conditions under which they exchange their activities and share in the total act of production, will naturally vary according to the character of the means of production. With the discovery of a new instrument of warfare, the firearm, the whole internal organization of the army was necessarily altered, the relations within which individuals compose an army and can work as an army were transformed, and the relation of different armies to one another was likewise changed.²⁸

We thus see that the social relations within which individuals produce, the social relations of production, are altered, transformed, with the change and development of the material means of production, of the forces of production. The relations of production in their totality constitute what is called the social relations, society, and, moreover, a society at a definite stage of historic development, a society with peculiar, distinctive characteristics. Ancient society, feudal society, bourgeois (or capitalist) society, are such totalities of relations of production, each of which denotes a particular stage of development in the history of mankind.²⁹

Em *O Capital*:

Ele [o “modo de produção” baseado na pequena propriedade camponesa] só é compatível com estreitas barreiras naturalmente desenvolvidas da produção e da sociedade. Pretender eternizá-lo significaria, como diz Pecqueur com razão, “decretar a mediocridade geral”. Em certo nível de desenvolvimento, produz os meios materiais de sua própria destruição. A partir desse momento agitam-se forças

²⁶ MARX, Karl. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998. p. 44-45.

²⁷ Ibid, p.45

²⁸ MARX, Karl. *Wage, Labour and Capital*. New York: Internacional Publishers, 1976. p.28

²⁹ Ibid. p. 28-29.

e paixões no seio da sociedade, que se sentem manietadas por ele. Tem de ser destruído e é destruído.³⁰

Há muitos outros trechos e que Marx atribui à incompatibilidade ou contradição das relações de produção com as forças produtivas a causa das transformações da base econômica, como também uma direcionalidade do processo histórico enquanto progresso das forças produtivas.

Pode ser o caso de que uma concepção do materialismo histórico que não atribua primazia explicativa às forças produtivas e que, portanto, não conceba que seja possível estabelecer uma direcionalidade necessária ao processo histórico, seja mais plausível em termos de factibilidade da teoria. Mas não podemos estabelecer que a interpretação A é a mais correta em detrimento da interpretação B apenas porque A é mais factível. Uma coisa é o debate sobre o que o autor realmente teorizou; outra coisa é um debate acerca do poder explicativo da teoria concebida por este autor.

As citações que apresentamos acima parecem mais congruentes com a interpretação que o marxismo ortodoxo efetua do materialismo histórico. Mas se assumimos esta interpretação, voltamos aos mesmos problemas que havíamos destacado anteriormente: se Marx atribui um grau de liberdade à agência e vontade dos seres humanos, se a ação e as estratégias das classes não podem ser explicadas apenas em virtude da compatibilidade ou incompatibilidade entre as relações de produção e as forças produtivas, e sendo a luta entre classes o mecanismo necessário pelo qual a substituição de uma formação social por outra se realiza, como explicar que a incompatibilidade das relações de produção com as forças produtivas engendre, necessariamente, uma substituição de uma formação social por outra por meio da agência das classes?

Apresentaremos uma hipótese de solução para este problema baseada em um outro conceito de incompatibilidade ou contradição das relações de produção com as forças de produção.

Como exposto anteriormente, Cohen estabelece que uma contradição ou não correspondência de determinadas relações de produção com as forças produtivas significa que estas relações de produção não são ótimas para o uso e desenvolvimento das forças de produção. Levine, Wright e Sober assumem o mesmo conceito de contradição das relações de produção com as forças produtivas. Mas na versão do materialismo histórico mitigado apresentada por estes três últimos, há um outro conceito de contradição implícito.

³⁰ MARX, Karl. *O Capital*, volume I, tomo II. Trad.: Flávio R. Kothe e Regis Barbosa. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996. p.379.

Segundo o materialismo histórico mitigado, para um determinado nível de desenvolvimento das forças de produção, há um conjunto de relações de produção possíveis e um conjunto de relações de produção não possíveis. No interior do conjunto das relações de produção possíveis, há aquelas que são menos ótimas para o uso e desenvolvimento das forças de produção. Estas relações que são menos ótimas são aquelas que foram definidas como incompatíveis ou contraditórias com as forças produtivas. Mas aquelas relações de produção que não estão dentro do conjunto das relações possíveis também podem ser definidas como incompatíveis ou contraditórias com as forças de produção. Sendo assim, temos aqui dois sentidos distintos para contradição: em um deles, contradição ou incompatibilidade das relações de produção significa que estas, embora possíveis, são ineficientes quanto ao uso e desenvolvimento das forças de produção; no outro, contradição, não correspondência ou incompatibilidade significa que determinadas relações de produção não tornam possível a organização da produção social para um dado nível de desenvolvimento das forças produtivas. No primeiro caso, incompatibilidade ou contradição significa ineficiência; no segundo caso, incompatibilidade ou contradição significa impossibilidade. Denominaremos uma relação de incompatibilidade ou contradição das relações de produção com as forças produtivas segundo o sentido de ineficiência de incompatibilidade ou contradição relativa; denominaremos uma relação de incompatibilidade ou contradição das relações de produção com as forças produtivas segundo o sentido de impossibilidade de incompatibilidade ou contradição absoluta.

Como já expusemos anteriormente, para um nível muito baixo de desenvolvimento das forças de produção em que não há um excedente do trabalho, ou que o excedente do trabalho é muito baixo, relações de produção que se configuram pela existência de uma classe de produtores diretos e por uma classe dominante que extrai o produto do excedente do trabalho dos produtores diretos não são possíveis; portanto, sua não-correspondência com as forças de produção se dá no sentido de contradição absoluta. Quando se toma em consideração a história humana, não é difícil mostrar que para um certo estágio de desenvolvimento das forças produtivas, determinadas relações de produção que vieram a existir após um desenvolvimento ulterior destas forças produtivas não eram possíveis. Difícil é demonstrar o inverso: que determinadas relações de produção que já existiram não poderiam continuar existindo após um desenvolvimento ulterior das forças de produção.

Como mostrado em diversas passagens citadas, Marx assume que, com o desenvolvimento das forças produtivas, as relações de produção dominantes vigentes entram em contradição com estas forças produtivas desenvolvidas. Se esta contradição for do tipo

relativo, as relações de produção dominantes vigentes não são as que melhor aproveitam a capacidade produtiva das forças de produção entre aquelas possibilitadas pelo desenvolvimento das forças de produção. Se, ao contrário, esta contradição for do tipo absoluto, então as relações de produção dominantes não são mais capazes de organizar a produção, de modo que sua não substituição significaria a paralização da produção material da sociedade, produção esta que é condição de existência da sociedade.

Agora temos de nos perguntar: de que modo o conceito de contradição absoluta pode nos ajudar a solucionar o problema que expusemos anteriormente? Com a contradição absoluta, o desenvolvimento das forças de produção atingiu um limite em que as relações de produção dominantes vigentes já não são mais capazes de organizar a produção e a manutenção destas relações acarretaria na impossibilidade da produção material da sociedade. Sendo assim, a substituição das relações de produção dominantes por outras se torna um imperativo, uma condição necessária para a própria sobrevivência da sociedade em que a incompatibilidade se deu. Ou em outros termos, a continuidade das relações de produção vigentes não é uma opção, uma possibilidade de escolha. Sendo assim, os seres humanos são obrigados a mudar a forma de organização da produção social. Embora os agentes históricos sejam livres, eles não são livres em termos absolutos. Eles são livres para realizar aquilo que as possibilidades históricas permitem. E se a perpetuação das relações de produção até então vigentes se torna uma impossibilidade histórica, então os seres humanos são obrigados a mudar a forma de organização da produção social até então vigente.

Mesmo no caso da compatibilidade ou contradição absoluta, em que uma mudança da forma de organização da produção social é necessária, a luta entre classes tem um papel decisivo na explicação da nova configuração social que irá suceder àquela que deve ser substituída. Se por um lado a incompatibilidade absoluta acarreta em uma exigência de que as relações de produção dominantes sejam modificadas, por outro, a especificidade das novas relações de produção dominantes que irão suceder às primeiras encontra-se aberta à contingência: posto que as condições materiais podem possibilitar mais de uma relação de produção possível, disto se segue que será o resultado contingente da luta entre classes que irá determinar qual dentre as relações de produção possíveis será a nova relação de produção dominante.

Aqui, cabe fazermos um questionamento: serão sempre as classes não-dominantes de uma época que irão se mobilizar para promover uma transformação da base econômica? Como vimos, para Cohen, Levine, Sober e Wright, sim. E esta certamente é a visão mais corrente da concepção de luta entre classes de Marx. Mas do fato de que esta seja a visão mais

corrente, disto não se segue que seja verdadeira. Uma leitura um pouco mais aprofundada do capítulo “A chamada acumulação primitiva do capital”, ao nosso ver, estabelece uma visão diferente da luta entre classes como mecanismo de transformação da base econômica. Neste texto, Marx não explica a dissolução das antigas formas de produção, baseadas no pequeno camponês cujo excedente de trabalho é explorado pelo *landlord*, a partir da revolta dos camponeses contra a exploração da qual são vítimas, mas sim segundo uma aliança entre a burguesia e os *landlords* para converter a exploração do trabalho do pequeno produtor camponês, que trabalha segundo um processo de produção individual e em parcelas de terras muito limitada, em exploração capitalista do campo. A conversão da grande massa de camponeses em assalariados explorados pelos capitalistas arrendatários do campo, ou então em indivíduos dissociados da terra, por meio do processo dos *enclosures*, se deu não apenas em razão do interesse e ação dos capitalistas da cidade, que pretendiam investir seu capital no campo, mas também em razão dos senhores feudais, que viram na forma de exploração capitalista do campo um modo de ampliar o excedente econômico que podiam obter. A expulsão dos camponeses do campo, ou sua conversão em assalariados de arrendatários capitalistas, é um processo que é consequência da agência das classes dominantes que, para realizar tal fim, se utilizaram de meios violentos e mesmo do estado como aparelho de coerção. Este processo pode ser incluindo dentro do conceito de luta entre classes.

Sendo assim, com o desenvolvimento das forças produtivas, no caso de uma incompatibilidade relativa, pode surgir a possibilidade de novas relações de produção que, por serem mais ótimas em termos de eficiência, podem permitir que se extraia um excedente maior dos produtores diretos e, em razão disto, a própria classe dominante de uma época, ou alguns membros desta classe dominante, podem agir tendo em vista o estabelecimento destas relações de produção mais ótimas por permitirem aumentar o excedente que podem extrair dos produtores diretos, o que pensamos ser o caso da explicação que Marx dá para o estabelecimento das relações de produção capitalistas no campo. No caso de uma incompatibilidade em termos absolutos, se determinadas relações de produção nas quais há a exploração de um excedente dos produtores diretos se tornaram inviáveis, e se entre as relações de produção que fazem parte do conjunto possível houver alguma na qual se mantém a relação de exploração do excedente de uma classe pela outra, então pode ser o caso de que, para poder continuar explorando um excedente econômico, os membros da classe dominante daquelas relações de produção que se tornaram inviáveis sejam eles mesmos os protagonistas no estabelecimento de novas relações de produção nas quais eles possam continuar obtendo

um excedente econômico. Embora neste caso, eles se convertam em membros de uma nova classe dominante correspondente a um nova configuração econômica.

A partir desta diferenciação dos conceitos de contradição relativa e contradição absoluta, podemos afirmar que o desenvolvimento das forças produtivas explica o processo histórico pelos seguintes motivos: [1] quando se trata de uma incompatibilidade relativa, é em razão do desenvolvimento das forças de produção que surgem as condições materiais para novas relações de produção mais ótimas; [2] quando se trata da incompatibilidade absoluta, é em razão do desenvolvimento das forças produtivas e posterior incompatibilidade absoluta com as relações de produção dominantes que estas últimas devem ser imperiosamente substituídas. Por outro lado, a luta entre classes explica o processo histórico pelos seguintes motivos: [1] quando se trata de uma incompatibilidade relativa, é em razão da luta entre classes que se explica se a formação social vigente será ou não substituída por outra; [2] quando se trata de uma incompatibilidade absoluta, em que a substituição da formação social vigente é necessária, é a luta entre classes que vai determinar qual a formação social que irá sucedê-la. Deste modo, a liberdade da agência dos atores históricos é assumida; porém, as possibilidades de ação são restringidas pelas forças de produção.

As circunstâncias sob as quais os seres-humanos fazem a sua própria história são as condições materiais a partir das quais eles devem estabelecer uma organização econômica de sua produção material. Mas eles não podem estabelecer qualquer organização econômica: o nível de desenvolvimento das forças produtivas restringe as possibilidades das relações de produção possíveis. Quando considerado o nível de desenvolvimento das forças de produção no século X, as relações de produção capitalistas não eram possíveis, pois estas demandam um nível de produtividade do trabalho muito mais alto; por outro lado, quando considerado o nível de desenvolvimento das forças de produção no século atual, as relações de produção escravistas não são possíveis como a forma de sociabilidade econômica dominante, pois elas somente podem existir em uma época onde as forças de produção tiverem um nível de desenvolvimento muito mais baixo do que o atual.

Sendo assim, a determinação da agência humana pelas forças produtivas se dá no sentido da restrição das possibilidades. A luta entre classes pode resultar na manutenção de determinadas relações de produção ou em sua modificação; a possibilidade de que frações da classe dominante de uma época consigam resistir a uma transformação da formação social vigente depende de que as relações de produção dominantes não tenham se tornado incompatíveis em termos absolutos com as forças de produção; e o conjunto possível de

relações de produção que podem suceder uma outra como dominantes é também delimitado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas.

Tendo em vista que as forças de produção se desenvolvem ao longo da história, dado um certo nível de desenvolvimento atingido pelas mesmas no seio de uma formação social, surge a possibilidade de novas relações de produção mais ótimas para as forças produtivas. Com o contínuo desenvolvimento destas forças produtivas, as próprias relações de produção dominantes podem acabar sendo excluídas do conjunto de relações de produção possíveis e, deste modo, uma transformação da estrutura econômica de uma formação social se torna necessária. Mas a vontade e liberdade de agência dos atores históricos cumprem um papel explicativo neste processo de transição mesmo no caso de uma incompatibilidade absoluta, posto que, de um conjunto possível de relações de produção que podem suceder àquela que se tornou incompatível, a que se constituirá como a nova forma de organização econômica da sociedade dependerá do resultado contingente da luta entre classes.

Mas agora precisamos responder à seguinte pergunta: o que justifica que concebamos a contradição entre as relações de produção e as forças produtivas segundo o sentido de contradição absoluta? Defenderemos que a contradição absoluta se encontra presente na análise de Marx acerca do desenvolvimento das forças produtivas no interior das relações de produção capitalistas.

Isto nos leva a um outro debate acerca da teoria de Marx, a saber: em sua investigação do desenvolvimento das relações de produção capitalistas, o filósofo alemão estabelece um colapso necessário destas relações, em razão do desenvolvimento das forças produtivas, ou este colapso somente se realizará se a classe dos proletários se mobilizar e conseguir promover uma revolução?

O debate histórico que gira em torno desta questão, em termos gerais, se direciona à lei da queda tendencial da taxa de lucro, formulada por Marx no terceiro volume de *O Capital*. Partidários de uma concepção de que as relações de produção capitalistas, ao desenvolverem as forças de produção, engendram seu próprio colapso, defendem que a lei da queda tendencial da taxa de lucro estabeleceria limites históricos a partir dos quais as relações de produção capitalistas se tornariam inviáveis. Por outro lado, partidários da concepção oposta assumem que a lei da queda tendencial da taxa de lucro estabelece apenas uma tendência possível e não uma lei cuja realização se faria de modo inexorável.

O caráter tendencial desta lei pode ser compreendido ou bem como uma possibilidade que pode ou não se realizar, ou bem como uma lei que deve se realizar, embora exista uma

variação de maneiras pelas quais esta lei pode se realizar, incluindo uma variação temporal, isto é, ela pode se realizar em um tempo “x” ou muito depois.

Defenderemos nesta dissertação que a lei da queda tendencial da taxa de lucro de Marx é uma lei cuja realização é necessária e que esta sua realização impõe a impossibilidade da continuidade das relações de produção capitalistas como a forma dominante da organização da produção social.

Posteriormente, procuraremos demonstrar também um outro argumento de Marx para o colapso necessário das relações de produção capitalistas em razão do desenvolvimento das forças produtivas. Este segundo argumento se apresenta em um trecho dos *Grundrisse* que, embora muito conhecido, é pouco explorado nos debates acerca do colapso necessário das relações de produção capitalistas.

Para podermos argumentar em favor da nossa interpretação de que Marx desenvolve uma teoria de colapso das relações capitalistas em função do desenvolvimento das forças produtivas, interpretação esta que nos permite defender que o conceito de contradição absoluta se encontra presente na teoria concebida pelo filósofo alemão, nós precisaremos analisar a lei da queda tendencial da taxa de lucro formulada por ele; mas para tal, temos primeiro de apresentar uma análise da investigação de Marx das relações de produção capitalistas, incluindo nesta análise os principais conceitos envolvidos nestas relações e as transformações que se sucedem nelas em razão do desenvolvimento das forças de produção.

Faremos esta exposição a partir do texto de *O Capital*. Em sua totalidade, esta nossa exposição acabará se constituindo em uma síntese dos principais conceitos e argumentos presentes nesta obra de Marx.

Sendo assim, no próximo capítulo exporemos a caracterização de Marx da especificidade das relações de produção capitalista e de seus principais conceitos, tal como presentes em *O Capital*. Dividiremos este capítulo em quatro partes: na primeira, faremos uma breve consideração sobre a metodologia empregada em *O Capital*; na segunda, exporemos a teoria do valor, que é o fundamento da concepção de Marx das relações de produção capitalistas; na terceira parte, consideraremos as especificidades destas relações de produção; e na quarta parte, exporemos outros conceitos essenciais envolvidos nestas relações e as modificações que se sucedem a elas em razão do desenvolvimento das forças produtivas. No quarto capítulo, defenderemos que o conceito de contradição absoluta se encontra presente na análise de Marx do desenvolvimento das relações de produção capitalistas. Sustentaremos este posicionamento a partir da de uma análise da lei da queda tendencial da taxa de lucro e de

um texto extraído dos *Grundrisse* no qual o filósofo alemão expõe as consequências para as relações capitalistas do desenvolvimento das forças produtivas e da automação da produção.

3. AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO CAPITALISTAS EM *O CAPITAL*

3.1. O método das aproximações sucessivas

Em *O Capital*, Marx emprega uma metodologia que se caracteriza em a investigação iniciar-se tendo como objeto conceitos ou fenômenos mais simples, abstratos, para a partir das conclusões realizadas nesta primeira investigação, passar a direcionar-se a conceitos ou fenômenos mais complexos. Para o autor, a realidade é uma “síntese de muitas determinações”³¹; isto significa que a realidade é produto de muitos fenômenos que interagem entre si, produzindo esta síntese. Para compreendê-la, é preciso investigar a natureza própria dos fenômenos que a produziram; mas isto somente é possível se cada fenômeno for considerado abstratamente, sem a interferência de fenômenos externos a ele que prejudiquem essa sua compreensão. Na física, por exemplo, a velocidade de queda de um objeto é uma síntese de duas forças que operam neste objeto em sentidos opostos: de um lado, a força de gravidade; do outro, a resistência do ar. Para compreender como interagem estas duas forças, é preciso primeiro investigar a atuação da força da gravidade no objeto, fazendo-se abstração da resistência do ar. Apenas após esta investigação ter sido realizada é que se deve considerar de que modo a resistência do ar interfere no movimento de queda do objeto. Para Marx, algumas leis e determinações dos fenômenos sociais somente podem ser descobertas se analisarmos estes fenômenos em sua “pureza”, sem a interação e influência de outros fenômenos. Por isto que se faz necessário analisar estes fenômenos em sua forma pura. Quando, no desenvolvimento teórico, eles passam a compor fenômenos mais complexos, as leis descobertas em seu “estado puro” são essenciais para a compreensão dos fenômenos mais complexos.

Sendo assim, se a teoria começasse pelos fenômenos complexos, ela faria uma análise insuficiente deles, pois não teria a compreensão daquelas leis que somente podem ser descobertas no nível de pesquisa mais abstrato.

O método de Marx, portanto, consiste em “elevar-se do abstrato ao concreto”³². O pensamento concreto é aquele que apreende os fenômenos antes analisados isoladamente em

³¹ MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Trad.: Florestan Fernandes. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.258.

³² Ibid. p.259.

uma consideração na qual mais fenômenos e conceitos são levados em conta. Seguindo Paul Sweezy, denominaremos este método de método das aproximações sucessivas³³.

Segundo o método das aproximações sucessivas, para dar início à investigação, é preciso utilizar a ferramenta da abstração: [...] “na análise das formas econômicas não podem servir nem o microscópio nem reagentes químicos. A faculdade de abstrair deve substituir ambos”.³⁴

Entendemos que o emprego de Marx da ferramenta da abstração se dá de duas maneiras distintas.

Em uma delas, Marx abstrai dos fenômenos e conceitos que investiga os fenômenos extrínsecos e efêmeros. No interior das relações de produção capitalistas, há aqueles fenômenos essenciais, que são permanentes e regulam o funcionamento do capitalismo, e que, portanto, a partir da compreensão deles, se pode explicar o modo de funcionamento do capitalismo, e fenômenos efêmeros. É preciso compreender aqueles fenômenos essenciais em sua pureza, isto é, abstraídos da interferência dos fenômenos casuais.

A outra consiste na abstração de fenômenos que possuem uma conexão necessária, como condição mesma para a compreensão desta conexão interna entre estes fenômenos. Vejamos o porquê. Alguns fenômenos são essencialmente complexos, como as relações de produção capitalistas. Estas são relações em que todos os elementos da produção são convertidos em mercadorias: o produto do trabalho, os meios de produção e a própria força de trabalho. E todas as mercadorias são trocas por dinheiro. Portanto, para a compreensão das relações de produção capitalistas, é preciso, primeiro, compreender as propriedades das mercadorias e do dinheiro. Somente a partir da compreensão destes conceitos é que se torna possível realizar uma análise das relações de produção capitalistas.

Na metodologia empregada por Marx, além de uma distinção entre conceitos ou fenômenos abstratos e concretos, pode-se fazer também uma distinção entre modelos teóricos abstratos e concretos. Cada modelo teórico em *O Capital* se define pela delimitação dos fenômenos que ele pretende explicar. Podemos encontrar três modelos teóricos nesta obra. Marx inicia o *Capital* com o modelo teórico mais abstrato de todos. Neste primeiro modelo, o autor supõe que a sociedade é composta por produtores de mercadoria, sem interferência das determinações mais complexas das relações capitalistas. É o que se denomina de “produção simples de mercadoria”. Esta forma social se caracteriza por os indivíduos produzirem suas

³³ SWEEZY, P. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*. Trad.:Waltensir Dutra. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p.23.

³⁴ MARX, Karl. *O Capital*, volume I, tomo I. Trad.: Flávio R. Kothe e Regis Barbosa. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996. p.130.

próprias mercadorias e trocaram entre si o produto de seu trabalho tendo em vista apenas a utilidade que as mercadorias proporcionam. Neste primeiro modelo, são estudados os conceitos de mercadoria, valor e dinheiro.

No segundo Modelo, as leis derivadas do estudo das mercadorias são usadas na análise das relações de produção capitalistas. Aqui, o autor abstrai os efeitos da concorrência dos próprios capitalistas entre si, focando-se no estudo dos aspectos distintivos destas relações econômicas.

No terceiro modelo, Marx passa a analisar as determinações inferidas nos modelos anteriores em sua interação com novas determinações que dizem respeito à concorrência dos capitalistas entre si e à relação das diversas classes sociais quanto à distribuição do produto do trabalho social.

Precisamos fazer uma última observação aqui. A caracterização de um conceito ou modelo teórico como abstrato ou concreto não diz respeito àquilo que ele denota; as coisas no mundo não são abstratas ou concretas; a propriedade de ser concreto ou abstrato diz respeito aos próprios conceitos. O objeto de análise de *O Capital* são as relações de produção capitalistas em seus aspectos mais essenciais. Estas relações de produção são um complexo de muitos fenômenos sociais. Os conceitos e modelos mais abstratos são aqueles que abarcam alguns poucos fenômenos sociais, tendo em vista uma análise destes em um “estado ideal”, sem interferência dos demais fenômenos. Um modelo mais concreto é aquele que abarca uma quantidade maior dos fenômenos que precisam ser estudados para uma compreensão do modo de funcionamento do capitalismo e suas tendências imanentes. Portanto, quando mais concreta for a construção do modelo teórico, e tanto mais preciso será este modelo.

3.2. Mercadoria, valor e dinheiro

Marx inicia sua investigação em *O Capital* a partir do conceito de mercadoria, pois este é o conceito mais simples das relações de produção capitalistas.

Em razão do método das aproximações sucessivas, o filósofo alemão não inicia sua investigação das mercadorias considerando estas enquanto produtos das relações de produção capitalistas, mas sim segundo produtos das relações de produção simples de mercadorias. Essas se caracterizam por serem os produtores diretos eles mesmos donos de seus meios de produção e por ser o produto de seu trabalho uma mercadoria.

Enquanto que o pequeno camponês parceleiro, por exemplo, produz valores-de-uso que serão consumidos por ele e por sua família, cada produtor de mercadorias produz um

conjunto de uma espécie particular de valores-de-uso que serão trocados por outros valores-de-uso produzidos por outros produtores individuais, seja efetuada esta troca por meio do escambo, seja ela efetuada por intermédio do dinheiro. Enquanto que os camponeses parceiros são independentes, pois dependem apenas do produto de seu próprio trabalho para satisfazerem suas necessidades, os produtores de mercadoria são interdependentes por dois motivos: primeiro, porque o produto de seu trabalho precisa satisfazer necessidades sociais, ou seja, precisa corresponder a um mercado consumidor; segundo, porque as suas necessidades individuais somente podem ser satisfeitas pelo produto do trabalho de outros produtores de mercadorias.

Embora não tenhamos ainda apresentado o conceito de dinheiro, podemos presumir sua existência para expor aquilo que Marx denominou de circulação simples das mercadorias.

A circulação simples das mercadorias expressa as trocas individuais que os produtores de mercadorias realizam. O movimento que estas trocas executam é representado por Marx pela fórmula: $M - D - M$, sendo “M” um signo que representa mercadoria, e “D” um signo que representa dinheiro. Tal fórmula é composta por dois momentos sucessivos: o movimento da venda, $M - D$, e o movimento da compra, $D - M$.

Cada produtor individual possui, inicialmente, um conjunto de mercadorias de uma espécie particular, que é produto de seu trabalho. Como cada produtor individual de mercadorias precisa de dinheiro para comprar as mercadorias com as quais pode satisfazer suas necessidades, estes produtores de mercadorias precisam ir ao mercado vender as mercadorias que são produtos de seu trabalho. Realizam assim o primeiro ato da circulação simples das mercadorias: $M - D$. De posse do dinheiro, eles podem comprar as mercadorias que satisfazem suas necessidades. Realizam assim o segundo ato da circulação simples das mercadorias: $D - M$. Deste modo, a circulação simples das mercadorias é a representação do movimento de circulação que o produto do trabalho dos produtores de mercadoria executa.

É importante observarmos que as relações de produção simples de mercadorias, embora se refiram a uma forma de sociabilidade econômica real, nunca se constituíram nas relações dominantes de uma época. O modelo teórico com que Marx inicia *O Capital* é um modelo abstrato das relações capitalistas, e não uma apreciação descritiva de uma formação social que já tenha tido existência.

Vamos acompanhar agora a análise de Marx acerca da mercadoria. Por ora, seguindo o procedimento de Marx, desconsideraremos a existência do dinheiro.

A consideração mais imediata que se pode ter de uma mercadoria é ela satisfaz algumas necessidades humanas e, neste sentido, toda e qualquer mercadoria é um valor-de-

uso. Por exemplo, um guarda-chuva serve para evitar que alguém se molhe. Esta função do guarda-chuva é, portanto, seu valor-de-uso.

Mas o valor-de-uso é uma propriedade comum à produção de riquezas de todas as formas econômicas. Não é esta a propriedade das mercadorias que as distingue do produto do trabalho de outras relações de produção. O que diferencia as mercadorias do produto do trabalho de outros tipos de relações de produção é o fato de elas terem também um valor-de-troca. O valor-de-troca é “a relação quantitativa, a proporção na qual valores-de-uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie”³⁵.

Sendo assim, o valor-de-troca de uma mercadoria é a proporção com que ela se troca por outra mercadoria. Para exemplificarmos este conceito, vamos supor que um produtor de casacos tenha interesse em comprar algumas garrafas de vinho. Então ele vai ao mercado e descobre que 1 casaco pode ser trocado por 10 garrafas de vinho. Deste modo, 10 garrafas de vinho são o valor-de-troca de 1 casaco; e inversamente, 1 casaco é o valor-de-troca de 10 garrafas de vinho. Sendo assim, 2 casacos terão o valor-de-troca de 20 garrafas de vinho, e 3 casacos terão o valor-de-troca de 30 garrafas de vinho.

Vamos supor também que o produtor de casacos queira comprar cadeiras. Então ele descobre que 1 casaco pode ser trocado por 2 cadeiras. Levando-se em consideração que 1 casaco pode ser trocado por 10 garrafas de vinho, então, por conclusão, 10 garrafas de vinho podem ser trocadas por 2 cadeiras, ou então, 5 garrafas de vinho podem ser trocadas por 1 cadeira.

Tendo em vista isto, Marx coloca a seguinte pergunta: o que determina que as mercadorias sejam trocadas na proporção com que se trocam? Ou em outros termos, o que determinada a proporção quantitativa com que se trocam as mercadorias “x” e “y”, ou qualquer mercadoria por outra mercadoria?

Em nosso exemplo, As 10 garrafas de vinho são o valor-de-troca de 1 casaco. Por outro lado, 1 casaco é o valor-de-troca de 10 garrafas de vinho. A questão que aqui se coloca é: o que determina que as mercadorias sejam trocas nesta proporção? Ou o que dá no mesmo: por que 10 garrafas de vinho são o valor-de-troca de 1 casaco, ou 1 casaco é o valor-de-troca de 10 garrafas de vinho?

Para o autor, a proporção com que as mercadorias se troca é uma relação de equivalência. E se é possível estabelecer uma relação de equivalência entre todas as mercadorias que existem, por mais diferentes que elas sejam entre si, como vinhos e casacos,

³⁵ MARX, Karl. *O Capital*, volume I, tomo I. Trad.: Flávio R. Kothe e Regis Barbosa. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996. p.166.

é porque deve haver algo em comum entre todas as mercadorias e em relação ao qual elas apenas difiram quantitativamente.

Portanto, para que as mercadorias possam se equiparar quantitativamente, elas precisam ser reduzidas a uma mesma qualidade, a uma mesma “substância comum”, da qual só difiram quantitativamente, e em razão desta diferença quantitativa, elas se trocam na proporção em que se trocam.

A este elemento comum a todas as mercadorias Marx dá o nome de valor. Assim, se 1 casaco se troca por 10 garrafas de vinho, isto se deve ao fato de que em 1 casaco há 10 vezes mais valor do que em 1 garrafa de vinho.

A questão, portanto, torna-se a seguinte: o que determina o valor das mercadorias?

Como vimos, o valor deve ser algo comum a todas as mercadorias e algo pelo qual elas apenas difiram quantitativamente. Para Marx, as únicas propriedades que todas as mercadorias compartilham entre si são as de que todas elas são úteis, possuem um valor-de-uso, e todas elas são produto do trabalho humano. Portanto, o valor deve ser determinado por uma destas duas propriedades.

O autor então procura negar a possibilidade de que o valor das mercadorias seja determinado por seu valor-de-uso: o valor é aquilo em que as mercadorias são qualitativamente idênticas e quantitativamente diferentes. Porém, o valor-de-uso das mercadorias é aquilo em que elas são qualitativamente diferentes:

“Como valores-de-uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de diferente qualidade, como valores-de-troca só podem ser de quantidade diferente, não contendo, portanto, nenhum átomo de valor de uso”.³⁶

Não sendo o valor-de-uso aquilo que determina o valor das mercadorias, só resta como propriedade comum a todas elas o trabalho humano dispendido para sua produção: “Deixando de lado então o valor de uso dos corpos das mercadorias, resta a elas apenas uma propriedade, que é a de serem produtos do trabalho”³⁷.

Sendo assim, o valor das mercadorias é determinado pelo trabalho contido nelas. Mas tendo em vista que ao considerarmos o trabalho como o denominador comum das mercadorias nós abstraímos das diferenças qualitativas delas, deste modo temos também de abstrair da diferença qualitativa dos trabalhos que produziram estas mercadorias:

³⁶ Ibid.p.167

³⁷ Ibid.p.167

Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato.³⁸

Consideremos agora o resíduo dos produtos do trabalho. Não restou deles a não ser a mesma objetividade fantasmagórica, uma simples gelatina de trabalho humano indiferenciado, isto é, do dispêndio de força de trabalho humano, sem consideração pela forma como foi despendida. O que essas coisas ainda representam é apenas que em sua produção foi despendida força de trabalho humano, foi acumulado trabalho humano. Como cristalizações dessa substância social comum a todas elas, são elas valores — valores mercantis.³⁹

Sendo assim, o valor das mercadorias é determinado pelo trabalho abstrato contido nelas; o trabalho de um marceneiro, de um sapateiro e de um costureiro são reduzidos a trabalho abstrato, no qual são desconsideradas as especificidades do trabalho do marceneiro, do sapateiro e do costureiro; são, neste sentido, dispêndio de força de trabalho humana sem consideração à forma deste dispêndio.

Se o valor das mercadorias é reduzido a trabalho humanos abstrato, por que algumas mercadorias têm mais valor do que outras? Isto se deve a que algumas mercadorias possuem mais trabalho objetificado nelas do que outras. E a quantidade de trabalho, por sua vez, é medida pelo tempo de trabalho: “A própria quantidade de trabalho é medida pelo seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, sua unidade de medida nas determinadas frações do tempo, como hora, dia etc.”⁴⁰.

Portanto, o valor das mercadorias é determinado pela quantidade de trabalho contido nelas. Se uma mercadoria possui duas vezes mais valor do que outra, é porque na primeira há duas vezes mais trabalho contido do que na segunda. Se 1 casaco necessita de 10 horas para ser produzido, e 1 cadeira necessita de 5 horas para ser produzida, então 1 casaco contém duas vezes mais valor do que 1 cadeira e, portanto, 1 casaco deverá ser trocado por 2 cadeiras. Estas 2 cadeiras são o valor-de-troca de 1 casaco porque nelas está contido o mesmo tempo de trabalho objetificado do que em 1 casaco.

Em posse desta conclusão, Marx estabelece um questionamento. Suponha-se que os artesãos que produzem sapatos levem em média 8 horas para produzir 1 par de sapatos; suponha-se também que exista, entre eles, um sapateiro menos hábil ou preguiçoso, que leva o dobro do tempo para produzir 1 par de sapatos. Neste caso, o par de sapatos do artesão mais preguiçoso terá o dobro do valor que os sapatos produzidos pelos artesãos mais hábeis? A

³⁸ Ibid.p.168

³⁹ Ibid.p.168

⁴⁰ Ibid.p.168

resposta é não. O valor de uma mercadoria não é equivalente ao tempo de trabalho gasto por seu produtor, mas sim ao tempo de trabalho socialmente necessário para que ela seja produzida. Esta é uma outra propriedade do trabalho abstrato enquanto determinante do valor das mercadorias: este tempo de trabalho é considerado segundo a produtividade média. Mas, o que é tempo de trabalho socialmente necessário?

Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho.⁴¹

Se em uma sociedade determinada, os sapateiros levem, em média, 8 horas para produzir 1 par de sapatos, então 8 horas é o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir 1 par de sapatos. E sendo assim, o valor de 1 par de sapatos será de 8 horas de tempo de trabalho socialmente necessário. Se um artesão menos hábil ou mais preguiçoso leva 16 horas para produzir 1 par de sapatos, isto não faz com que o par de sapatos que ele produziu tenha o valor de 16 horas. O valor do par de sapatos que ele produziu é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzir 1 par de sapatos. Portanto, durante as 16 horas em que este artesão produziu, ele criou um valor correspondente a apenas metade do tempo de trabalho em que ele esteve trabalhando.

O inverso se sucede ao produtor que produz com maior produtividade do que a média. Se um sapateiro consegue produzir 1 par de sapatos em 4 horas de trabalho, isto não significa que o valor do par de sapatos que ele produziu será equivalente a 4 horas de trabalho. Como o valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzir esta espécie de mercadoria, e como 1 par de sapatos leva, em média, 8 horas para ser produzido, então o par de sapatos produzidos pelo sapateiro mais produtivo conterà as mesmas 8 horas de trabalho em valor, embora ele só tenha preciso de 4 horas para produzi-lo. Sendo assim, em 4 horas de trabalho, este artesão terá criado um valor correspondente a 8 horas de tempo de trabalho socialmente necessário. Se ele produzir durante 8 horas, que é o tempo que os demais artesãos precisam para produzir 1 par de sapatos, então ele produzirá 2 pares de sapatos; e como cada par de sapatos contém um valor correspondente a 8 horas de tempo de trabalho socialmente necessário, então nestas 8 horas em que o artesão mais produtivo esteve trabalhando ele terá produzido um valor correspondente a 16 horas de tempo de trabalho socialmente necessário.

⁴¹ Ibid.p.169

Uma coisa é o tempo de trabalho individual que um produtor gasta para produzir uma mercadoria da espécie “x”; outra coisa é o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma mercadoria da espécie “x”. O valor de um exemplar particular da mercadoria da espécie “x” não é determinado pelo tempo de trabalho que o seu produtor despendeu, mas pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzir mercadorias desta espécie “x”.

Sendo assim, temos que o valor de uma mercadoria individual é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzir o tipo particular de mercadoria que esta mercadoria individual representa. Se 1 mercadoria do tipo “x” se troca por 2 mercadorias do tipo “y”, é porque 1 mercadoria do tipo “x” possui duas vezes mais tempo de trabalho socialmente necessário objetificado nela do que a mercadoria do tipo “y”.

O que acontece se se aumenta a produtividade média de produção de um determinado tipo de mercadoria, ou em outros termos, o que acontece se o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir um determinado tipo de mercadoria diminui? Com isto, o valor individual de cada mercadoria desta espécie diminui. “A grandeza do valor de uma mercadoria muda [...] na razão inversa da força produtiva do trabalho que nela se realiza”.⁴²

Supusemos anteriormente que o valor de 1 par de sapatos era equivalente a 8 horas de tempo de trabalho socialmente necessário. Se aumentar a produtividade média neste ramo de produção, de modo que agora, os produtores de sapatos produzam, em média, 1 par de sapatos em 4 horas, então o valor individual de cada par de sapatos cairá de 8 horas de tempo de trabalho socialmente necessário para 4 horas de tempo de trabalho socialmente necessário. Por outro lado, durante uma mesma jornada de trabalho de 8 horas, os produtores de sapato produzirão a mesma quantidade de valor do que antes; porém, durante esta jornada de trabalho, produzirão o dobro de pares de sapatos, contendo cada qual metade do valor individual que antes continha.

Em síntese, se a produtividade média do trabalho que produz uma mercadoria do tipo “x” dobra, então o valor individual de cada mercadoria do tipo “x” cai pela metade; mas por outro lado, durante um mesmo tempo de trabalho, produz-se o dobro da quantidade de mercadorias individuais desta espécie “x” do que era produzido antes do aumento da produtividade. Ou seja, o valor individual de cada mercadoria do tipo “x” varia na razão inversa do aumento de produtividade média na produção de mercadorias da espécie “x”, enquanto que a quantidade produzida de mercadorias do tipo “x” varia na razão direta do aumento da produtividade média na produção de mercadorias da espécie “x”.

⁴² Ibid.p.170

Temos como conclusão desta exposição do conceito de valor que se 1 armário se troca por 2 cadeiras, por exemplo, é porque em 1 armário há a mesma quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário objetificado do que em 2 cadeiras.

Passaremos agora para a análise do conceito de dinheiro.

Como vimos anteriormente, quando se estabelece a proporção com que duas mercadorias se trocam, temos que cada uma destas mercadorias é o valor-de-troca da outra; e neste sentido, cada mercadoria expressa o valor da outra mercadoria, ou em outros termos, mede o valor da outra. No nosso exemplo, 2 cadeiras são a expressão do valor de 1 armário, porque nesta relação de equivalência, sabemos que em 2 cadeiras há a mesma quantidade de valor do que em 1 armário. Neste sentido, as cadeiras medem o valor do armário. E inversamente, o armário também mede o valor das cadeiras.

Quando dizemos que uma determinada quantidade de uma mercadoria se troca por uma determinada quantidade de outra mercadoria, estamos pressupondo que esta troca se dá sem a intermediação do dinheiro; ou seja, esta troca assume a forma de um escambo. Mas com o desenvolvimento das trocas e da produção de mercadorias, surge a figura histórica do dinheiro.

No desenvolvimento histórico, o dinheiro se torna o intermediário de todas as trocas mercantis. O artesão que produz sapatos não troca o produto de seu trabalho diretamente pelos valores-de-uso que satisfazem suas necessidades. Ele troca o produto de seu trabalho por dinheiro e, com este, compra as mercadorias que satisfazem suas necessidades.

Na consideração de Marx, dinheiro também é uma mercadoria; mas é uma mercadoria especial: é aquela mercadoria que foi “eleita” para ser o valor-de-troca universal de todas as outras mercadorias. Ou em outros termos, é a mercadoria que mede o valor de todas as outras mercadorias, de modo simultâneo.

Sendo assim, se com uma determinada quantidade “x” de dinheiro se pode comprar 1 armário, 2 pares de sapatos ou 3 cadeiras, isto significa que em 1 armário, em 2 pares de sapatos e em 3 cadeiras há a mesma quantidade de valor; ou em outros termos, isto significa que estas mercadorias, segundo estas quantidades, possuem a mesma quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário materializado nelas.

Mas como se determina a proporção com que uma determinada quantidade “x” de dinheiro se troca por outras mercadorias? Do mesmo modo com que se determina a proporção de troca entre duas mercadorias quaisquer. Uma determinada quantidade da mercadoria-dinheiro custa, para sua produção, um determinado *quantum* de tempo de trabalho socialmente necessário. Deste modo, se a mercadoria-dinheiro, por exemplo, se troca na

proporção de 2 unidades suas por 1 armário, isto significa que em 2 unidades da mercadoria-dinheiro há a mesma quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário do que há em 1 armário.

Daqui para frente, convencionaremos denominar 1 unidade da mercadoria que cumpre a função de dinheiro de unidade monetária. Sendo assim, se 1 armário se troca por duas unidades da mercadoria-dinheiro, então 1 armário se troca por 2 unidades monetárias.

Com o desenvolvimento histórico e real das trocas, determinadas quantidades de espécimes particulares de metal passam a cumprir a função de dinheiro, como cobre, bronze, prata, etc., e estas quantidades de metais passaram a ser cunhadas em moedas. Deste modo, as moedas passam a cumprir a função de dinheiro, ou em outros termos, passam a ser a mercadoria que mede o valor de todas as outras.

Uma moeda cunhada contém uma determinada quantidade de um metal específico; e esta quantidade pode ser auferida pelo peso desta moeda. Sendo assim, se para se obter x quilos de cobre, por exemplo, é necessário despender uma determinada quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário, então é possível auferir a quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário objetificado em 1 moeda de cobre sabendo-se o peso desta moeda.

Suponhamos que em 1 moeda há 10 gramas de cobre. Vamos supor também que para obter 10 gramas de cobre é necessário 1 hora de tempo de trabalho socialmente necessário. Sendo assim, em 1 moeda deste tipo, está objetificado 1 hora de tempo de trabalho socialmente necessário.

Agora vamos supor que 1 cadeira se troca na proporção de 3 moedas de cobre; isto significa que em 1 cadeira há 3 vezes mais tempo de trabalho socialmente necessário do que em 1 moeda de cobre. Se em 1 moeda de cobre há 1 hora de tempo de trabalho socialmente necessário objetificado, então em 1 cadeira há 3 horas de tempo de trabalho socialmente necessários objetificados nela.

Na proporção com que a mercadoria-dinheiro se troca por todas as demais mercadorias, por exemplo, uma quantidade “ x ” de unidades monetárias por 3 pares de sapatos, 1 armário, 2 cadeiras, etc., ela expressa, nesta relação proporcional, a equivalência do tempo de trabalho socialmente necessário na sua produção com o tempo de trabalho socialmente necessário gasto na produção das demais mercadorias e, deste modo, ela expressa também uma relação de equivalência entre todas as demais mercadorias que têm seu valor expresso nela. Se 1 unidade monetária se troca por 2 cadeiras e 1 par de sapatos, isto significa

que há igual quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário objetificado em 2 cadeiras e em 1 par de sapatos.

Ao longo do restante desta dissertação, suporemos que 1 unidade monetária contém objetificado 1 hora de tempo de trabalho socialmente necessário. Sendo assim, se 10 peças de prego se trocam por 1 unidade monetária, isto significa que em 10 peças de prego há a mesma quantidade de trabalho objetificado que em 1 unidade monetária; como suporemos que em 1 unidade monetária há 1 hora de tempo de trabalho socialmente necessário, então em 10 peças de prego há também 1 hora de tempo de trabalho socialmente necessário. Do mesmo modo, se 1 cadeira se troca por 2 unidades monetárias, então isso significa que em 1 cadeira há duas horas de tempo de trabalho socialmente necessário.⁴³

Antes de encerrarmos esta seção, temos de fazer uma rápida consideração sobre o conceito de preço de Marx.

Para o filósofo e economista político alemão, as mercadorias nem sempre são vendidas por seu valor. Na verdade, uma mercadoria somente é vendida pelo seu valor quando a demanda e a oferta desta mercadoria estão em equilíbrio. Mas como Marx compartilhava da concepção dos economistas políticos clássicos de que há uma tendência para o equilíbrio entre demanda e oferta, logo, para Marx, há sempre uma tendência para que as mercadorias sejam vendidas pelo seu valor.

O preço de uma mercadoria é dado pela quantidade real de unidades monetárias que se trocam por esta mercadoria. Se a demanda e a oferta de uma mercadoria estiverem em equilíbrio, então o preço de uma mercadoria será idêntico ao seu valor; se a demanda por uma mercadoria exceder a oferta, então o preço de uma mercadoria será maior do que o seu valor; e por fim, se a oferta de uma mercadoria exceder a demanda, então o preço de uma mercadoria será menor do que o seu valor.

3.3. As relações de produção capitalistas e seus principais conceitos

As relações de produção capitalistas, assim como a forma analisada até aqui, são relações nas quais o processo de trabalho produz mercadorias. Mas ao contrário da produção simples de mercadorias, na qual a finalidade última dos agentes produtivos é produzir valores-

⁴³ Na época de Marx, o dinheiro consistia ou bem em uma moeda de algum metal determinado ou bem em papéis-moeda que eram emitidos pelos bancos e que possuíam convertibilidade legal e direta nas moedas de metal. Nos tempos atuais, em razão do desenvolvimento ulterior do dinheiro, este passou a consistir em papéis sem lastro direto em metais – principalmente ouro. Como nossa investigação consiste em uma análise da investigação de Marx, estamos abstraindo destas transformações ulteriores do dinheiro.

de-troca com os quais eles podem comprar valores-de-uso produzido por outras unidades produtivas, nas relações capitalistas, a finalidade da produção é gerar um lucro. Expusemos anteriormente a fórmula que expressa a circulação das mercadorias segundo a produção simples de mercadorias: $M - D - M$. Os produtores de mercadorias produzem um conjunto de mercadorias de uma espécie as quais trocam por uma determinada quantia de dinheiro; com este dinheiro obtido, eles compram mercadorias de outras espécies no mercado, que satisfazem alguma necessidade sua.

A fórmula da circulação das mercadorias nas relações capitalistas de produção se configura de um modo diferente: $D - M - D'$. O traço acima do segundo “D” expressa que nele há uma quantidade maior de valor do que no primeiro. As operações sociais que esta fórmula expressa são as seguintes: no primeiro ato do processo, tem-se uma determinada quantidade de dinheiro, expressando uma determinada quantidade de valor, que é trocada por uma mercadoria – configura-se, portanto, como um ato de compra. No segundo ato deste processo, esta mercadoria que foi comprada é trocada novamente por dinheiro, ou seja, o segundo ato da circulação capitalista é um ato de venda. No momento final deste processo, tem-se uma quantidade de dinheiro que expressa mais valor do que havia no início do processo. Portanto, a circulação capitalista das mercadorias tem como consequência uma valorização do valor inicial do dinheiro que deu início à circulação. Marx define que o agente econômico que executa este processo de circulação é um capitalista. É o capitalista que, no primeiro ato, $D - M$, compra um conjunto de mercadorias, e que no segundo ato, $M - D'$, vende um conjunto de mercadorias.

Para Marx, capital é valor que se valoriza. E a fórmula da circulação do capital expressa precisamente o modo com que determinada quantidade de valor, expressa em dinheiro, se valoriza. A questão central que devemos estabelecer aqui é: como se deu esta ampliação do valor inicial?

Para responder a esta questão, precisamos primeiro estabelecer algumas diferenças entre as relações capitalistas de produção e as relações de produção simples de mercadorias.

Na produção simples de mercadorias, os produtores de mercadorias são eles mesmos donos dos meios de produção por meio dos quais produzem. Na produção capitalista, os produtores diretos não são donos dos meios de produção por meio dos quais produzem mercadorias.

O pressuposto histórico para que as relações capitalistas se estabeleçam é a dissociação dos produtores diretos dos seus meios de produção. Como afirmado no primeiro capítulo, todo processo de trabalho se constitui em uma combinação entre a força de trabalho

e os meios de produção. Mas em um dado momento do processo histórico, os produtores diretos foram dissociados de seus meios de produção. Não possuindo acesso aos meios materiais de produção, sobrando-lhes apenas a força de trabalho a qual não pode produzir riqueza alguma sem ser combinada com os meios e objetos de trabalho, os indivíduos desta classe não puderam mais produzir os valores-de-uso necessários para que eles pudessem satisfazer suas necessidades. Por outro lado, os meios de produção passaram a se encontrar sob posse de um outro grupo de indivíduos ou, então, este outro grupo de indivíduos, na condição de possuidores de dinheiro de uma determinada magnitude, podem comprar os meios de produção.

Nas relações de produção simples de mercadorias, apenas o produto do trabalho se configurava como mercadoria. Nas relações de produção capitalista, a força de trabalho e os meios de produção aparecem também como mercadorias. Deste modo, aqueles indivíduos que não possuem acesso aos meios materiais de produção podem vender sua força de trabalho a fim de obter dinheiro com o qual podem comprar os valores-de-uso que não podem produzir. E esta possibilidade se apresenta como uma condição para que possam se manter vivos, pois somente com o dinheiro pelo qual vendem sua força de trabalho eles podem comprar os valores-de-uso essenciais para perpetuarem sua existência.

Mas como se determina o valor da força de trabalho?

O valor da força de trabalho, como o de toda outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto também reprodução, desse artigo específico. Enquanto valor, a própria força de trabalho representa apenas determinado quantum de trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho só existe como disposição do indivíduo vivo. Sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo vivo precisa de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção do seu possuidor.⁴⁴

O valor de toda mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la. A força de trabalho é uma atividade que um indivíduo pode realizar, e a realização desta atividade depende de este indivíduo poder perpetuar sua existência e estar sadio com sua disposição física e anímica. Para que ele perpetua sua existência, e para que mantenha suas disposições física e anímica saudáveis, ele precisa

⁴⁴ MARX, Karl. *O Capital*, volume I, tomo II. Trad.: Flávio R. Kothe e Regis Barbosa. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996. p.288

consumir um determinado conjunto de valores-de-uso, como alimentos para a perpetuação de sua existência e de sua saúde, e jornais para a sua vitalidade espiritual. Estes valores-de-uso que ele precisa consumir para manter todas as qualidades necessárias para que possa executar sua força de trabalho custam um determinado tempo de trabalho socialmente necessário para serem produzidas. Portanto, o valor da força de trabalho é o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir os valores-de-uso que são condição para a existência do possuidor da força de trabalho e de sua disposição física e anímica.

Como dito anteriormente, a fórmula de circulação do capital é expressa em $D - M - D'$, e o agente econômico que realiza este processo social é o capitalista. No primeiro ato, ele compra uma mercadoria; no segundo ato, ele vende esta mercadoria por um valor que é superior ao valor que ele possuía inicialmente. Como consequência deste processo, ele obteve um lucro, pois o dinheiro que ele adquiriu no final da circulação é superior ao dinheiro que ele possuía no início dela. Para Marx, este valor que se expandiu é o que define o capital. Temos de compreender de que modo se deu a expansão deste valor-capital e qual função a força de trabalho cumpre nesta expansão.

O capitalista compra meios de produção e força de trabalho de um determinado número de trabalhadores. Os meios de produção que comprou, que se constituem de meios de trabalho e objetos de trabalho, são, por óbvio, propriedade sua; a compra da força de trabalho se configura em um contrato no qual se estipula, para um determinado número de dias, um tempo para cada dia no qual esta força de trabalho estará sob comando do capitalista. Como proprietário dos meios de produção e tendo controle da força de trabalho de um determinado número de trabalhadores, ele pode agora fazer com que se combinem estes dois fatores do processo de produção que antes se encontravam dissociados. Os trabalhadores cuja força de trabalho ele comprou passam agora a executar um tipo específico de trabalho, utilizando-se dos meios de trabalho para converter os objetos de trabalho em valores-de-uso, em um conjunto de uma espécie particular de mercadoria. Este produto final do processo de trabalho pertence ao capitalista, que leva ao mercado para vender e com isto obter dinheiro.

O primeiro ato, $D - M$, corresponde à compra que o capitalista efetua dos meios de produção e da força de trabalho; o segundo ato, $M - D'$, corresponde à venda que o capitalista efetua das mercadorias produzida pela força de trabalho que ele comprou. Mas se todas as mercadorias são vendidas pelo seu valor, pelo tempo de trabalho socialmente necessário materializado nelas, o que explica que o capitalista tenha obtido um lucro no final deste processo de circulação intermediado por um processo de produção? Segundo explica Marx, a resposta a esta pergunta está na força de trabalho.

No processo de produção capitalista, o valor da força de trabalho é menor do que o valor que o trabalhador produz. Isto significa dizer que a quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário materializado nas mercadorias que o trabalhador consome é menor do que a quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário materializado nas mercadorias que ele produziu sob comando do capitalista. Como expusemos mais acima, o valor da força de trabalho é igual ao tempo de trabalho socialmente necessário para produzir as mercadorias que o trabalhador precisa consumir para se manter vivo e para manter sua vitalidade física e espiritual. Mas a jornada de trabalho em que a força de trabalho está sob comando do capitalista é maior do que a fração de tempo de trabalho socialmente necessário para produzir os valores-de-uso de que o trabalhador necessita para sobreviver. Durante toda a sua jornada de trabalho, o trabalhador criou valor por meio de seu trabalho. Esta jornada de trabalho se divide em duas frações. Em uma fração deste tempo em que ele criou valor, ele foi restituído como pagamento pelo uso de sua força de trabalho; na outra fração, ele não foi restituído pelo valor que criou. O lucro que o capitalista desembolsa no final do processo de circulação de seu capital é proveniente deste valor criado pelo trabalhador em que este último não é pago.

Marx chama esta diferença entre o valor criado por um trabalhador e o valor que foi pago pelo uso de sua força de trabalho de mais-valia.

O que diferencia as relações de produção capitalistas das relações de produção pré-capitalistas em que há exploração do trabalho é que nestas últimas o objetivo da produção é o consumo dos valores-de-uso produzidos pelos produtores diretos. O senhor de escravos e o senhor feudal absorvem o produto excedente dos produtores diretos para consumi-lo. Já nas relações de produção capitalistas, o capitalista não está interessado em consumir as mercadorias produzidas pelos trabalhadores de quem comprou a força de trabalho. O seu interesse é no valor-de-troca que pode obter por estas mercadorias. Mais do que isto: seu interesse é expandir sempre a quantidade de valor de que ele é proprietário. A expansão de valor é o que faz com que o capitalista comande um determinado número de trabalhadores em conjunção com os meios de produção e, portanto, nesta configuração econômica, a produção social de valores-de-uso é apenas um meio de produzir mais-valia.

A jornada de trabalho semanal do servo divide-se entre uma fração em que ele trabalha em sua parcela de terra e produz os valores-de-uso que ele consumirá, e uma fração em que ele trabalha na terra do senhor feudal e produz os valores-de-uso que serão consumidos por este último. De maneira análoga, a jornada de trabalho do proletário se divide duas frações. Em uma delas, o proletário produz uma quantidade de mercadorias cujo valor total é equivalente ao valor que será pago a ele pelo capitalista e, portanto, durante esta fração de sua

jornada de trabalho, ele estará produzindo um valor com o qual poderá comprar os valores-de-uso necessários para satisfazer suas necessidades; e, conseqüentemente, durante este período ele estará produzindo para si. Na segunda fração de sua jornada de trabalho, ele produzirá um valor que excede o valor que será pago pelo uso de sua força de trabalho; sendo assim, durante este período, ele produzirá um excedente de valor que será apropriado pelo capitalista. Os servos e os proletários - como também os escravos – produzem durante uma fração de sua jornada de trabalho para si, e numa segunda fração desta jornada de trabalho, produzem um excedente que será apropriado por indivíduos da classe dominante. Como já dissemos no primeiro capítulo, a primeira fração é denominada por Marx de tempo de trabalho necessário; a segunda fração, de tempo de trabalho excedente.

Um capitalista particular, para poder fazer com que uma soma de valor em dinheiro, da qual ele é proprietário, se expanda por meio da exploração de trabalho no processo de produção, precisará ir ao mercado comprar meios de produção e força de trabalho. Obviamente, o processo de trabalho por meio do qual ele espera obter mais-valia deve produzir algum valor-de-uso que possa ser vendido posteriormente no mercado. O produto do trabalho que será produzido na unidade produtiva que ele comanda deverá ser um conjunto de um bem particular e útil à sociedade, como sapatos, cadeiras, etc. Portanto, os meios de produção que ele comprará no mercado devem corresponder ao processo de trabalho específico do valor-de-uso que será produzido na unidade produtiva de seu capital.

No primeiro ato que ele executa como capitalista, qual seja, $D - M$, ele compra os meios de trabalho e os objetos de trabalho necessários para a produção de um conjunto de valores-de-uso de um tipo particular. Os meios de trabalho e os objetos de trabalho que ele compra neste seu primeiro ato da troca são, por outro lado, o ato final da circulação do capital de outros capitalistas, pois estes meios de produção são eles mesmos produto final do processo de produção de outras unidades produtivas capitalistas. Vamos supor que o capitalista que está exercendo o primeiro ato de circulação de seu capital compre meios de produção e meios de trabalho que custaram, em seu conjunto, 4.000 horas de tempo de trabalho socialmente necessário para serem produzidos. Vamos continuar supondo também que 1 unidade monetária equivalha a 1 hora de tempo de trabalho socialmente necessário para ser produzida. Deste modo, temos que este capitalista desembolsou 4.000 unidades monetárias de dinheiro com a compra dos meios de produção.

Para que se dê início ao processo de produção, não basta ao capitalista ter meios de produção; ele precisa também adquirir no mercado a força de trabalho. Vamos supor que ele compre o direito de uso da força de trabalho, por um tempo diário determinado e por um

número de dias determinado, de 20 trabalhadores. Vamos supor também que ele compre esta força de trabalho para ser usada num período de 30 dias e que ele terá comando sob a mesma durante 10 horas diárias. Por fim, suporemos que o valor da força de trabalho de cada trabalhador individual é de 150 unidades monetárias ao mês. Como estamos supondo que cada unidade monetária equivale a 1 hora de tempo de trabalho socialmente necessário, isso significa dizer que para a produção dos valores-de-uso que cada trabalhador precisa consumir mensalmente para se manter fisicamente e espiritualmente apto para o trabalho, são necessárias 150 horas de tempo de trabalho socialmente necessário. Mas cada trabalhador produzirá pelo tempo de 300 horas ao mês. Isto significa dizer que durante uma metade da sua jornada de trabalho, cada trabalhador produzirá para si e, durante a outra metade, ele produzirá mais-valia ao capitalista que comanda sua força de trabalho.

Como o valor da força de trabalho é de 150 unidades monetárias e como o capitalista compra a força de trabalho de 20 indivíduos, disto se segue que o custo deste capitalista com a força de trabalho total será de 3.000 unidades monetárias.

Cada trabalhador individualmente produzirá, durante a produção que se realiza no período de um mês, valores-de-uso nos quais estarão objetificadas 300 horas de tempo de trabalho socialmente necessário, ou seja, cada trabalhador produzirá o valor correspondente a 300 unidades monetárias. Mas como o valor de sua força de trabalho mensal é de 150 unidades monetárias, disto se segue que, para cada trabalhador que este capitalista contratou, ele obterá uma mais-valia de 150 unidades monetárias. Como este capitalista contratou 20 trabalhadores, a sua mais-valia total será de 3.000 unidades monetárias. Marx denomina a esta soma de todas as mais-valias, cada qual obtida pela exploração individual um trabalhador, de massa de mais-valia.

Temos até o momento que no primeiro ato da circulação de seu capital, $D - M$, o capitalista desembolsou 4.000 unidades monetárias com meios de produção e 3.000 unidades monetárias com força de trabalho. Deste modo, neste primeiro ato de troca, o capitalista de nosso exemplo gastou 7.000 unidades monetárias. Para compreender melhor de que modo, por meio do segundo ato da circulação de seu capital, $M - D'$, o capitalista de nosso exemplo consegue obter um lucro, é preciso primeiro apresentarmos como Marx concebe a relação entre os custos totais desembolsados pelo capitalista e o valor final das mercadorias que ele levará ao mercado.

A relação entre os custos da força de trabalho e o valor final da mercadoria já foi exposto. O capitalista compra a força de trabalho por um valor "x". A execução da força de trabalho cria um valor materializado nas mercadorias produzidas que excede o valor pelo qual

o capitalista a comprou. Sendo assim, o trabalhador, por meio da execução de sua força de trabalho, cria tanto o valor que corresponde ao custo do capitalista com a compra da força de trabalho quanto um valor adicional que é apropriado pelo capitalista como lucro. Quando o capitalista vende as mercadorias produzidas na unidade produtiva correspondente ao seu capital, ele obtém tanto um valor correspondente ao custo que ele teve com a força de trabalho quanto um valor excedente, que não lhe custou nada.

Mas o que acontece com o dinheiro que o capitalista teve de desembolsar com meios de trabalho e objetos de trabalho? Como foi dito anteriormente, o valor de uma mercadoria é proporcional ao tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la. Portanto, somente trabalho cria valor. É certo que as máquinas e matérias-primas que um capitalista compra para dar início a um processo de produção custaram trabalho. Mas o trabalho que foi realizado para criar estes meios de produção se deu nas unidades produtivas de outros capitalistas; portanto, as máquinas e matérias-primas utilizadas num processo de produção como meios de produção não criam valor. Pode parecer assim que os custos com meios de produção acarretem em prejuízo ao capitalista. Porém, segundo a concepção do valor de Marx, os meios de produção repassam o seu valor às mercadorias finais produzidas por meio de trabalho aplicado nestes meios de produção:

O trabalhador acrescenta ao objeto do trabalho novo valor, por meio do acréscimo de determinado *quantum* de trabalho, abstraindo o conteúdo determinado, a finalidade e o caráter técnico do trabalho. Por outro lado, reencontramos os valores dos meios de produção consumidos como partes integrantes do valor do produto, por exemplo, os valores do algodão e do fuso no valor do fio. O valor dos meios de produção conserva-se, portanto, pela sua transferência ao produto. Essa transferência ocorre durante a transformação dos meios de produção em produto, no processo de trabalho. É mediada pelo trabalho.⁴⁵

O valor total que o capitalista desembolsou com os meios de produção se transfere ao produto final do processo de trabalho por meio da própria execução da força de trabalho. E esta transferência se dá na mesma proporção com que as matérias-primas se convertem no valor-de-uso final e as máquinas e instrumentos se desgastam durante o processo de produção.

Com os objetos de trabalho, esta transferência se dá de maneira integral e direta. A madeira é a matéria-prima de uma cadeira; o trabalho humano se projeta sobre a madeira, transformando-a em cadeira. Durante esta atividade produtiva, a madeira transferiu seu valor integralmente à cadeira. O valor de cada cadeira individual será a soma do valor transferido da madeira para esta cadeira individual com o valor criado pelo trabalho executado na transformação da madeira em uma cadeira individual.

⁴⁵ Ibid.p.317

Mas com os meios de trabalho, esta transferência se dá de modo mais lento. As máquinas e instrumentos levam um tempo para se desgastarem. No processo de produção de uma cadeira, a forma natural da madeira se desfaz integralmente. Mas o desgaste dos instrumentos utilizados neste processo de produção só se realiza após a produção de muitas cadeiras. O valor das máquinas e instrumentos utilizados no processo de produção somente será transferido integralmente às mercadorias produzidas após estes meios de produção terem se tornado inutilizáveis pelo desgaste. O seu valor é transferido nas mercadorias aos poucos, em proporção ao desgaste que se realiza em cada processo produtivo. Por exemplo, vamos supor que uma serra tenha o valor de 100 unidades monetárias e que esta serra poderá fazer parte da produção de 100 cadeiras até o momento em que ela estará integralmente desgastada. Deste modo, a serra passará o valor de 1 unidade monetária para cada cadeira produzida. Ao final da produção de 100 cadeiras, o valor da serra terá sido transferido integralmente ao produto final do processo de trabalho que produziu estas 100 cadeiras.

Para simplificação, vamos dar continuidade ao exemplo que estávamos usando com a suposição de que, durante o processo de produção que se realizou em um mês, os meios de trabalho se desgastaram integralmente e, deste modo, o valor dos meios de trabalho e dos objetos de trabalho foi transferido integralmente ao produto final do processo de produção realizado em um mês.

Marx denomina o total gasto por um capitalista com meios de produção de capital constante, e o total gasto por um capitalista com força de trabalho de capital variável. Em nosso exemplo, portanto, os custos do capital que estamos considerando se dividem em um capital constante com valor de 4.000 unidades monetárias e em um capital variável com valor de 3.000 unidades monetárias.

A circulação do capital de nosso exemplo pode ser expressa em uma forma estendida: $D - M \dots P \dots M' \dots D'$. No primeiro momento, $D - M$, o capitalista compra um conjunto de mercadorias, que se constituem em capital constante e capital variável. A soma de ambas as partes equivale a 7.000 unidades monetárias, que se trata dos gastos do capitalista. O momento $M \dots P$ expressa que o capital saiu da circulação e entrou no processo de produção, representado pela letra “P”. Durante o processo de produção, que estamos considerando ser de um período de 1 mês, os meios de trabalho e objetos de trabalho transferiram integralmente o seu valor às mercadorias finais, que são o produto do processo de trabalho realizado nesta unidade produtiva capitalista. A força de trabalho, por sua vez, não “transfere” o seu valor ao produto final. Ela cria valor. Em nossa suposição, o capitalista comprou a força de trabalho de 20 trabalhadores para utilizá-la pelo período de 1 mês com jornada de trabalho diária de 10

horas. Cada trabalhador criará, diariamente, o valor correspondente a 10 unidades monetárias. Ao final do mês, o processo de trabalho de todos os trabalhadores contratados pelo capitalista terá criado o valor equivalente a 6.000 unidades monetárias. Ao fim do processo de trabalho do período de 1 mês, o capital constante terá transferido integralmente seu valor às mercadorias produzidas, e a força de trabalho terá criado valor que estará objetificado nestas mercadorias. Temos aqui o momento da circulação do capital $P...M'$. O processo de produção foi finalizado e o valor do capital agora se encontra objetificado nas mercadorias produzidas durante o processo de produção. Mas estas mercadorias possuem mais valor do que os custos do capitalista com capital constante e capital variável.

Como expresso na fórmula $D - M...P...M' - D'$, o capitalista primeiro compra as mercadorias força de trabalho e meios de produção que faz combinarem-se em um processo de produção; após este processo de produção, o capitalista adquire um conjunto de mercadorias de um tipo específico com valor materializado nelas superior ao valor que desembolsou com capital constante e variável. O segundo “M’” na fórmula possui um traço indicando precisamente que seu valor é superior ao valor do primeiro “M”. O valor objetificado neste segundo “M’” é composto do valor que os meios de produção transferiram às mercadorias produzidas e do valor criado pela força de trabalho. Quanto ao valor dos meios de produção não há nenhum mistério: o capital constante transferiu integralmente o seu valor para as mercadorias produzidas. A força de trabalho, como exposto acima, produziu valor durante o processo de produção. Uma parte deste valor que ela criou é equivalente ao custo que o capitalista teve com a compra da força de trabalho, ou seja, com o capital variável. A outra parte do valor criado pelos trabalhadores é a parte que excede o valor de sua força de trabalho, é a mais-valia apropriada pelo capitalista que se encontra, por ora, objetificada nas mercadorias produzidas. Portanto, o segundo “M’”, que é o conjunto de mercadorias que foi produzido durante o processo de produção, contém objetificado em si o valor dos meios de produção que foi transferido para ela, o valor da força de trabalho, que foi produzido pelos trabalhadores, e a mais-valia, que é o valor criado pelos trabalhadores e que não foi pago a eles. É em razão desta mais-valia, por conseguinte, que se explica o fato de que o segundo “M’” contenha mais valor materializado do que o valor dos custos do capitalista com capital constante e variável.

O primeiro “M” expressa a soma dos custos do capitalista com capital variável e constante, que em nosso exemplo é correspondente a 4.000 unidades monetárias para o capital constante e 3.000 unidades monetárias para o capital variável. Portanto, o primeiro “M” custou ao capitalista 7.000 unidades monetárias. O valor expresso em 4.000 unidade

monetárias do capital constante se transfere integralmente para o segundo “M’”. A força de trabalho criou um valor, que agora se encontra objetificado no segundo “M’” e que se exprime em 6.000 unidades monetárias. Deste valor criado pela força de trabalho, uma parte expressa em 3.000 unidades monetárias equivale ao custo do capitalista com esta força de trabalho, e outra parte expressa também em 3.000 unidades monetárias é a mais-valia, o trabalho não-pago. Sendo assim, no primeiro ato de troca, $D - M$, o capitalista desembolsou 7.000 unidades monetárias; ao fim do processo de produção, $P...M'$, as mercadorias que são propriedade do capitalista contém materializado 10.000 unidades monetárias. No momento final da circulação deste capital, $M' - D'$, o capitalista vende as mercadorias produzidas no processo de produção que ele coordenou, reconvertendo seu capital em dinheiro. Antes do primeiro ato de troca, $D - M$, ele possuía 7.000 unidades monetárias; após o segundo ato de troca, $M' - D'$, ele passou a possuir 10.000 unidades monetárias, correspondentes aos custos iniciais mais o trabalho não-pago aos trabalhadores de quem comprou o uso da força de trabalho.

Marx expressa as partes componentes do valor total de um capital pela seguinte equação: $C = c + v + m$, em que C é o valor total do capital; c é o capital constante; v é o capital variável; e m é a mais-valia. Sendo assim, o valor total do capital de nosso exemplo pode ser expresso do seguinte modo: $C = 4.000 + 3.000 + 3.000$.

Como já dissemos, ao contrário do senhor feudal ou do senhor de escravos para os quais a exploração do trabalho dos produtores diretos tem como objetivo o consumo dos valores-de-uso diretamente produzidos pelos produtores diretos, o capitalista explora a força de trabalho para obter mais-valia e assim expandir o valor de seu capital. Como em nosso exemplo, em que o capitalista possuía, inicialmente, um valor expresso em dinheiro de 7.000 unidades monetárias e, ao fim do processo de produção e circulação de seu capital, ele passou a possuir um valor expresso em 10.000 unidades monetárias. De seu capital original surgiu um novo valor expresso em 3.000 unidades monetárias.

Tendo em vista que o fim do capitalista é esta expansão mesma do valor de seu capital, ele deverá usar uma parte do lucro obtido para aumentar seu investimento. Tendo chegado ao fim a circulação de seu capital, $D - M - D'$, ele precisa recomeçar o processo, isto é, precisa comprar novamente os meios de produção e a força de trabalho para reiniciar o processo de circulação de seu capital. Mas como ele obteve uma expansão do valor de seu capital ao fim da primeira circulação, ele pode começar a segunda circulação de seu capital tendo como ponto de partida um capital maior. Ou seja, ele pode comprar uma quantidade maior de meios de produção e de força de trabalho do que na primeira circulação de seu

capital. Com isto, ele pode ao fim desta segunda circulação de seu capital obter uma massa de mais-valia maior, pois pode explorar uma quantidade maior de trabalhadores. A este processo em que o capitalista usa a mais-valia que obteve em uma circulação de seu capital para ampliar a própria massa de mais-valia que pode obter numa circulação posterior, Marx denomina de processo de acumulação. Portanto, o objetivo dos capitalistas, e da produção capitalista, não é apenas produzir mais-valia, mas produzir mais-valia sempre em escala ampliada conforme o capital de cada capitalista vai passando por circulações sucessivas.

As relações de produção capitalistas são uma forma historicamente determinada das relações de produção em que temos a classe dos produtores diretos e a classe de indivíduos que se apropriam do excedente dos produtores diretos. Nas relações capitalistas ocorre o mesmo que nas formas sociais pré-capitalistas deste tipo de relação, em que a jornada de trabalho dos produtores diretos se divide entre a fração em que eles produzem para si - que Marx denomina de tempo de trabalho necessário - e a fração em que eles produzem um excedente que será apropriado pela classe dominante - que Marx denomina de tempo de trabalho excedente -; a diferença essencial está em que na forma específica das relações capitalistas, a apropriação do excedente produzido pelos trabalhadores se converte na forma de valor-de-troca, e o objetivo dos capitalistas, ao levarem adiante a exploração do trabalho dos produtores diretos, não é o consumo dos valores-de-uso que os proletários produzem, mas a expansão do valor de seu capital.

Em toda forma de organização econômica em que há a extração de excedente dos produtores diretos, a jornada de trabalho destes últimos se divide entre um tempo necessário e um tempo excedente. A partir disto, Marx expressa a razão entre o trabalho excedente e o trabalho necessário, em termos matemáticos, do seguinte modo:

$$\frac{\textit{Trabalho excedente}}{\textit{Trabalho necessário}}$$

Marx denomina esta razão de taxa de exploração. Se um camponês, por exemplo, trabalha durante quatro dias para si e dois para o senhor feudal, temos que a taxa de exploração será expressa na proporção de $\frac{2}{4}$. Isto é, a taxa de exploração será de 50 %. Como nas relações de produção capitalistas a exploração do trabalho se efetua com a finalidade de produzir mais-valia, a taxa de exploração para esta forma econômica se expressa também como taxa de mais-valia. No exemplo que utilizamos anteriormente, um trabalhador produzia durante uma jornada de 10 horas, sendo que em metade do tempo de trabalho ele produzia

para si, e na outra metade produzia o excede do capitalista. Sendo assim, a razão entre o tempo excedente e o tempo necessário se expressa do seguinte modo: $\frac{5 \text{ horas}}{5 \text{ horas}}$. Portanto, a taxa de mais-valia deste trabalhador individual é de 100 %.

Mas a taxa de mais-valia pode ser expressa também em termos de unidades monetárias, na relação entre a massa de mais-valia de um capital e o custo com o capital variável. Sendo assim, a taxa de mais-valia é expressa nos seguintes termos:

$$\frac{\text{Massa de mais-valia}}{\text{Capital variável}}$$

Em nosso exemplo, o capitalista gastou 300 unidades monetárias com capital variável e obteve uma massa de mais-valia final, que é a mais-valia extraída de todos os trabalhadores que produzirem em sua unidade produtiva, no valor de 300 unidades monetárias. Sendo assim, temos aqui uma taxa de mais-valia de 100 %. Neste sentido, a taxa de mais-valia expressa “a proporção em que se valorizou o capital variável”⁴⁶. O capital variável, que era de 300 unidades monetárias, teve uma valorização de 100 % do seu valor, dando à luz uma massa de mais-valia de 300 unidades monetárias.

Antes de finalizarmos esta seção dedicada às características gerais das relações de produção capitalistas, precisamos considerar outros dois conceitos de Marx que serão importantes para a exposição ulterior do texto. Nesta seção, vimos que o filósofo alemão divide o valor total de um capital em três partes: o capital constante, o capital variável e a mais-valia. Mas Marx estabelece um outro modo de decompor o valor total de um capital, a saber, entre uma fração que se denomina de trabalho morto e uma outra fração que se denomina de trabalho vivo.

O trabalho morto se refere à parte do valor de um capital que não é produzido pela força de trabalho que este capital comanda. Trata-se, portanto, do valor que corresponde ao capital constante. O trabalho vivo se refere à parte do valor de um capital que é produzido pela força de trabalho que este capital comanda. Trata-se, portanto, do valor que corresponde à soma dos valores do capital variável e da massa de mais-valia.

Vamos retomar o exemplo que estávamos usando para ilustrar estes dois conceitos.

Neste exemplo, consideramos um capital cujo valor total era de 10.000 unidades monetárias, as quais se dividiam em 4000 unidades monetárias de capital constante, 3000 unidades monetárias de capital variável e 3000 unidades monetárias de massa de mais-valia.

⁴⁶ Ibid.p. 330

Mas deste valor total, a força de trabalho comandada por este capital produziu um valor de somente 6000 unidades monetárias. O valor das outras 4000 unidades monetárias não foi criado por esta força de trabalho; este valor já existia objetificado nos meios de produção antes mesmos do processo de produção começar a se realizar nesta unidade produtiva capitalista. Sendo assim, o valor de 4000 unidades monetárias deste capital, que corresponde ao capital constante, constitui a parcela do trabalho morto, enquanto que o valor de 6000 unidades monetárias, que corresponde à soma do capital variável com a massa de mais-valia, constitui o valor que foi criado pela força de trabalho comandada por este capital e é assim a parte correspondente ao valor do trabalho vivo.

O valor total de qualquer capital é dado pela soma do valor correspondente ao trabalho morto com o valor correspondente ao trabalho vivo. Deste modo, cada uma destas partes representa uma fração percentual do valor total de um capital. Em nosso exemplo, o trabalho morto representa 40% do valor total do capital, enquanto que o trabalho vivo representa 60% do valor total deste capital.

3.4. O desenvolvimento da produtividade do trabalho no interior das relações de produção capitalistas.

Na seção anterior, expusemos a compreensão de Marx da natureza das relações capitalistas, das especificidades deste tipo de relação econômica a partir das quais estas relações podem se distinguir de outras relações de produção. Na seção de agora, apresentaremos os fenômenos sociais que se realizam como consequência de as relações de produção capitalistas se terem tornado as relações dominantes de uma época e como consequência das transformações que se sucedem nos diversos capitais da sociedade em decorrência do aumento da produtividade social do trabalho.

3.4.1. Processo de acumulação de capital

Como já exposto anteriormente, o objetivo do capitalista quando faz combinarem os meios de produção e a força de trabalho, coordenando o processo de produção de um valor-de-uso específico, é extrair mais-valia, trabalho não-pago, da força de trabalho que comprou e agora comanda. Além disto, tem ele também o objetivo de aumentar a quantidade de mais-valia que pode explorar a cada nova circulação de seu capital. Mas para fazer isso, ele precisa sempre reservar uma parte da mais-valia que obteve ao final de uma circulação de seu capital

para poder, no início de uma nova circulação, comprar uma quantidade maior de meios de produção e de força de trabalho, pois com o aumento da quantidade de trabalhadores que ele explora, aumenta também a massa de mais-valia que ele pode se apropriar. Este processo contínuo de aumento do capital para ampliar a massa de mais-valia explorada, como já afirmamos, é o processo de acumulação de capital.

O processo de acumulação de capital se realiza em escala social: os diversos capitais da sociedade, por meio do processo de acumulação, vão aumentando a escala de meios de produção e força de trabalho que comandam e, conseqüentemente, aumentam também a escala de mais-valia que absorvem. Marx denomina esta expansão da quantidade de trabalhadores e meios de produção que cada capital passa a controlar de concentração de capital:

Todo capital individual é uma concentração maior ou menor de meios de produção com comando correspondente sobre um exército maior ou menor de trabalhadores. Toda acumulação torna-se meio de nova acumulação. Ela amplia, com a massa multiplicada da riqueza, que funciona como capital, sua concentração nas mãos de capitalistas individuais e, portanto, a base da produção em larga escala e dos métodos de produção especificamente capitalistas. O crescimento do capital social realiza-se no crescimento de muitos capitais individuais.⁴⁷

O capital, enquanto processo de produção específico, entra na cena da história no interior de uma formação social em que ele ainda não é a relação econômica dominante. Na medida em que os diversos capitais particulares da sociedade vão passando pelo processo de acumulação, cada qual vai expandido a quantidade de meios de produção e força de trabalho que comanda. Sendo assim, aumenta a demanda do capital global por trabalhadores que vendam sua força de trabalho. Mas para que surjam novos trabalhadores, é preciso que aqueles que estão ainda inseridos em outras formas de relações de produção sejam liberados destas formas para estarem “livres” para serem explorados pelos capitalistas.

Na análise que Marx faz do surgimento das relações de produção capitalistas na Inglaterra, no capítulo “A assim chamada acumulação primitiva” do primeiro volume de *O Capital*, o autor descreve duas classes de trabalhadores que possuíam acesso aos meios de produção de seus víveres e que, portanto, não necessitariam vender sua força de trabalho. São estas classes: os pequenos produtores agrícolas donos de sua terra, e os pequenos arrendatários, que produziam numa parcela de terra que era propriedade de um *landlord*, para quem deviam um excedente de sua produção. Em um dado momento do desenvolvimento das

⁴⁷ MARX, Karl. *O Capital*, volume I, tomo II. Trad.: Flávio R. Kothe e Regis Barbosa. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996. p.256

relações capitalistas, para que a oferta de força de trabalho pudesse satisfazer a demanda por força de trabalho dos capitais que estavam se desenvolvendo na sociedade, foi necessário que os pequenos proprietários agrícolas e os pequenos arrendatários fossem dissociados de sua terra, das condições materiais por meio das quais produziam seus víveres. Este processo de dissociação dos trabalhadores dos meios de produção se deu por meio dos *enclosures* e da substituição dos pequenos arrendatários por grandes arrendatários capitalistas que haviam acumulado capital nas cidades por meio de comércio e de usura. Na medida em que os pequenos proprietários camponeses e os pequenos arrendatários foram separados das condições materiais de produção, eles se tornaram incapacitados de produzir os valores-de-uso necessários para poderem satisfazer suas necessidades. Tendo apenas a força de trabalho como propriedade, precisaram vendê-la para os capitalistas das cidades para poderem obter um valor-de-troca com o qual comprar os seus víveres.

Portanto, é uma condição necessária para a contínua acumulação do capital global que os indivíduos das classes trabalhadoras vinculados a outras relações de produção se convertam em proletários, em indivíduos sem posse que precisam vender sua força de trabalho. Com esta conversão contínua, as relações de produção capitalistas vão se tornando, paulatinamente, as relações de produção dominantes de uma sociedade.

Mas a partir do momento em que as relações capitalistas se tornam as dominantes, surge um problema para o capital global. A necessidade de incorporar uma massa de trabalhadores que se encontravam fora da produção capitalista - o que decorre do processo de acumulação contínua - esbarra no problema de que, já tendo a classe trabalhadora se convertido em proletários assalariados, não há mais de onde se obter uma nova oferta de força de trabalho. A acumulação contínua de capital exige uma oferta crescente de força de trabalho; mas chega um ponto em que a classe dos produtores diretos já está completamente alocada pelo capital.

A partir deste ponto, a demanda por força de trabalho, proveniente do capital, se torna maior do que a oferta de força de trabalho, proveniente da classe trabalhadora. Isto significa dizer que os diversos capitalistas particulares disputarão entre si a força de trabalho total e, com isto, o preço pago pela força de trabalho aumenta muito acima do valor deste. Com isto, para cada capital particular, aumentam os custos com capital variável e, na mesma proporção, diminui a massa de mais-valia ou, o que dá no mesmo, o lucro.

Como exposto anteriormente, a mais-valia e a ampliação da mesma são os objetivos dos capitalistas. Com a crescente diminuição da massa de mais-valia, em razão de a força de trabalho ter ficado mais cara, muitos capitais deixarão de operar. Como o lucro contido no

final do processo de $D - M - D'$ se torna muito pequeno, tendendo a zero, muitos capitalistas deixarão de dar continuidade à circulação de seu capital. Isto significa que parte da produção social irá parar, meios de produção ficarão inutilizados e força de trabalho será dispensada, criando uma massa de desempregados.

Com o estabelecimento de uma massa de desempregados, a oferta de força de trabalho volta a ser maior que a demanda; conseqüentemente, o preço pago pela força de trabalho diminui. Com a diminuição do preço pago pela força de trabalho, a mais-valia volta a crescer. E por fim, os investimentos dos capitalistas recomeçam a se realizar em escala crescente, até o ponto em que, novamente, a demanda por força de trabalho exceder a oferta:

Mas, assim que essa diminuição [da massa de mais-valia] atinge o ponto em que o mais-trabalho, que alimenta o capital, já não é oferecido na quantidade normal, então ocorre uma reação: uma parte menor da renda é capitalizada, a acumulação se desacelera e o movimento ascendente do salário sofre um contragolpe. A elevação do preço do trabalho permanece, portanto, confinada em limites que não só deixam intocados os fundamentos do sistema capitalista, mas também asseguram sua reprodução em escala crescente.⁴⁸

Temos com isto uma teoria cíclica das relações capitalistas que estabelece que o desenvolvimento destas relações acarreta em momentos de crise e em momentos de expansão para o valor do capital global. Como veremos logo em seguida, esta teoria cíclica tem validade somente para um período histórico do capital em que o processo de acumulação não estava ainda fundamentado no desenvolvimento da tecnologia.

3.4.2. Competitividade dos capitalistas entre si e aumento da produtividade social do trabalho

Para Marx, as relações de produção capitalistas, por sua natureza específica, possuem um impulso intrínseco ao desenvolvimento da produtividade social do trabalho. Para entender de que modo Marx explica este impulso intrínseco, precisamos voltar à análise da investigação que o autor faz da teoria do valor.

Reconsideraremos aqui, inicialmente, o modelo abstrato de análise de Marx em que o autor analisa a teoria do valor a partir da produção simples de mercadorias. Como vimos anteriormente, o valor de cada mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la. Vamos supor que em uma sociedade haja uma quantidade n de produtores de cadeiras e que a produtividade média deles seja de 1 cadeira para cada 4 horas

⁴⁸ Ibid.p.253.

de tempo de trabalho. Portanto, o valor de uma cadeira será de 4 horas de tempo de trabalho socialmente necessário. Vamos supor também que entre estes n produtores de cadeiras, haja um marceneiro que leve 8 horas para produzir uma cadeira. Estas 8 horas são o tempo de trabalho individual que custou sua cadeira. Mas como vimos em 3.2, o valor de sua cadeira não é determinado pelo tempo de trabalho individual que custou para que ela seja produzida, mas sim pelo tempo de trabalho socialmente necessário que custa para ser produzida. Sendo assim, a cadeira que este marceneiro produziu durante o tempo de 8 horas terá o valor de 4 horas de tempo de trabalho socialmente necessário.

Mas o que acontece se se der o inverso, isto é, um dentre estes n produtores de cadeiras conseguir produzir uma cadeira com uma produtividade acima da produtividade média social? Neste caso, o marceneiro mais produtivo produzirá mais valor num tempo de trabalho “ x ” do que os demais marceneiros durante o mesmo tempo de trabalho “ x ”. Se um marceneiro produzir com o dobro de produtividade do que a média social, então ele produzirá 2 cadeiras durante o mesmo tempo em que os demais marceneiros produzem apenas 1. O tempo de trabalho socialmente necessário para produzir 1 cadeira é de 4 horas, e este marceneiro mais produtivo conseguiu produzir duas cadeiras em 4 horas. Mas o valor de cada cadeira não é determinado pelo tempo de trabalho individual que custou ao marceneiro, e sim pelo tempo de trabalho social. Sendo assim, cada cadeira, que custou ao marceneiro mais produtivo 2 horas de tempo de trabalho individual, terá um valor de 4 horas de tempo de trabalho socialmente necessário. Portanto, as 4 horas de trabalho do marceneiro mais produtivo criaram um valor correspondente a 8 horas de tempo de trabalho socialmente necessário. Se supusermos que 1 unidade monetária equivale a 1 hora de tempo de trabalho socialmente necessário, então o marceneiro produtivo ganhará 8 unidades produtivas pelas mercadorias que produziu em um período de 4 horas, enquanto os demais marceneiros receberão apenas 4 unidades monetárias pelo mesmo tempo de trabalho objetificado em suas cadeiras.

Esta propriedade da lei do valor é válida também para a produção capitalista. Mas nesta forma econômica, esta lei do valor pode ser usada para se produzir um lucro extra. Vamos supor que em uma sociedade haja n unidades produtivas capitalistas que produzem cadeiras e que o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma cadeira seja de 4 horas. Desconsideraremos os custos com capital constante, para tornar nossa hipótese mais simples. Vamos supor também, neste nosso exemplo, um capitalista particular cujo ramo produtivo em que emprega seu capital seja da produção de cadeiras e que empregue 100 trabalhadores que trabalham durante 8 horas por dia. Se a produtividade nesta unidade

produtiva for correspondente à média, então estes 100 trabalhadores criarão um valor de 800 horas de tempo de trabalho socialmente necessário objetificado nas cadeiras que produziram. Como cada cadeira custa 4 horas de tempo de trabalho socialmente necessário, então terão sido produzidas 200 cadeiras. Se supusermos, por fim, que a taxa de mais-valia seja de 100% e que 1 unidade monetária equivale a 1 hora de tempo de trabalho socialmente necessário, então o capitalista de nosso exemplo terá gasto 400 unidades monetárias com capital variável e terá obtido 400 unidades monetárias de mais-valia ao dia. Como ele comprou a força de trabalho por 1 dia de 100 trabalhadores ao custo de 400 unidades monetárias com capital variável, então o valor diário da força de trabalho de cada trabalhador é de 4 unidades monetárias.

Agora, vamos supor que este mesmo capitalista invista em uma nova tecnologia que permite dobrar a produtividade do trabalho em sua unidade produtiva, e que nenhum outro capitalista que investe no mesmo ramo tenha modificado a produtividade de sua unidade produtiva. Sendo assim, no capital que dobrou a produtividade, cada cadeira terá custado 2 horas de tempo de trabalho e terão sido produzidas 400 cadeiras em um dia de trabalho. Mas como a média social de tempo para produzir uma cadeira continuará sendo de 4 horas de tempo de trabalho socialmente necessário, então cada cadeira, que custou apenas 2 horas de tempo de trabalho, terá o valor de 4 horas de tempo de trabalho socialmente necessário. Sendo assim, durante as 800 horas de trabalho dos trabalhadores deste capitalista que investiu em uma nova tecnologia foi criado um valor de 1600 horas de tempo de trabalho socialmente necessário. Se antes de aumentar a produtividade em sua unidade produtiva, o capitalista recebia 800 unidades monetárias ao vender as mercadorias produzidas em um dia de trabalho, agora ele recebe 1600 unidades monetárias.

Mas se a produtividade do trabalho na unidade produtiva que estamos considerando dobrou em relação à produtividade média nas outras unidades capitalistas do mesmo ramo que produz cadeiras, o mesmo não se pode dizer do valor da força de trabalho. Antes deste aumento da produtividade, o valor diário da força de trabalho de cada trabalhador individual era de 4 unidades monetárias; após o aumento da produtividade, o valor da força de trabalho continuou sendo de 4 unidades monetárias. Como o capitalista de nosso exemplo emprega 100 trabalhadores, então os gastos diários que ele tem com capital variável são de 400 unidades monetárias, antes e depois do aumento da produtividade que se deu na unidade produtiva em que ele emprega seu capital. Se antes de ele investir em uma nova tecnologia, a força de trabalho sob seu comando produzia diariamente um valor expresso em 800 unidades monetárias com um custo diário de 400 unidades monetárias com capital variável, agora, com

o emprego de uma nova tecnologia, a força de trabalho sob seu comando passou a produzir diariamente um valor expresso em 1600 unidades monetárias, com o mesmo custo diário de 400 unidades monetárias com capital variável. Ou seja, se antes o lucro deste capitalista era de 400 unidades monetárias ao dia, após o aumento da produtividade com o uso de nova tecnologia o seu lucro passou a ser de 1200 unidades monetárias.

Como já expusemos, o objetivo de qualquer capitalista é o lucro e a crescente ampliação dele. A ampliação deste lucro pode se dar por meio de um investimento com o aumento da produtividade média do trabalho. Mas há outros dois cenários que devemos considerar que podem ser acarretados pelo aumento da produtividade do trabalho em uma unidade produtiva capitalista.

Devemos ter em consideração que os capitais que produzem um mesmo tipo de valor-de-uso se encontram numa relação de competição entre si. Com o processo de acumulação, estes capitais procuram aumentar a escala de sua produção. Mas a demanda pelo valor-de-uso que produzem não pode se expandir ao infinito. Sendo assim, haverá uma competição entre os capitais pelo mercado consumidor do valor-de-uso que produzem.

O capitalista que controla a unidade produtiva que possui uma produtividade acima da média pode vender suas mercadorias abaixo do valor social para destruir a concorrência. No nosso exemplo do capitalista que comanda um processo de produção de cadeiras, supusemos que após o aumento da produtividade do trabalho ele continuaria vendendo as cadeiras pelo valor delas. Mas ele pode vender cada cadeira individual por metade do valor das cadeiras produzidas por outros capitais. Se nas outras unidades produtivas cada cadeira custa 4 horas de trabalho socialmente necessário para ser produzida, e na unidade que obteve um aumento produtivo cada cadeira custa 2 horas de trabalho socialmente necessário para ser produzida, então enquanto que nas primeiras cada cadeira deverá ser vendida por 4 unidades monetárias, na segunda cada cadeira poderá ser vendida por 2 unidades monetárias. Em razão de que no capital mais produtivo as mercadorias podem ser barateadas, o capitalista do capital mais produtivo pode optar por este barateamento para fazer sucumbir à concorrência. Mas neste caso, ele desfaz também o lucro extra que obteria se vendesse suas mercadorias pelo valor social delas.

Mas há também uma terceira possibilidade. O capitalista do capital mais produtivo pode optar por baratear o preço de cada mercadoria produzida na unidade de produção que ele controla, de modo a que este preço esteja abaixo do valor das demais mercadorias da mesma espécie produzidas em outros capitais, mas não tão abaixo a ponto de não poder obter um lucro extra. É o caso se, por exemplo, o capitalista de nossa ilustração anterior preferisse

vender cada cadeira não pelo valor social dela, que era de 4 unidades monetárias, nem pelo custo real de trabalho na unidade produtiva que controla, que seria de 2 unidades monetárias, mas por 3 unidades monetárias. Neste caso, suas mercadorias seriam vendidas por um preço mais barato do que as produzidas por outros capitais e, ainda assim, obteria um lucro extra. Neste nosso exemplo, após o aumento da produtividade do trabalho, são produzidas 400 cadeiras por dia; se cada qual for vendida por 3 unidades produtivas, então ele obterá 1200 unidades monetárias ao vender suas as cadeiras. Como o custo com capital variável é de 400 unidades monetárias, seu lucro será de 800 unidades monetárias, ou seja, 400 unidades monetárias abaixo do que se ele vendesse as cadeiras pelo tempo de trabalho socialmente necessário que elas custam para serem produzidas. Mas ainda assim ele pôde obter um lucro extra de 400 unidades monetárias em relação ao momento anterior em que o processo de produção correspondente ao seu capital se realizava de acordo com a produtividade média social. Deste modo, ele obteve este lucro extra e uma vantagem concorrencial em relação aos outros capitalistas ligados à produção de cadeiras por ter barateado suas mercadorias.

A partir do momento em que um capitalista de um ramo particular da economia aumenta a produtividade social do trabalho da unidade produtiva correspondente ao seu capital, pelo emprego de máquinas mais sofisticadas, por exemplo, os demais capitalistas do mesmo ramo serão obrigados a aumentar também a produtividade social do trabalho nas unidades produtivas correspondentes ao seu capital para não serem aniquilados na concorrência com o capital mais produtivo. Deste modo, o aumento da produtividade do trabalho que se realizou em um capital acaba sendo generalizado para todos os capitais do mesmo ramo. Com isso, aquele lucro extra que o primeiro capital que aumentou sua produtividade podia obter cessa de existir:

[...] aquela mais-valia extra desaparece tão logo se generaliza o novo modo de produção, pois com isso a diferença entre o valor individual das mercadorias produzidas mais baratas e seu valor social se desvanece. A mesma lei da determinação do valor pelo tempo de trabalho, que se fez sentir ao capitalista com o novo método na forma de ter que vender sua mercadoria abaixo de seu valor social, impele seus competidores, como lei coercitiva da concorrência, a aplicar o novo modo de produção.⁴⁹

Como vimos em 3.2, com este aumento generalizado da produtividade na produção de uma determinada espécie de mercadoria, o valor individual de cada mercadoria desta espécie cai na mesma proporção com que se deu este aumento da produtividade:

⁴⁹ MARX, Karl. *O Capital*, volume I, tomo I. Trad.: Flávio R. Kothe e Regis Barbosa. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996. p.256

Genericamente, quanto maior a força produtiva do trabalho, tanto menor o tempo de trabalho exigido para a produção de um artigo, tanto menor a massa de trabalho nele cristalizada, tanto menor o seu valor. Inversamente, quanto menor a força produtiva do trabalho, tanto maior o tempo de trabalho necessário para a produção de um artigo, tanto maior o seu valor. A grandeza do valor de uma mercadoria muda na razão direta do *quantum*, e na razão inversa da força produtiva do trabalho que nela se realiza.⁵⁰

Sendo assim, se a produtividade social média do trabalho em um ramo de produção capitalista aumentar, nenhum capitalista lucrará mais em razão de se produzir mais mercadorias no mesmo tempo de trabalho em que antes se produzia menos, pois o valor individual de cada mercadoria cairá na razão direta do aumento da produtividade.

A principal maneira pela qual se torna possível aumentar a produtividade do trabalho nos diversos ramos da produção capitalista é por meio do emprego de meios de trabalho mais sofisticados.

3.4.3. Aumento da taxa de mais-valia em decorrência do aumento da produtividade social do trabalho: a mais-valia relativa.

Em 3.2 e em 3.4.2, nós vimos que, com o aumento da produtividade do trabalho, o valor individual de cada mercadoria cai. Nesta seção, nós veremos de que modo esta propriedade da lei do valor afeta o valor da força de trabalho.

O aumento da produtividade social do trabalho não é um fenômeno isolado de alguns ramos da produção capitalista. É um processo que se realiza em todos os ramos de produção em que o capital se apoderou. E quando o aumento da produtividade social do trabalho se dá nos ramos que produzem valores-de-uso para a classe trabalhadora, então o valor da força de trabalho diminui.

Como exposto anteriormente, o valor da força de trabalho é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzir os valores-de-uso que o trabalhador, que é o portador da força de trabalho, precisa consumir para perpetuar sua existência e o seu vigor físico e espiritual. Se um trabalhador precisa consumir diariamente, para perpetuar sua existência e o seu vigor físico e espiritual, 2 unidades de uma mercadoria x, 1 unidade de uma mercadoria y e 3 unidades de uma mercadoria z, então o valor diário da força de trabalho deste trabalhador será correspondente ao tempo de trabalho socialmente necessário para produzir, em conjunto, as mercadorias (2) x, (1) y e (3) z.

⁵⁰ Ibid.p.170.

Se a produtividade social do trabalho aumenta nos ramos que produzem as mercadorias x,y e z ou, em outros termos, se diminui o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir as mercadorias x,y e z, então o valor individual de cada uma dessas mercadorias diminui. Com esta diminuição, diminui também o valor da força de trabalho. Se o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir (2) x, (1) y e (3) z cai pela metade, então o valor da força de trabalho também cairá pela metade. Se para produzir (2) x, (1) y e (3) z, em conjunto, são necessárias 6 horas de tempo de trabalho socialmente necessário, e se, como temos suposto, 1 unidade monetária equivale a 1 hora de tempo de trabalho socialmente necessário, então o valor diário da força de trabalho será de 6 unidades monetárias. Mas se a produtividade social do trabalho dobrar em todos estes ramos, então para produzir (2) x, (1) y e (3) z serão necessárias apenas 3 horas de tempo de trabalho socialmente necessário. Sendo assim, o custo desta soma de mercadorias passará a ser de 3 unidades monetárias. E conseqüentemente, o valor diário da força de trabalho, que antes era de 6 unidades monetárias, passará a ser de 3 unidades monetárias.

Se diminui o valor diário da força de trabalho, então, conseqüentemente, diminui a fração diária do tempo de trabalho necessário, que como já dissemos, é a fração da jornada de trabalho em que o trabalhador cria um valor pelo qual é restituído. Mas a jornada de trabalho não diminui por ter diminuído a fração de tempo de trabalho necessário. Permanecendo constante a jornada de trabalho, e diminuindo a fração desta jornada que corresponde ao tempo necessário, conseqüentemente, aumenta a fração da jornada de trabalho correspondente ao tempo excedente. Ou seja, aumenta a taxa de exploração.

Para melhor compreensão, vamos fazer uma ilustração. Vamos supor que um capitalista contrate 10 trabalhadores para uma jornada diária de 10 horas. Estes trabalhadores produzirão diariamente, supondo que a produtividade do trabalho nesta unidade produtiva esteja de acordo com a média social que produz a mesma espécie de mercadoria, um valor correspondente a 100 horas de trabalho. Abstraindo do valor dos elementos do capital constante, ao vender as mercadorias produzidas em seu capital, o capitalista obterá 100 unidades monetárias. Vamos supor também que as mercadorias que estes trabalhadores precisam consumir para perpetuar sua existência e seu vigor físico e mental custem 6 horas diárias de tempo de trabalho socialmente necessário. Sendo assim, o valor diário de sua força de trabalho será de 6 unidades monetárias. Como cada trabalhador produz, durante uma jornada de trabalho de 10 horas, um valor correspondente a 10 unidades monetárias ao dia, disto se segue que durante 6 horas de seu tempo de trabalho eles estarão produzindo um valor pelo qual são restituídos com o pagamento de sua força de trabalho, e durante 4 horas de seu

tempo de trabalho eles estarão produzindo um valor pelo qual não serão restituídos, que é o tempo de trabalho que criará um valor correspondente à mais-valia que o capitalista irá se apropriar. Sendo assim, a jornada de trabalho de cada um desses trabalhadores individuais se divide em 6 horas de trabalho necessário e 4 horas de trabalho excedente. A taxa de exploração é de 66,66 %. O valor diário total produzido por todos estes trabalhadores, expresso em dinheiro, será de 100 unidades monetárias, das quais 60 unidades monetárias se constituem de capital variável e 40 unidades monetárias se constituem na massa de mais-valia. Deste modo, a taxa de mais-valia é dada pela expressão $\frac{40}{60}$, ou seja, a taxa de mais-valia é de 66,66%.

Agora, vamos supor que tenha havido um aumento da produtividade do trabalho nos ramos que produzem as mercadorias que os trabalhadores consomem. Digamos que a produtividade do trabalho nestes ramos tenha dobrado. Sendo assim, a soma total do valor das mercadorias que os trabalhadores consomem caiu pela metade. E conseqüentemente, o valor da força de trabalho destes trabalhadores também caiu pela metade. Se antes o valor da força de trabalho de cada trabalhador era de 6 unidades monetárias, agora passou a ser de 3 unidades monetárias.

Deste modo, a fração necessária da jornada de trabalho de cada trabalhador, que antes era de 6 horas, agora passou a ser de 3 horas. Mas a jornada total de trabalho não se modificou. Sendo assim, a jornada de trabalho excedente, que antes era de 4 horas, agora passou a ser de 7 horas. A taxa de exploração, que antes era de 66,66 %, agora passou a ser de 233,33%.

Depois da queda do valor da sua força de trabalho, os trabalhadores de nosso exemplo continuam produzindo diariamente um valor expresso em 100 unidades monetárias. Porém, o valor do capital variável caiu para 30 unidades monetárias, e a massa de mais-valia subiu para 70 unidades monetárias.

Antes do aumento da produtividade do trabalho nos ramos que produzem mercadorias para a classe trabalhadora, o capital de nosso exemplo gastava 60 unidades monetárias com capital variável, e obtinha uma massa de mais-valia de 40 unidades monetárias. A taxa de mais-valia era de 66,66%. Depois deste aumento da produtividade, este capital passou a gastar 30 unidades monetárias com capital variável, e passou a obter uma massa de mais-valia de 70 unidades monetárias. A taxa de mais-valia passou a ser de 233,33%.

Este processo por meio do qual a taxa de mais-valia aumenta em razão de que o valor da força de trabalho diminuiu em decorrência do aumento da produtividade nos ramos que

produzem mercadorias para a classe trabalhadora é denominado por Marx de mais-valia relativa.

Vimos em 3.3 que Marx decompõe o valor total de um capital em uma parcela que corresponde ao trabalho objetificado nos meios de produção, denominada de trabalho morto, e em uma parcela que corresponde ao valor criado no processo de produção que se realiza na unidade produtiva correspondente a este capital, denominada de trabalho vivo. O valor correspondente ao trabalho vivo é a parte do valor de um capital que foi criado pelos trabalhadores cuja força de trabalho está sob comando deste capital. No nosso exemplo, temos 10 trabalhadores que produzem por 10 horas diárias. Isto significa que eles, em conjunto, produzem um valor de 100 horas de tempo de trabalho socialmente necessário por dia, objetificado nas mercadorias produzidas por eles. O capital variável e a massa de mais-valia são as partes componentes do trabalho vivo, de modo que a soma do valor do capital variável e da massa de mais-valia nos dá o valor total do trabalho vivo. O aumento da massa de mais-valia em razão da mais-valia relativa não altera o valor total do trabalho vivo. Antes do aumento da massa de mais-valia em razão da mais-valia relativa, a quantidade total do trabalho vivo do capital do nosso exemplo era de 100 unidades monetárias; após o aumento da massa de mais-valia em razão da mais-valia relativa, a quantidade total de trabalho vivo continuou sendo de 100 unidades monetárias. O que foi alterado com a mais-valia relativa foi a porção do trabalho vivo que cabe a cada uma de suas partes componentes, o capital variável e a massa de mais-valia. Antes do aumento da taxa de mais-valia, o capital variável era de 60 unidades monetárias e a massa de mais-valia era de 40 unidades monetárias; depois deste aumento, o capital variável passou a ser de 30 unidades monetárias e a massa de mais-valia passou a ser de 70 unidades monetárias. O valor da massa de mais-valia cresceu porque o valor do capital variável decresceu. O que um ganhou, o outro perdeu. Portanto, todo aumento da massa de mais-valia em razão da mais-valia relativa se dá dentro dos limites da parte componente do valor total de um capital correspondente ao valor do trabalho vivo. Neste caso, o aumento da massa de mais-valia não altera em nada o valor componente de um capital correspondente ao trabalho morto.

Para uma melhor compreensão, vamos estabelecer o seguinte exemplo: um capital particular que desembolsa 100 unidades monetárias com capital constante, 100 unidades monetárias com capital variável, e obtém 100 unidades monetárias com massa de mais-valia. Vamos supor também que este valor-capital corresponde ao processo de produção de 1 mês. O trabalho morto aqui corresponde a 100 unidades monetárias, e o trabalho vivo a 200 unidades monetárias. O trabalho morto representa 33,33% do valor total deste capital, e o

trabalho vivo representa 66,66% do valor total deste capital. A taxa de mais-valia aqui é de 100%. O trabalho vivo, como vimos, se decompõe em duas partes: o capital variável e a massa de mais-valia. Neste nosso exemplo, o capital variável representa 50% do valor total do trabalho vivo, e a massa de mais-valia representa outros 50% do valor total do trabalho vivo. Agora vamos supor que tenha havido uma modificação da taxa de mais-valia em razão da mais-valia relativa. Se antes a taxa de mais-valia era de 100%, agora vamos supor que ela seja de 200%. Como estamos supondo que esta mudança se deu em razão da mais-valia relativa, então isto significa que a taxa de mais-valia aumentou em razão de ter diminuído o custo da força de trabalho e, portanto, diminuído o custo total com capital variável. A quantidade de trabalhadores e a jornada de trabalho não se modificam apenas por ter se modificado a taxa de mais-valia. Deste modo, o valor produzido no período de 1 mês pelos trabalhadores que venderam sua força de trabalho para este capital continua sendo, tal como antes, de 200 unidades monetárias, que é, obviamente, o valor total do trabalho vivo. Mas agora, como a taxa de mais-valia mudou para 200%, isto significa que aumentou a fração do valor total do trabalho vivo que cabe à massa de mais-valia, do mesmo modo que diminuiu a fração do valor total do trabalho vivo que cabe ao capital variável. Agora, o capital variável é de 66,66 unidades monetárias, e a massa de mais-valia é de 133,33 unidades monetárias. Se antes o capital variável representava 50% do valor total do trabalho vivo, agora ele passou a representar 33,33% deste valor; a massa de mais-valia, que antes representava 50% do valor total do trabalho vivo, agora passou a representar 66,66% do valor total do trabalho vivo. Mas a relação do trabalho morto com o trabalho vivo permaneceu a mesma. Antes do aumento da taxa de mais-valia em decorrência da mais-valia relativa o trabalho morto representava 33,33% do valor total do capital; após este aumento, ele continuou representando a mesma parcela do valor total do capital.

A mais-valia relativa não é um processo social casual, mas é uma consequência necessária da natureza intrínseca das relações capitalistas de desenvolverem as forças de produção. Também não se trata de um processo restrito a alguns capitais particulares; posto que todo capital particular compra força de trabalho e absorve o seu excedente, a mais-valia relativa é um processo que afeta o capital global e a força de trabalho em sua totalidade.

Temos que esclarecer também que a mais-valia relativa não é produto de uma ação consciente e intencional dos capitalistas cujo capital corresponde a unidades produtivas que produzem valores-de-uso para a classe trabalhadora. Estes capitalistas procuram aumentar a produtividade do trabalho em seu capital produtivo pela mesma razão pela qual capitalistas que investem em ramos que não produzem valores-de-uso para a classe trabalhadora

procuram aumentar a produtividade do trabalho em seu capital: obter vantagens concorrenciais. A mais-valia relativa é um efeito do aumento da produtividade social do trabalho que os capitalistas que investem nos ramos que produzem para a classe trabalhadora desconhecem e, portanto, não intenciam.

Quando consideramos a mais-valia relativa não apenas segundo a diminuição do capital variável e o aumento da massa de lucro de um capital particular, mas segundo um processo global que afeta todas as unidades produtivas, temos que a mais-valia relativa ocasiona uma reconfiguração da divisão social do trabalho. A diminuição do valor da força de trabalho faz com que o capital variável global, pago a toda a classe trabalhadora, diminua. Isso significa que uma parcela menor do tempo de trabalho total da sociedade será aplicado na produção de valores-de-uso consumidos pela classe trabalhadora. Se supusermos que a jornada de trabalho é igual para todos os trabalhadores, então temos que o tempo de trabalho total da sociedade, digamos em 1 dia, é dado pelo número global de trabalhadores multiplicado pela jornada de trabalho diária. A diminuição do capital variável e aumento da mais-valia acarreta em uma diminuição deste tempo de trabalho total que a classe trabalhadora realiza em ramos que produzem valores-de-uso para a ela mesma e em um aumento do trabalho total da classe trabalhadora aplicado em ramos que produzem valores-de-uso para a classe capitalista ou bens de capital, como máquinas. Isto significa que uma parcela da classe trabalhadora que estava alocada em unidades produtivas capitalistas que produziam valores-de-uso para consumo dos membros desta classe é deslocada para outros ramos de produção.

3.4.4. A composição técnica do capital e o seu aumento em decorrência do aumento da produtividade do trabalho.

Qualquer que seja a forma econômica que se considere, o aumento da produtividade social do trabalho tem uma consequência necessária: tanto maior é a produtividade do trabalho, e tanto maior é a massa de meios e objetos de trabalho que um trabalhador converte, por meio de seu processo de trabalho, em valores-de-uso em um mesmo período de tempo. Nas palavras de Marx:

O grau de produtividade social do trabalho se expressa no volume relativo dos meios de produção que um trabalhador, durante um tempo dado, com o mesmo dispêndio

de força de trabalho, transforma em produto. A massa dos meios de produção com que ele funciona cresce com a produtividade de seu trabalho.⁵¹

Como vimos no capítulo 1, todo processo de produção é uma combinação entre os meios de produção e a força de trabalho. Qualquer que seja o processo de produção que consideramos, tenha ele a finalidade de produzir sapatos, ou garrafas ou algodão, ele sempre será um processo em que um determinado quantum de tempo de trabalho utiliza uma determinada quantidade de meios e objetos de trabalho. Com o aumento da produtividade, este mesmo quantum de trabalho utilizará uma quantidade maior de meios e objetos de trabalho.

Vamos supor que um marceneiro, em uma jornada de trabalho de 8 horas, converta 4 kg de madeira em 1 cadeira. Se a produtividade do trabalho deste marceneiro dobrar, então com a mesma quantidade de trabalho de 8 horas ele passa a converter 8 kg de madeira em 2 cadeiras. Com a mesma quantidade de trabalho que antes, ele transformou uma massa maior de meios de produção em valores-de-uso. A massa de meios de produção cresceu em relação à quantidade de trabalho; ou então, esta última decresceu em relação à massa de meios de produção. Como afirma Marx:

[...], o volume crescente dos meios de produção em comparação com a força de trabalho neles incorporada expressa a crescente produtividade do trabalho. O acréscimo desta última aparece, portanto, no decréscimo da massa de trabalho proporcionalmente à massa de meios de produção movimentados por ela ou no decréscimo da grandeza do fator subjetivo do processo de trabalho, em comparação com seus fatores objetivos.⁵²

O aumento da quantidade de meios de produção utilizados por um mesmo quantum de trabalho em decorrência do aumento da produtividade do trabalho é uma regra válida para todas as épocas. Nas relações de produção capitalistas, por estas terem um impulso intrínseco em desenvolver as forças produtivas, a massa dos meios de produção cresce mais depressa em relação à força de trabalho do que nas formas econômicas pré-capitalistas.

Como qualquer processo de produção, o processo de produção capitalista também se dá segundo uma determinada proporção de uma quantidade de meios de produção para um determinado quantum de trabalho que se aplica sobre estes meios de produção:

⁵¹ MARX, Karl. *O Capital*, volume I, tomo II. Trad.: Flávio R. Kothe e Regis Barbosa. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996. p.254.

⁵² Ibid.p.254

Da perspectiva da matéria, como ela funciona no processo de produção, cada capital se reparte em meios de produção e força de trabalho viva; essa composição é determinada pela proporção entre, por um lado, a massa dos meios de produção utilizados e, por outro lado, o montante de trabalho exigido para seu emprego.⁵³

Quando a relação proporcional de meios de produção para uma determinada quantidade de trabalho é considerada segundo se dá num processo de produção capitalista, Marx dá o nome a esta relação proporcional de composição técnica do capital.

Portanto, a composição técnica do capital expressa a proporção de uma determinada quantidade de meios de produção para um determinado quantum de força de trabalho numa unidade produtiva capitalista. A composição técnica pode medir esta proporção para um trabalhador individual, posto que, na realização de um determinado quantum de trabalho que um trabalhador executa, ele põe em movimento uma determinada quantidade de meios de produção. E a composição técnica pode medir também a proporção de toda a massa de meios de produção de um capital específico que é posta em movimento para um quantum de trabalho que é a soma total do trabalho executado por todos os trabalhadores sob o comando deste mesmo capital. Daqui em diante, consideraremos a composição técnica de um capital segundo este segundo sentido.

Vamos estabelecer uma ilustração. Suponhamos que um capitalista contrate 10 trabalhadores que produzem durante uma jornada de 10 horas diárias. Sendo assim, a soma total do tempo de trabalho destes trabalhadores é de 100 horas. Durante estas 100 horas de trabalho, estes 10 trabalhadores convertem uma determinada quantidade de meios de produção em mercadorias de uma espécie particular. Se a produtividade do trabalho nesta unidade produtiva capitalista aumentar, em decorrência, por exemplo, do uso de novas máquinas, então estes trabalhadores produzirão, durante as mesmas 100 horas de trabalho, uma quantidade maior de mercadorias. Mas para produzir esta quantidade maior, eles terão de converter uma massa maior de meios de produção em mercadorias. Sendo assim, com este aumento de produtividade, o mesmo quantum de trabalho de 100 horas passou a ser aplicado em uma quantidade maior de meios de produção.

. Vimos em 3.4.2 que é uma tendência intrínseca às relações de produção capitalista o desenvolvimento das forças produtivas, ou em outros termos, o desenvolvimento da produtividade do trabalho. Sendo assim, com este desenvolvimento da produtividade do trabalho, há um aumento gradual da composição técnica dos diversos capitais da sociedade, ou em outros termos, há um aumento gradual da composição técnica do capital global.

⁵³ Ibid.p.245

3.4.5. A composição orgânica do capital e o seu aumento em decorrência do aumento da composição técnica do capital.

Agora, consideraremos de que modo o desenvolvimento da produtividade social do trabalho afeta a proporção com que um capital particular, segundo seus gastos, se reparte entre capital constante e variável.

Na seção anterior, vimos o conceito de Marx de composição técnica do capital, que expressa a proporção de meios de produção para um determinado quantum de força de trabalho em uma unidade produtiva capitalista. Se a produtividade do trabalho aumenta, então um mesmo quantum de trabalho converte uma massa maior de meios de produção em mercadorias.

Marx estabelece também uma relação de proporção entre os meios de produção e a força de trabalho considerados segundo termos de valor, isto é, segundo a decomposição do valor dos custos de um capital entre uma fração correspondente ao capital constante e uma fração correspondente ao capital variável. Marx denomina esta relação proporcional de composição orgânica do capital:

Da perspectiva do valor, ela [a composição orgânica do capital] é determinada pela proporção em que se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, soma global dos salários.⁵⁴

Sendo a composição orgânica representada pela letra “q”, podemos expressá-la do seguinte modo:

$$q = \frac{\text{Capital constante}}{\text{Capital variável}}$$

Vejamos alguns exemplos. Para um capital que desembolsa 200 unidades monetárias com capital constante e 200 unidades monetárias com capital variável, a composição orgânica é de 1:1. Para um capital que desembolsa 400 unidades monetárias com capital constante e 200 unidades monetárias com capital variável, a composição orgânica é de 2:1.

Como vimos anteriormente, o capital constante corresponde aos gastos de um capital particular com meios de produção, e o capital variável corresponde aos gastos de um capital particular com força de trabalho. Como o aumento da produtividade social do trabalho eleva

⁵⁴ Ibid.p.245

composição técnica do capital, isto é, eleva a massa de meios de produção em relação a um mesmo quantum de força de trabalho, isto acarreta que, com o aumento da produtividade social do trabalho, torna-se uma regra generalizada entre os diversos capitais dos mais diversos ramos que os custos com capital constante se elevem em proporção aos custos com capital variável.

Com o desenvolvimento dos meios de trabalho, isto é, com o aperfeiçoamento das máquinas e das ferramentas, estes meios de trabalho se tornam mais caros e acarretam em um aumento da produtividade do trabalho; em razão disto, fazem com que, por meio de seu uso, se produzia uma quantidade maior de mercadorias para um mesmo *quantum* de trabalho. E com este desenvolvimento da produtividade do trabalho, aumenta também a massa de objetos de trabalho posta em movimento por um mesmo *quantum* de trabalho.

Sob a perspectiva do aumento da composição técnica, um mesmo trabalhador aplica sua força de trabalho em uma quantidade maior de massa de matérias-primas e por meio de uma massa maior de meios de trabalho; sob a perspectiva do aumento da composição orgânica do capital, como aumentou a massa de meios de produção que um trabalhador põe em movimento com uma mesma quantidade de trabalho, aumentam também os gastos de um capital com meios de produção em proporção com os gastos que este capital tem de efetuar com cada trabalhador. Como este aumento proporcional se dá não apenas na relação entre os meios de produção e um trabalhador, mas na relação proporcional entre a totalidade dos meios de produção de um capital com todos trabalhadores sob o comando deste capital, disto se segue que os custos com capital constante crescem em proporção ao custos com capital variável.

Em síntese, com o desenvolvimento da produtividade do trabalho aumenta a composição técnica dos diversos capitais da sociedade; e em razão disto, estes capitais passam a gastar um valor maior com meios de produção em proporção ao valor que despendem com força de trabalho.

Se num primeiro momento em que as relações capitalistas se estabelecem como as relações dominantes, a composição orgânica pode ser, por exemplo, de 1:2, com o aumento contínuo do desenvolvimento da produtividade do trabalho ela pode passar para 1:1, depois para 2:1, 3:1, e assim sucessivamente.

3.4.6. O barateamento dos elementos do capital constante em decorrência do aumento da produtividade do trabalho

Vimos em 3.2 e em 3.4.2 que o aumento da produtividade do trabalho reduz o valor individual de cada mercadoria. Se num determinado ramo, uma mercadoria da espécie “x” necessita de 4 horas de tempo de trabalho socialmente necessário, então esta mercadoria “x” terá o valor de 4 horas de tempo de trabalho socialmente necessário objetificado nela. Se 1 unidade monetária equivale 1 hora de tempo de trabalho socialmente necessário, como temos suposto, então cada mercadoria individual da espécie “x” terá um valor equivalente a 4 unidades monetárias. Se a produtividade do trabalho para produzir a mercadoria “x” dobra, então agora serão necessárias 2 horas de tempo de trabalho socialmente necessário para produzir esta mercadoria “x” e, portanto, cada mercadoria individual da espécie “x” terá um valor equivalente a 2 unidades monetárias. Em 3.4.3, vimos que esta propriedade da lei do valor se aplica também ao valor da força de trabalho, o que acarreta na mais-valia relativa.

Esta propriedade da lei do valor se aplica também às mercadorias que são vendidas aos capitalistas como capital constante. Vamos supor um capitalista “a”, cujo capital é investido na produção de máquinas. Estas máquinas são, para este capitalista “a”, o produto final do processo de produção que se dá na unidade produtiva correspondente ao seu capital. Depois de produzidas estas máquinas, o capitalista “a” precisa levá-las ao mercado para que sejam vendidas. Para ele, o processo de venda, M-D’, encerra o ciclo de seu capital. Mas se para o capitalista “a” a venda das máquinas é o final do ciclo de seu capital, para um outro capitalista “b”, que precisa comprar máquinas para dar início ao processo de produção correspondente ao seu capital, a compra destas máquinas é o início do ciclo de seu capital, D-M. Se para o capitalista “a” estas máquinas são o produto final da produção correspondente ao seu capital, para o capitalista “b”, estas máquinas são capital constante.

As máquinas e matérias-primas são mercadorias como quaisquer outras; e como qualquer mercadoria, a razão pela qual elas são produzidas é extrair mais-valia dos produtores diretos que as produziram. E como em qualquer outro ramo de produção de capital, os capitalistas que produzem mercadorias que são capital constante para outros capitalistas também estão em concorrência entre si e, conseqüentemente, também possuem um incentivo para aumentar a produtividade no seu ramo particular. E com este aumento da produtividade da produção de meios e objetos de trabalho, o valor individual de cada máquina e de cada matéria-prima cai na mesma proporção com que se deu o aumento da produtividade. A esta diminuição do valor individual dos meios de produção, Marx dá o nome de barateamento dos elementos do capital constante.

3.4.7. Diminuição da composição orgânica do capital em decorrência do barateamento dos elementos do capital constante

O barateamento dos elementos do capital constante, ao contrário do que acontece com o aumento da composição técnica do capital, faz a composição orgânica do capital cair.

Para compreendermos por qual razão isto acontece, vamos estabelecer o seguinte exemplo. Um determinado capital desembolsa 200 unidades monetárias em capital constante e 100 unidades monetárias em capital variável. Portanto, a composição orgânica deste capital é de 2:1. Estas 200 unidades monetárias de capital constante representam uma determinada quantidade de máquinas e matérias-primas. Se a produtividade do trabalho nos ramos que produzem máquinas e matérias-primas dobrar, então o valor individual de cada máquina e de cada matéria-prima cairá pela metade. Mas o capitalista de nosso exemplo precisa continuar comprando a mesma quantidade de máquinas e matérias-primas para cada trabalhador que contrata, pois a composição técnica não se modificou. E como o valor individual de cada máquina e de cada matéria-prima caiu pela metade, então ele precisará gastar apenas metade do que antes gastava com a mesma quantidade de máquinas e matérias-primas. Sendo assim, este capitalista precisará gastar apenas 100 unidades monetárias com a mesma quantidade de máquinas e matérias-primas. Mas o valor do capital variável que ele desembolsa não se modificou. Sendo assim, a composição orgânica de seu capital, que antes era de 2:1, agora passou a ser de 1:1.

Para tornar a exposição deste fenômeno o mais claro possível, vamos supor um outro exemplo. Suporemos que um capitalista compre a força de trabalho de um trabalhador para produzir cadeiras de plástico. Vamos supor também que este capitalista compre a força de trabalho de 1 trabalhador a 2 unidades monetárias ao dia, que a jornada de trabalho diária seja de 8 horas e que o trabalhador produza, nestas 8 horas, 2 cadeiras de plástico. Vamos supor também que, para cada cadeira de plástico, são necessárias 500 gramas de plástico. Ou seja, a cada dia, o trabalhador converte 1000 gramas de plástico em 2 cadeiras. Suporemos também que 1000 gramas de plástico custam 8 unidades monetárias. Sendo assim, em um dia de trabalho, o capitalista gasta 2 unidades monetárias com a força de trabalho e 8 unidades monetárias com capital constante. Portanto, a composição orgânica aqui é de 4:1. Agora, vamos supor que as unidades produtivas que produzem plástico tenham dobrado sua produtividade média e, deste modo, o valor de 1 grama de plástico caiu para metade de seu valor anterior. Sendo assim, 1000 gramas de plástico agora custam 4 unidades monetárias, e não mais 8 unidades monetárias. Como a produtividade do trabalho no ramo que produz

cadeiras de plástico não se alterou, de modo que 1 trabalhador, numa jornada de 8 horas, continua convertendo 1000 gramas de plástico em 2 cadeiras, então o capitalista de nosso exemplo continua comprando a força de trabalho de 1 trabalhador, numa jornada de 8 horas, para converter a mesma quantidade de 1000 gramas de plástico. Mas o valor de 1000 gramas de plástico agora caiu pela metade, enquanto que o valor da força de trabalho permaneceu o mesmo. Sendo assim, a composição orgânica do capital, que antes era de 4:1, agora é de 2:1.

3.4.8. O aumento da composição técnica do capital e o barateamento dos elementos do capital constante produzem tendências opostas em relação à composição orgânica do capital.

Nas subseções anteriores, nós apresentamos duas causas que, para Marx, produzem tendências opostas: de um lado, o aumento da composição técnica do capital faz a composição orgânica crescer; do outro, o barateamento dos elementos do capital constante faz a composição orgânica cair. Apresentamos cada uma destas causas fazendo abstração da causa oposta: apresentamos o aumento da composição orgânica do capital em decorrência do aumento da composição técnica desconsiderando o barateamento dos elementos do capital constante; e inversamente, apresentamos a diminuição da composição orgânica do capital em decorrência do barateamento dos elementos do capital constante desconsiderando o aumento da composição técnica. Porém, quando consideramos as modificações que o aumento da produtividade do trabalho acarreta na composição orgânica dos diversos capitais sociais, temos que ambas as causas atuam conjuntamente: o aumento generalizado da produtividade do trabalho faz com que a composição técnica dos diversos capitais da sociedade cresça, como também faz com que haja um barateamento generalizado dos elementos do capital constante utilizados pelos diversos capitais da sociedade. Se estas causas atuam conjuntamente, o que acontece com a composição orgânica do capital? Ela sobe ou desce? A resposta é: depende.

A modificação da composição orgânica do capital está na razão direta do aumento da composição técnica e na razão inversa do barateamento dos elementos do capital constante. Sendo assim, se o aumento da composição técnica for numa proporção maior do que o barateamento dos elementos do capital constante, então a composição orgânica sobe. Se o aumento da composição técnica for na mesma proporção do que o barateamento dos elementos do capital constante, então a composição orgânica permanece a mesma. Por fim, se

o aumento da composição técnica for numa proporção menor do que o barateamento dos elementos do capital constante, então a composição orgânica cai.

Vamos supor um capital de composição orgânica de 4:1. Se o valor dos elementos do capital constante cair pela metade, sem variação da composição técnica, então este capital gastará apenas metade do que antes gastava com capital constante e, deste modo, a composição orgânica será de 2:1. Ou seja, a composição orgânica variou na razão inversa do barateamento dos elementos do capital constante. Se, pelo contrário, este capital de composição orgânica de 4:1 aumentar a sua produtividade, de modo que a composição técnica dobre, supondo que o valor dos elementos do capital constante não se modificou, então este capital terá de gastar o dobro com meios de produção do que gastava antes para um mesmo gasto com capital variável; deste modo, a composição orgânica ficará na proporção de 8:1. Ou seja, a composição orgânica do capital variou na razão direta do aumento da sua composição técnica. Se a composição técnica aumentar numa proporção maior do que o barateamento dos elementos do capital constante, então a composição orgânica cresce. Vamos supor que a produtividade do trabalho neste capital de composição orgânica de 4:1 triplique, de modo que a composição técnica também triplique. Vamos supor também que os elementos do capital constante passem a valer metade do que valiam. Sendo assim, este capital terá de comprar três vezes mais meios de produção do que comprava antes; mas o valor individual de cada meio de produção caiu apenas metade. Deste modo, a composição orgânica do capital subiu: se antes era 4:1, agora passou a ser de 6:1. O efeito do barateamento dos elementos do capital constante não impediu que a composição orgânica crescesse, mas atenuou seu crescimento.

3.4.9. O aumento da composição orgânica do capital como a tendência dominante

Vimos que Marx estabelece que, com o desenvolvimento da produtividade do trabalho, surge uma causa que faz a composição orgânica do capital subir e uma causa que faz a composição orgânica do capital cair. Estas são duas tendências opostas que se chocam e, neste choque, podem se anular ou então uma delas pode se sobrepor a outra. Estas duas tendências são como duas forças de vetores opostos: se ambas as forças tiverem o mesmo módulo, a resultante é zero; se uma das forças tiver um módulo superior, a resultante será o vetor com o módulo superior, embora o valor deste módulo seja atenuado pelo módulo da força de direção oposta. As variações da composição orgânica média dos capitais sociais no transcorrer de um tempo serão sempre a resultante de tendências opostas, cujas causas são produto de um mesmo fenômeno: o desenvolvimento da produtividade do trabalho. A questão

que temos de nos colocar é a de se Marx estabelece que uma destas duas tendências deve prevalecer no longo prazo. E a resposta é: sim.

Para Marx, a tendência do processo capitalista é a composição técnica se elevar acima do barateamento dos meios de produção; ou seja, a tendência do processo capitalista é o aumento da composição orgânica do capital. Na seguinte passagem do primeiro volume de *O Capital*, o filósofo alemão expressa a relação entre o aumento da composição técnica e o aumento da composição orgânica:

O decréscimo da parte variável do capital em confronto com a constante ou a composição modificada do valor do capital indica, no entanto, de modo apenas aproximado, a mudança na composição de seus componentes materiais. Se, por exemplo, hoje, o valor do capital investido na fição é $\frac{7}{8}$ constante e $\frac{1}{8}$ variável, enquanto no começo do século XVIII era $\frac{1}{2}$ constante e $\frac{1}{2}$ variável, a massa de matérias-primas, meios de trabalho etc. que determinado quantum de trabalho de fição consome hoje produtivamente é quatrocentas vezes maior do que no começo do século XVIII. A razão disso é simplesmente que, com a crescente produtividade do trabalho, não apenas se eleva o volume dos meios de produção por ele utilizados, mas cai o valor deles em comparação com seu volume. Seu valor se eleva pois de modo absoluto, mas não proporcionalmente a seu volume. O crescimento da diferença entre capital constante e capital variável é, por isso, muito menor do que o da diferença entre a massa dos meios de produção em que o capital constante é convertido e a massa da força de trabalho em que se converte o capital variável. A primeira diferença cresce com a última, mas em grau menor.⁵⁵

Nesta passagem, Marx está afirmando que, com o aumento da composição técnica dos diversos capitais da sociedade, a composição orgânica destes capitais sobe; porém, não sobe na mesma proporção que o aumento da composição técnica, pois o barateamento dos elementos do capital constante atenua este crescimento da composição orgânica do capital. Mas ainda assim, o aumento da composição orgânica se impõe como a tendência dominante.

A composição orgânica do capital só cresce quando o crescimento da composição técnica do capital é maior do que o decréscimo do valor dos elementos do capital constante. Sendo que Marx estabelece que o aumento da composição orgânica do capital é a tendência que se impõe no longo prazo, disto se conclui que, para ele, o aumento da composição técnica dos capitais da sociedade cresce em proporção maior do que o decréscimo do valor das mercadorias produzidas pelas unidades capitalistas que produzem os elementos do capital constante.

O barateamento dos elementos do capital constante pode atenuar a taxa de crescimento da composição orgânica do capital, ou em outros termos, pode reduzir a velocidade com que a composição orgânica do capital cresce. Além disto, quando

⁵⁵ MARX, Karl. *O Capital*, volume I, tomo II. Trad.: Flávio R. Kothe e Regis Barbosa. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996. p.255.

consideramos períodos de tempo curtos, pode ser que o decréscimo do valor dos elementos do capital constante seja maior do que o crescimento da composição técnica; mas quando se considera o desenvolvimento do capitalismo numa escala de tempo contínua, neste caso a tendência dominante é a de que o crescimento da composição técnica dos capitais da sociedade, em média, seja maior do que o decréscimo do valor dos elementos do capital constante e, com isso, o aumento da composição orgânica do capital dos diversos capitais da sociedade se impõe como uma lei necessária.

Mas por que Marx pensava isto? Infelizmente, o autor não dá a devida atenção a esta questão em *O Capital*. Mas em *Teorias da Mais-valia*, livro publicado postumamente a partir de manuscritos que Marx pretendia transformar em um quarto volume de *O Capital*, temos duas considerações sobre o assunto.

A primeira diz respeito ao aumento dos custos com os meios de trabalho:

[...] o que fica mais barato é a máquina individual e suas partes componentes; mas se desenvolve um sistema de maquinaria; o lugar da ferramenta não é ocupado por uma só máquina, mas por um sistema que agrupa milhares de ferramentas [...]. Cada máquina com que o trabalhador se defronta é uma enorme coleção de instrumentos que antes ele usava individualmente, como, por exemplo, 1800 fusos no lugar de um. Além disso, a máquina contém elementos que a antiga ferramenta não contém etc. Apesar do barateamento dos elementos individuais, o preço da maquinaria como um todo aumenta enormemente, e o aumento da produtividade consiste na expansão contínua da maquinaria [...]. Logo, ao aumento da produtividade do trabalho por meio da maquinaria corresponde um aumento do valor da maquinaria em relação à quantidade de trabalho empregado e, portanto, ao valor do trabalho, ao capital variável.⁵⁶

Ou seja, embora o aumento da produtividade do trabalho faz com que o valor individual dos componentes das máquinas caia, a quantidade de componentes que compõem máquinas mais sofisticadas é maior. Para exemplificar, vamos supor um capital que compra máquinas que contém 50 fusos. Se a produtividade do trabalho no ramo que produz fusos dobrar, então o valor pago com estes 50 fusos cairá pela metade; mas se o capitalista a quem pertence este capital, para aumentar a produtividade do trabalho na unidade produtiva que ele comanda, decidir empregar uma máquina mais sofisticada que, ao invés de 50 fusos, utilize 150, então enquanto que, de um lado, o valor individual de cada fuso caiu pela metade, por outro, o capitalista triplicou a quantidade de fusos que compõem a máquina que ele emprega; e sendo assim, aumentaram os custos com o componente dos fusos, apesar do valor individual de cada fuso ter diminuído. Esta é a tendência que Marx atribui ao desenvolvimento dos

⁵⁶ Apud. ROSDOLSKY, R. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Trad.: César Benjamin. Rio de Janeiro: contraponto, 2001. p.338.

meios de trabalho: o aumento dos elementos que compõem os meios de trabalho é maior do que a diminuição do valor individual destes elementos; sendo assim, o valor dos meios de trabalho sobe.

A segunda diz respeito aos objetos de trabalho. Para Marx, o aumento da produtividade nos ramos industriais do capital deve ser sempre maior do que o aumento da produtividade nos ramos que produzem matérias-primas. Sendo assim, os ramos industriais de aplicação do capital aumentam a quantidade de matérias-primas utilizadas numa proporção maior do que o barateamento do valor das matérias-primas. Vejamos um exemplo. Digamos que um determinado capital, para pôr em movimento um determinado *quantum* de trabalho, compre 1000 kg de aço por dia. Se a produtividade do trabalho nos ramos que produzem aço dobrar, então o valor destes 1000 kg de aço cairá pela metade; mas se o nosso capital passar a comprar 3000 kg de aço por dia para pôr em movimento o mesmo *quantum* de trabalho, em razão de um aumento da produtividade do trabalho, então, embora o valor do aço tenha caído pela metade, o capital de nosso exemplo passou a comprar três vezes mais aço para um mesmo *quantum* de trabalho produzido na unidade produtiva correspondente ao seu capital e, conseqüentemente, seus custos com aço aumentaram em proporção ao *quantum* de trabalho vivo realizado. Como o capital variável é fração percentual do trabalho vivo, logo os custos com matérias-primas cresceram em proporção aos custos com capital variável.

Mas por qual razão o aumento da produtividade nos ramos industriais de aplicação de capital deve ser sempre maior do que o aumento da produtividade nos ramos que produzem matérias-primas? Em *Teorias da Mais-valia*, temos a seguinte resposta:

Uma parte das matérias-primas, como lã, seda, couro, é produzida mediante processos orgânicos animais, enquanto o algodão, o linho, etc. são produzidos mediante processos orgânicos vegetais. A produção capitalista não conseguiu até hoje - e jamais conseguirá - dominar esses processos da mesma maneira como dominou os puramente mecânicos ou os que dependem da química inorgânica.⁵⁷

3.4.10. O aumento da composição orgânica acarreta em um aumento do trabalho morto em proporção ao trabalho vivo.

Vimos em 3.3 que o valor total de um capital pode ser decomposto em uma parte que corresponde ao valor do trabalho morto e uma parte que corresponde ao valor do trabalho vivo. Sendo assim, o valor total de um capital é dado pela soma do valor do trabalho morto e

⁵⁷ Apud. ROSDOLSKY, R. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Trad.: César Benjamin. Rio de Janeiro: contraponto, 2001. p.339.

do valor do trabalho vivo. Vimos também que o valor do trabalho morto é igual ao valor do capital constante, isto é, dos custos de um capital com meios e objetos de trabalho. E o valor do trabalho vivo é igual à soma do valor do capital variável com o valor da massa de mais-valia.

Vamos supor como exemplo um capital que gasta 100 unidades monetárias com capital constante, 100 unidades monetárias com capital variável e que absorve 100 unidades monetárias de massa de mais-valia. O valor total deste capital é, portanto, de 300 unidades monetárias. Deste valor total, 100 unidades monetárias são trabalho morto e 200 unidades monetárias são trabalho vivo. O trabalho morto representa 33,33% do valor deste capital e o trabalho vivo representa 66% do valor deste capital.

Vimos também em 3.4.5 que com o desenvolvimento da produtividade do trabalho no capitalismo, o valor do capital constante cresce em proporção ao valor do capital variável. Agora precisamos mostrar que este crescimento do capital constante em proporção ao capital variável, ou seja, o aumento da composição orgânica do capital, acarreta também em um aumento do valor correspondente ao trabalho morto em proporção ao valor correspondente ao trabalho vivo.

O aumento da composição orgânica significa que o valor do capital constante cresce em proporção ao valor do capital variável. E como o valor correspondente ao trabalho vivo é dado pela soma do capital variável mais a massa de mais-valia, então o aumento do capital constante em proporção ao capital variável é também um aumento do capital constante em proporção à soma dos valores do capital variável e da massa de mais-valia. Para exemplificar, vamos supor o seguinte caso. Um capital específico tem composição orgânica de 1:1, com taxa de mais-valia de 100 %. Se o capital constante é de 100 unidades monetárias, disto se conclui que o capital variável também será de 100 unidades monetárias; como a taxa de mais-valia é de 100 %, então a massa de mais-valia será de 100 unidades monetárias. O valor total deste capital é de 300 unidades monetárias, que se decompõe em 33,333 % de trabalho morto, e 66,666% de trabalho vivo. Agora vamos supor que a composição orgânica suba para 2:1. Se supusermos que este capital mantenha a mesma quantidade de valor total, ou seja, 300 unidades monetárias, e a mesma taxa de mais-valia, então o capital constante será expresso no valor de 150 unidades monetárias, o capital variável terá o valor de 75 unidades monetárias e a massa de mais-valia terá o valor de 75 unidades monetárias também. Agora o trabalho morto representa 50 % do valor total do capital e o trabalho vivo representa outros 50 % do valor total do capital. Podemos também fazer a suposição de que após o aumento da composição orgânica, este capital do nosso exemplo continue investindo a mesma quantidade

de valor em capital variável, a saber, 100 unidades monetárias. O resultado será o mesmo. Como a composição orgânica agora é de 2:1, então o valor gasto com capital constante será de 200 unidades monetárias. Como a taxa de mais-valia é de 100 %, então a massa de mais-valia será de 100 unidades monetárias. O capital total será de 400 unidades monetárias, que se dividem em 200 unidades monetárias correspondentes ao trabalho morto, e 200 unidades monetárias correspondentes ao trabalho vivo. Ou seja, com o aumento da composição orgânica do capital, o valor do trabalho morto, que antes representava 33,333 % do valor total do capital, agora passa a representar 50 %, enquanto que o trabalho vivo, que antes representava 66,666 % do valor total do capital, agora representa 50 %. Com o desenvolvimento da produtividade do trabalho e o aumento da composição orgânica do capital, o trabalho morto passa a representar uma fração cada vez maior do valor total de um capital.

Vamos ilustrar com outro exemplo para esclarecer melhor. Imaginemos um capitalista que contrate 10 trabalhadores para uma jornada diária de 10 horas. Portanto, estes trabalhadores criarão um valor de 100 horas de tempo de trabalho socialmente necessário que estará objetificado nas mercadorias produzidas por eles. Se a taxa de mais-valia for de 100%, então durante metade da jornada de trabalho, os trabalhadores terão criado um valor pelo qual serão restituídos, e na outra metade criarão um valor que não será pago a eles e, portanto, será apropriado pelo capitalista como mais-valia. Sendo assim, o valor que será pago a cada trabalhador, por dia, será de 5 unidades monetárias e o capital variável total, que o capitalista desembolsará por dia, será de 50 unidades monetárias. Cada trabalhador produzirá uma mais-valia de 5 unidades monetárias, e a massa total de mais-valia, por serem 10 trabalhadores, será de 50 unidades monetárias. Agora vamos supor que a composição orgânica do capital seja de 1:1. Sendo assim, o valor que o capitalista desembolsará com capital constante será de 50 unidades monetárias. Deste modo, temos que o trabalho morto, correspondente ao capital constante, representa 33,33% do valor total do capital, e o trabalho vivo, dado pela soma do capital variável e da massa de mais-valia, representa 66,66% do valor total deste capital.

Agora, imaginemos que tenha havido um aumento da produtividade nos ramos que produzem a mesma mercadoria que este capital de nosso exemplo e que este capital tenha adotado as tecnologias que permitem este aumento da produtividade. Vamos imaginar também que com estas novas tecnologias, a produtividade do capital de nosso exemplo tenha duplicado. Deste modo, agora cada trabalhador, para executar o mesmo quantum de trabalho de antes, precisa de uma quantidade maior de meios de produção do que antes. Vamos supor que seja o dobro. Se antes cada trabalhador produzia uma quantidade x de uma espécie de

mercadoria, com o dobro de produtividade cada trabalhador produzirá duas vezes aquela quantidade x . Como agora, com o mesmo *quantum* de trabalho, cada trabalhador produz duas vezes mais, então converte duas vezes mais matérias-primas do que antes e, portanto, o capitalista de nosso exemplo precisa comprar duas vezes mais matérias-primas. Supondo que não tenha havido uma diminuição do valor dos elementos do capital constante, o valor que o capitalista precisa desembolsar com capital constante foi duplicado. Mas, supondo que o capitalista continue contratando a mesma quantidade de trabalhadores, deste modo, o valor gasto com capital variável não se alterou. Consequentemente, a composição orgânica deste capital subiu: se antes era de 1:1, agora passou a ser de 2:1. Se antes o capitalista gastava 50 unidades monetárias com capital constante para cada 50 unidades monetárias gasta com capital variável, agora ele gasta 100 unidades monetárias com capital constante para cada 50 unidades monetárias com capital variável.

Mas não foi apenas a relação proporcional entre capital constante e capital variável que se modificou. Mudou também a proporção entre trabalho morto e trabalho vivo. Antes do aumento da produtividade, cada trabalhador produzia 100 unidades monetárias por dia de valor novo e, em contrapartida, o capitalista precisava desembolsar 50 unidades monetárias com capital constante para comprar os meios de produção que eram utilizados por estes trabalhadores. Ou seja, para 2 unidades monetárias de valor que os trabalhadores criavam, o capitalista desembolsava 1 unidade monetária de valor com capital constante. Depois do aumento da produtividade, para cada 2 unidades monetárias de valor que os trabalhadores criavam, o capitalista precisou desembolsar 2 unidades monetárias de valor com capital constante. Ou seja, se antes o trabalho morto representava 33,33% do valor total do capital, depois passou a representar 50% deste valor total.

Com isto, concluímos que o aumento da composição orgânica do capital acarreta em um aumento do trabalho morto em proporção ao trabalho vivo. E como a composição orgânica dos diversos capitais da sociedade aumenta com o tempo, como visto em 3.4.5, disto se conclui que, com o desenvolvimento contínuo da produtividade do trabalho que se realiza na reprodução constante das relações capitalistas, o trabalho morto passa a representar uma parte percentual cada vez maior do valor total dos diversos capitais da sociedade.

3.4.11. A mais-valia relativa aumenta a composição orgânica do capital, mas não modifica a relação proporcional entre trabalho morto e trabalho vivo.

Como vimos em 3.4.3, por meio da mais-valia relativa, a massa de mais-valia cresce em proporção ao capital variável. Este crescimento proporcional se dá porque a massa de mais-valia cresce na mesma medida em que o valor do capital variável cai. Mas o valor correspondente à soma de ambos, que é o valor do trabalho vivo, permanece o mesmo. O modo com que o valor correspondente ao trabalho vivo se distribui entre massa de mais-valia e capital variável é que se modifica, de modo que a massa de mais-valia passa a abarcar uma parcela maior do trabalho vivo, e o capital variável passa a abarcar uma parcela menor do trabalho vivo. Mas isto em nada modifica o valor total do trabalho vivo.

Com a mais-valia relativa, a composição orgânica do capital sobe. A razão é a seguinte: a mais-valia relativa não altera a relação proporcional entre trabalho morto e trabalho vivo. A mesma quantidade de meios de produção é utilizada pela mesma quantidade de trabalho para produzir a mesma quantidade de mercadorias. Isto significa que não há um aumento ou diminuição nos gastos com capital constante. Mas a mais-valia relativa faz com que os gastos com capital variável diminuam, na mesma medida com que há um aumento da massa de mais-valia. Ou seja, o valor do capital constante permaneceu o mesmo, mas o valor do capital variável diminuiu. Com isto, o valor dos gastos com capital constante aumenta em proporção aos gastos com capital variável, ou seja, a composição orgânica do capital sobe. Mas a relação proporcional entre trabalho morto e trabalho vivo permanece a mesma.

Para ilustrar, vamos supor um capital que produz mercadorias que não são para consumo dos trabalhadores e que contrate 5 trabalhadores para trabalhar em uma jornada diária de 10 horas. Sendo assim, estes trabalhadores criarão um valor correspondente de 50 horas de tempo de trabalho socialmente necessário por dia. Vamos supor também que o valor diário da força de trabalho seja de 5 unidades monetárias. Como são 5 trabalhadores, o capital variável será de 25 unidades monetárias. Como estes trabalhadores criam, na jornada de trabalho diária, mercadorias nas quais estão objetivadas 50 horas de tempo de trabalho socialmente necessário, então a massa de mais-valia é de 25 unidades monetárias, e a taxa de mais-valia é de 100%. Vamos supor também que para estas 50 horas de trabalho executadas diariamente pelos 5 trabalhadores, é necessário um gasto com máquinas e meios de trabalho de 50 unidades monetárias; ou seja, este é o valor do capital constante. Sendo assim, o trabalho morto, que corresponde ao valor do capital constante, é de 50 unidades monetárias; e o trabalho vivo, que corresponde ao valor do capital variável e da massa de mais-valia, é de outras 50 unidades monetárias. Ou seja, o trabalho morto corresponde a 50 % do valor total deste capital; e o trabalho vivo corresponde a outros 50% do valor total deste capital. Sendo o

capital constante de 50 unidades monetárias e o capital variável de 25 unidades monetárias, a composição orgânica do capital é de 2:1.

Vamos supor agora que tenha havido um aumento na produtividade dos ramos de produção que produzem as mercadorias consumidas pelos trabalhadores, reduzindo o valor da força de trabalho. É a mais-valia relativa. Vamos supor que, em razão deste aumento da produtividade, o valor diário da força de trabalho tenha caído de 5 unidades monetárias para 4. Deste modo, o capitalista de nosso exemplo, que contrata diariamente 5 trabalhadores, agora gasta 20 unidades monetárias por dia com eles, com capital variável, e não mais 25. Mas o valor diário que a força de trabalho conjunta destes 5 trabalhadores produz continua sendo de 50 unidades monetárias. Sendo assim, a massa de mais-valia, que antes era de 25 unidades monetárias, agora passou a ser de 30 unidades monetárias. A taxa de mais-valia, que antes era de 100%, agora passou a ser de 150%.

Mas o valor gasto com capital constante não se modificou, pois o aumento da produtividade se deu em ramos que produzem mercadorias de consumo para a classe trabalhadora, e não no ramo que estamos considerando. Antes e depois da diminuição do valor da força de trabalho por meio da mais-valia relativa, continua sendo usado a mesma quantidade de meios de produção para uma mesma quantidade de trabalho despendido. Porém, enquanto que o valor do capital constante continua sendo de 50 unidades monetárias, o valor do capital variável, que antes era de 25 unidades monetárias, agora passou a ser de 20 unidades monetárias. Ou seja, a composição orgânica do capital se modificou: se antes era de 2:1, agora passou a ser de 5:2.

Mas a relação entre trabalho morto e trabalho vivo continua sendo a mesma: metade do valor deste capital corresponde a trabalho morto e a outra metade a trabalho vivo.

3.4.12. Formação de um exército reserva do proletariado em decorrência da mudança na composição orgânica do capital

Em 3.4.1, nós expusemos um dos efeitos do processo de acumulação e concentração do capital em escala social: o excesso de demanda do capital por força de trabalho, o que acarreta em crises periódicas. Porém, este efeito somente se realiza no período histórico em que a acumulação capitalista se dá sem o desenvolvimento da produtividade social do trabalho. Quando se considera que a acumulação do capital se dá por meio de transformações tecnológicas, que modificam a composição orgânica do capital, daí então a própria

acumulação capitalista engendra a solução para aquelas crises periódicas: o exército reserva do proletariado.

Para ilustrar, vamos supor um capital particular que se decompõe em 500 unidades monetárias de capital constante e 500 unidades monetárias de capital de capital variável. Ou seja, a composição orgânica deste capital é de 1:1. Agora vamos supor que este mesmo capital resolva investir em uma nova tecnologia que permita aumentar sua produtividade, fazendo com que a composição orgânica deste capital se torne 2:1. Isto não fará com que o valor de 1000 unidades monetárias que representam seus custos se amplie, mas mudará as porções com que estas 1000 unidades monetárias se distribuem entre capital constante e capital variável. Se quando a composição orgânica era de 1:1 ele se dividia entre em 500 unidades monetárias de capital constante e 500 unidades monetárias de capital de capital variável, agora que a proporção é de 2:1 ele passou a se dividir em 666,66 unidades monetárias em capital constante e 333,33 unidades monetárias em capital variável. A diminuição do capital variável significa uma diminuição da quantidade de trabalhadores que este capital comanda. Ou seja, com a mudança da composição orgânica de um capital, uma parte da força de trabalho que antes era empregada por este capital acaba sendo desvinculada deste capital.

Quando o processo de acumulação em escala social vem acompanhado de uma mudança na composição orgânica dos diversos capitais, há uma desvinculação da força de trabalho que antes era empregada por estes capitais, o que se denomina, fora do arcabouço conceitual de Marx, de “desemprego estrutural”. Deste modo, o processo de acumulação dos diversos capitais de uma sociedade pode se dar sem que isso acarrete um excesso de demanda por força de trabalho. Como com a mudança da composição orgânica do capital uma parte da força de trabalho antes empregada pelo capital global passa a ser desvinculada do capital global, forma-se um contingente de seres humanos desempregados, o qual Marx denomina de exército reserva do proletariado. Em razão do exército reserva do proletariado, a oferta de força de trabalho torna-se, em geral, maior do que a demanda global do capital por força de trabalho, impedindo que o preço desta última cresça muito acima de seu valor.

Um capital particular que passou por um processo de transformação de sua composição orgânica precisará acumular uma quantidade muito maior de valor para empregar a mesma quantidade de trabalhadores que empregava antes desta transformação em sua composição orgânica. Em nosso exemplo anterior, um capital com composição orgânica de 1:1, que se constituía em 1000 unidades monetárias, era decomposto em 500 unidades monetárias de capital constante e 500 unidades monetárias de capital de capital variável. Supondo que o valor total deste capital não se modifique, quando sua composição orgânica

passou a ser de 2:1, seu valor passou a se decompor em 666,66 unidades monetárias em capital constante e em 333,33 unidades monetárias em capital variável. Para este capital voltar a empregar a quantidade de trabalhadores que empregava antes, o capitalista que põe em movimento este capital precisará desembolar, no primeiro ato de circulação de seu capital, D-M, 1500 unidades monetárias, 500 a mais do que antes da mudança de sua composição orgânica. Mas para adquirir estas 500 unidades monetárias, ele precisará fazer com que a mais-valia que ele explora seja acumulada, o que pode levar um tempo.

As mudanças transcorridas na composição orgânica dos diversos capitais não são ações coordenadas entre os diversos capitalistas. Alguns capitais que já modificaram sua composição orgânica, em um dado momento de sua acumulação voltarão a empregar a mesma quantidade de trabalhadores que antes empregavam por ter o valor de seu capital ampliado, acumulado, enquanto que outros capitais estarão adotando novas mudanças tecnológicas, alterando sua composição orgânica e desvinculando força de trabalho que antes era empregada por estes capitais. Ou seja, há atração e repulsão da força de trabalho entre os diversos capitais em um mesmo período de tempo.

4. A CONTRADIÇÃO ABSOLUTA

Neste capítulo, defenderemos nossa tese de que a contradição entre as relações de produção e as forças produtivas pode ser entendida segundo o conceito de contradição absoluta. Para tal, sustentaremos que este conceito se encontra presente na análise de Marx do desenvolvimento das relações de produção capitalistas.

Dividiremos este capítulo em duas partes. Na primeira, trataremos da controversa lei da queda tendencial da taxa de lucro. Argumentaremos em favor de que esta lei concebida por Marx estabelece um movimento necessário de queda da taxa de lucro dos diversos capitais da sociedade e de que esta queda da taxa de lucro engendra em uma contradição absoluta das relações de produção capitalistas com as forças produtivas que se desenvolveram em seu interior. Na segunda parte, exporemos um texto dos *Grundrisse* e defenderemos que, neste texto, Marx estaria assumindo que o desenvolvimento das forças produtivas, no seio das relações capitalistas, faria com que o trabalho deixasse de ser o principal fundamento da produção de riquezas e, conseqüentemente, as condições materiais para a existência das relações de produção capitalistas seriam aniquiladas.

4.1. A lei da queda tendencial da taxa de lucro

Na primeira subseção desta seção [4.1.1], veremos o conceito de Marx de taxa de lucro. No primeiro volume de *O Capital*, Marx afirma que os capitalistas investem seu capital com interesse de obter mais-valia. Porém, no terceiro volume de *O Capital*, Marx afirma que o que interessa aos capitalistas é a taxa de lucro. Como veremos sem seguida, esta “mudança” de perspectiva se deve ao método das aproximações sucessivas.

Os capitalistas sempre escolherão investir seu capital no setor em que a taxa de lucro for maior. Se em alguns setores a taxa de lucro cai, uma parte dos capitalistas que antes investiam capital neste setor passam a investir capital em setores em que a taxa de lucro é maior. Porém, o que acontece quando a taxa de lucro dos capitais da sociedade cai em todos os setores, ou em outros termos, quando há uma queda generalizada da taxa de lucro média? Neste caso, os capitalistas deixam de investir e há uma paralização generalizada da produção social de riqueza. No capitalismo, os momentos de crise não são aqueles em que a taxa de desemprego é alta ou aqueles períodos em que há muita miséria na população. Se a produção capitalista é produção cuja finalidade é a taxa de lucro, então os momentos de crise são aqueles em que a taxa de lucro é baixa.

Na segunda subseção desta seção [4.1.2], trataremos da controversa “lei da queda tendencial da taxa de lucro”. Alguns marxistas interpretam que, com esta lei, Marx estaria estabelecendo um movimento necessário de queda da taxa de lucro dos diversos capitais da sociedade ao longo de muitos anos. Sendo este movimento irreversível, isto significaria que, em um dado momento deste movimento, as taxas de lucro dos capitais da sociedade estariam tão baixas que isto inviabilizaria a continuidade das relações de produção capitalistas, levando o capitalismo a um crise de colapso, a um *memento mori*, segundo termos de Kautsky. Já outros marxistas sustentam que a “lei da queda tendencial da taxa de lucro” apenas explicaria uma causa de possíveis crises, sendo estas contornáveis e, portanto, esta lei de Marx não indicaria um colapso necessário do sistema capitalista em decorrência de causas econômicas, mas apenas a possibilidade de crises periódicas.

A lei tendencial da queda da taxa de lucro é conceituada no terceiro volume de *O Capital*, na seção III denominada de “Lei da queda da taxa de lucro”. No primeiro capítulo desta seção, denominado de “A Lei enquanto tal”, Marx estabelece a causa que cria uma tendência à queda da taxa de lucro. No segundo capítulo desta mesma seção, denominado de “Causas contrariantes”, Marx estabelece causas que fazem com que a taxa de lucro cresça, de modo que estas causas atenuam ou mesmo impedem a realização da tendência da queda da taxa de lucro. O debate que gira em torno da queda da taxa de lucro se configura do seguinte modo: os marxistas que defendem que o desenvolvimento do capitalismo leva este ao auto-colapso sustentam que as causas contrariantes só podem inibir a queda da taxa de lucro por um tempo mas, no longo prazo, a tendência à queda da taxa de lucro acaba se impondo. Os marxistas que defendem que não há uma tendência inerente do capitalismo em colapsar por razões meramente econômicas sustentam que as causas contrariantes podem não apenas atenuar a queda da taxa de lucro, mas impedi-la de se realizar como uma tendência necessária no longo prazo.

Nas subseções 4.1.3, 4.1.4, 4.1.5, 4.1.6 e 4.1.7, nós apresentaremos as causas contrariantes da lei da queda tendencial da taxa de lucro. E nas seções 4.1.7 e 4.1.8, nós apresentaremos a nossa própria interpretação da lei da queda tendencial da taxa de lucro.

4.1.1. A taxa de lucro

No primeiro volume de *O Capital*, Marx apresenta o conceito da taxa da mais-valia, que representa a relação entre a massa de mais-valia e o capital variável. Mas há outra relação entre a massa de mais-valia e as partes componentes do capital que devemos considerar para

darmos continuidade à exposição do argumento de Marx, a saber: a relação entre a massa mais-valia e os custos totais do capital, relação esta a que Marx dá o nome de taxa de lucro. Esta relação é apresentada no terceiro volume de *O Capital*:

A taxa de mais-valia medida segundo capital variável se denomina taxa de mais-valia; a taxa de mais-valia medida segundo o capital global se denomina taxa de lucro. São duas medições diferentes da mesma grandeza que, devido à diversidade das escalas, expressam ao mesmo tempo proporções ou relações diferentes da mesma grandeza.⁵⁸

Portanto, quando consideramos a razão entre a massa de mais-valia e o dispêndio de um capitalista com capital variável, temos a taxa de mais-valia, que é idêntica e expressa a taxa de exploração. Quando consideramos a razão entre a massa de mais-valia e o gasto total de um capitalista com os custos de produção ou, em outros termos, a razão entre a massa de mais-valia e a soma do valor do capital constante com o capital variável, temos a taxa de lucro. Sendo assim, a expressão matemática da taxa de lucro é a seguinte:

$$\frac{\text{Mais-valia}}{\text{Capital constante} + \text{Capital variável}}$$

A taxa de mais-valia expressa o grau de valorização de um capital em relação aos custos com capital variável. A taxa de lucro expressa o grau de valorização de um capital em relação aos custos totais deste capital.

Para ilustrar, vamos supor um capital específico cujo valor se decompõe do seguinte modo:

Capital constante = 500 unidades monetárias.

Capital variável = 250 unidades monetárias.

Mais-valia = 250 unidades monetárias.

Valor total do capital: 1000 unidades monetárias.

A taxa de mais-valia deste capital particular expressa a razão de $\frac{250}{250}$. Ou seja, a taxa de mais-valia deste capital é de 100 %. A taxa de lucro expressa razão de $\frac{250}{750}$, ou seja, a taxa de lucro é de 33,33 %.

⁵⁸ MARX, Karl. *O Capital*, volume III, tomo I. Trad.: Flávio R. Kothe e Regis Barbosa. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1986. p.34

Como já afirmamos antes, para fazer o valor de seu capital expandir, o capitalista precisa extrair mais-valia, trabalho não-pago. E para poder extrair mais-valia, ele precisa desembolar um determinado valor para comprar meios de produção e força de trabalho. No primeiro ato de circulação de seu capital, $D - M$, ele desembolsa um valor correspondente à soma do valor do capital constante e do capital variável. No segundo ato de circulação de seu capital, $M - D'$, ele vende as mercadorias produzidas no processo de produção que coordenou pela soma do valor do capital variável com o capital constante mais uma acréscimo decorrente do valor criado pela força de trabalho e que não foi pago aos trabalhadores.

A partir disto, podemos formular a seguinte questão: no ato da venda de suas mercadorias, o que interessa mais ao capitalista, a taxa de mais-valia ou a taxa de lucro? Ou em outros termos, a proporção em que o seu capital se valoriza em relação aos custos com capital variável, ou a proporção em que seu capital se valoriza em relação os custos totais que ele desembolsa no primeiro ato de circulação de seu capital, isto é, $D-M$?

“No que tange ao capitalista individual, está claro que a única coisa que lhe interessa é relação entre a mais-valia, ou o excedente do valor pelo qual ele vende suas mercadorias, e o capital global adiantado para a produção da mercadoria; a relação determinada e a conexão intrínseca desse excedente com os componentes específicos do capital não só não lhe interessam, mas é de seu interesse tornar nebulosa essa relação determinada e essa conexão intrínseca”.⁵⁹

Está claro que, para Marx, o que interessa aos capitalistas é a taxa de lucro. É a proporção com que se valoriza seu capital, não apenas em relação aos custos com capital variável, mas sim em relação aos custos totais de seu capital.

Sendo assim, os capitalistas particulares fazem investimentos de seu capital, mobilizando a força de trabalho em conjunção com os meios de produção, tendo como finalidade obter o máximo de taxa de lucro possível. A taxa de lucro é a real expressão do grau de valorização de seu capital, e não a taxa de mais-valia, que só expressa o grau de valorização de um capital em proporção ao capital variável. Os ramos de produção onde a taxa de lucro é maior atraem investimentos dos diversos capitais particulares; e inversamente, os ramos de produção onde a taxa de lucro é menor repelem investimentos dos diversos capitais particulares. Os períodos econômicos convenientes ao capital são aqueles em que a taxa de lucro média dos diversos ramos de produção são altas. E inversamente, os períodos econômicos de crise são aqueles em que a taxa de lucro média dos diversos ramos de produção são baixas.

⁵⁹ Ibid. p.34.

Antes de finalizarmos esta subseção, temos de fazer a seguinte consideração. Em 3.3, afirmamos que para Marx, o objetivo pelo qual os capitalistas movimentam a roda da produção é o de obter mais-valia. Agora, afirmamos que para Marx, o objetivo pelo qual os capitalistas investem é o de obter a maior taxa de lucro possível. Por que fizemos esta “modificação”? Nada mais fizemos aqui senão acompanhar a exposição do argumento do filósofo alemão. A questão então é: por que Marx faz esta “modificação” em seu argumento? A resposta é: em razão de seu método das aproximações sucessivas. O conceito de mais-valia é apresentado no primeiro volume de *O Capital*. O conceito de taxa de lucro, por sua vez, somente é apresentado no terceiro volume de *O Capital*. O conceito de mais-valia, como também as considerações acerca da fórmula de circulação do capital, $D - M - D'$, no volume primeiro de *O Capital*, são apresentadas segundo um modelo mais abstrato de análise. Quando Marx apresenta o conceito de taxa de lucro, sua investigação já se encontra em um nível mais concreto. Neste nível mais concreto, alguns conceitos e leis apresentados nos níveis mais abstratos acabam sofrendo “modificações” em razão de novos fenômenos e conceitos que o autor passa a considerar; mas o termo mais correto aqui seria o de que eles são “suprassumidos” em uma apreensão mais concreta da realidade. Com o conceito de taxa de lucro, o conceito de mais-valia não é posto de lado; porém, este conceito incorre em uma transmutação, pois neste nível de análise mais concreto, como vimos, o que importa ao capitalista não é a massa de mais-valia, mas sim a valorização de seu capital, que nada mais é do que o grau de valorização da massa de mais-valia em relação aos custos totais do seu capital.

Não é possível compreender o conceito de taxa de lucro sem que antes se tenha entendido o conceito de mais-valia; é por isto que Marx apresenta primeiro o conceito de mais-valia, em sua “forma pura”, para depois, por meio deste conceito, desenvolver o de taxa de lucro.

4.1.2. A lei da queda tendencial da taxa de lucro

Para iniciarmos nossa exposição sobre a lei da queda tendencial da taxa de lucro de Marx, precisamos antes fazer uma consideração sobre a metodologia empregada pelo filósofo alemão na análise desta lei. Como expusemos antes, Marx estabelece uma causa que faz com que haja uma tendência à queda da taxa de lucro, e algumas causas contrabalanceadoras desta tendência, que podem fazer com ela seja atenuada ou mesmo anulada por um tempo. Mas na análise que o filósofo alemão efetua da lei da queda tendencial da taxa de lucro no capítulo da

“Lei enquanto tal”, ele desconsidera as causas contrariantes. Isso é devido a sua metodologia das aproximações sucessivas. Em nossa exposição da teoria da lei da queda tendencial da taxa de lucro, procederemos como Marx: desconsideraremos inicialmente as causas contrariantes para compreender a lei tendencial da queda da taxa de lucro em sua “forma pura”. As principais causas contrabalanceadoras que Marx desconsidera na sua exposição inicial da lei tendencial da queda da taxa de lucro são o rebaixamento dos elementos do capital constante, em decorrência do aumento da produtividade do trabalho nos ramos que produzem os meios de produção, e o aumento da taxa de mais-valia, em decorrência da mais-valia relativa. Ou em outros termos, em sua análise da lei da queda tendencial da taxa de lucro no capítulo da “lei enquanto tal”, Marx pressupõe que o valor dos elementos do capital constante não varia e que a taxa de mais-valia também não varia.

A lei da queda tendencial da taxa de lucro afirma que, com o desenvolvimento da produtividade do trabalho nas relações capitalistas, há uma tendência generalizada de queda da taxa de lucro nos diversos capitais particulares ao longo do tempo, e, portanto, há uma queda da taxa de lucro média do capital social.

Como vimos em 3.4.2, os diversos capitais particulares procuram desenvolver a produtividade do trabalho em suas unidades produtivas tendo em vista obter vantagens concorrenciais. Com este aumento da produtividade do trabalho, modifica-se a composição técnica de cada capital, o que acaba se exprimindo em mudanças na composição orgânica. Este é o pressuposto basilar pelo qual Marx deduz a lei da queda tendencial da taxa de lucro: o aumento generalizado da composição orgânica dos diversos capitais da sociedade ao longo do tempo.

Como mostramos em 4.1.4, Marx concebe a taxa de lucro como uma relação entre a massa de lucro de um capital e o valor total que este capital desembolsou com os custos de produção. Com o aumento generalizado e gradual da composição orgânica dos diversos capitais da sociedade, ou em outros termos, com o aumento relativo do capital constante em relação ao capital variável, a massa de mais-valia de um capital irá decrescer proporcionalmente aos custos de produção deste capital, ou em outros termos, a taxa de lucro irá cair.

Vamos estabelecer um exemplo que denominaremos de exemplo I. Suporemos neste um capital de composição orgânica de 1:1, com capital constante de 500 unidades monetárias e capital variável de 500 unidades monetárias. Faremos a suposição também de que a taxa de mais-valia é de 100 %; portanto, a massa de mais-valia deste capital é de 500 unidades monetárias.

Como mostramos anteriormente, Marx expressa o valor de um capital, segundo os elementos decompostos deste capital, pela seguinte expressão: $C = c + v + m$. Sendo assim, o capital de nosso exemplo pode ser expresso do seguinte modo:

$$C = 500 + 500 + 500.$$

O valor total deste capital é de 1500 unidades monetárias e a taxa de lucro é de 50 %. Vamos agora demonstrar os efeitos que um aumento da composição orgânica do capital ocasiona na taxa de lucro. Para tal, usaremos dois exemplos: no primeiro, que denominaremos de exemplo II, vamos supor que continuam sendo gastos 500 unidades monetárias em capital variável; no segundo, que denominaremos de exemplo III, vamos supor que os gastos com capital variável dobraram para 1000 unidades monetárias. Em ambos os casos, faremos a suposição de que a composição orgânica cresceu da proporção 1:1 para a proporção 2:1 em decorrência do aumento da produtividade do trabalho.

No exemplo II, se temos que o capital variável é de 500 unidades monetárias, e se temos que a composição orgânica do capital expressa a relação de 2:1, então o capital constante será de 1000 unidades monetárias. Como a taxa de mais-valia permanece sendo de 100%, então a massa de mais-valia será de 500 unidades monetárias. Deste modo, podemos expressar os valores deste capital do seguinte modo:

$$C = 1000 + 500 + 500.$$

A taxa de lucro desta nova configuração de valor do capital, que expressa a relação de $\frac{500}{1500}$ é de 33,33 %. No exemplo I, a taxa de lucro era de 50 %. Ou seja, a taxa de lucro caiu no exemplo II. Em ambos os exemplos, a massa de mais-valia é a mesma: 500 unidades monetárias. Por que uma mesma massa de mais-valia se expressa em diferentes taxas de lucro? Porque, como mostramos na subseção anterior [4.1.1], a taxa de lucro não expressa a massa de mais-valia em termos absolutos, mas em termos relativos. Ela expressa a razão entre a massa de mais-valia e os custos do capital. No exemplo II, a massa de mais-valia diminuiu em proporção aos custos do capital porque, enquanto que a massa de mais-valia não teve alteração em seu valor, os custos com capital constante cresceram em relação ao exemplo I.

O que deve ser deixado claro é que a taxa de lucro não cai simplesmente porque os custos do capital aumentam, mas porque os custos do capital com capital constante aumentam

em proporção aos custos com capital variável. Para demonstrar isto, vamos supor duas situações, uma em que inexistente o capital constante e os custos com capital variável aumentam, e outra em que o capital variável cresce na mesma proporção que o capital constante.

Se imaginarmos a situação quase impossível de um capital particular com custo em capital constante = 0, podemos perceber que um aumento dos custos deste capital com capital variável não altera a relação da massa de mais-valia com o custo total. Isto porque, supondo uma taxa de mais-valia fixa, o aumento do capital variável engendra automaticamente um aumento da massa de mais-valia na mesma proporção. Posto uma taxa de mais-valia de 100%, um capital variável de 1 unidade monetária vai criar uma massa de mais-valia de 1 unidade monetária, e um capital variável de 100 unidades monetárias vai criar uma massa de mais-valia de 100 unidades monetárias. Disto concluímos que, supondo uma taxa de mais-valia fixa, a relação proporcional da massa de mais-valia com o custo com capital variável não se modifica por ter aumentado o valor do capital variável, pois a massa de mais-valia cresce na mesma proporção com que cresce o valor do capital variável.

Se um aumento do capital constante se der na mesma proporção que um aumento do capital variável, isso nada altera a relação entre a massa de mais-valia e o custo total deste capital. Isto porque um aumento do capital variável engendra automaticamente, supondo como temos feito uma taxa de mais-valia fixa, um aumento da massa de mais-valia na mesma proporção. Sendo assim, se o capital constante crescer ou diminuir na mesma proporção que o capital variável, então a massa de mais-valia vai variar na mesma proporção que o capital constante e variável e, deste modo, a relação proporcional da massa de mais-valia com os custos do capital não terá sido modificada em nada e, portanto, a taxa de lucro permanecerá a mesma.

O aumento dos custos de um capital ou uma modificação da composição orgânica de um capital somente vão gerar uma queda na taxa de lucro quando estes consistirem em um aumento do capital constante em proporção ao capital variável. Neste caso, vai haver um crescimento dos gastos com capital constante sem um crescimento proporcional da massa de mais-valia e, portanto, a massa de mais-valia vai diminuir em proporção aos custos totais do capital:

Esta [a tendência real da produção capitalista], com o progressivo decréscimo relativo do capital variável em relação ao capital constante, gera uma composição orgânica crescentemente superior do capital global, cuja consequência imediata é que a taxa de mais-valia, com grau constante e até mesmo crescente de exploração do trabalho, se expressa numa taxa geral de lucro em queda contínua.⁶⁰

⁶⁰ Ibid.p.164.

Vamos ver agora o exemplo III; como já exposto, neste exemplo consideraremos que a composição orgânica, que era de 1:1 no exemplo I, passou a ser de 2:1; consideraremos também que o valor do capital variável subiu de 500 unidades monetárias para 1000 unidades monetárias. E por fim, continuaremos supondo, como já pressuposto desde o início, que a taxa de mais-valia está fixada em 100 %. Deste modo, o valor global deste capital será decomposto em:

$$C = 2000 + 1000 + 1000$$

A taxa de lucro neste exemplo, que expressa a relação de $\frac{1000}{3000}$, é de 33,33%.

A massa de mais-valia do exemplo III é maior do que a massa de mais-valia do exemplo I. Mas a taxa de lucro do exemplo III é menor do que a do exemplo I, pois se por um lado a massa de mais-valia cresceu em termos absolutos, por outro ela se tornou proporcionalmente menor em relação aos custos com capital.

A massa de mais-valia do exemplo III é maior do que a massa de mais-valia do exemplo II, mas a taxa de lucro de ambos os exemplos é a mesma, pois a relação proporcional da massa de mais-valia com os custos de capital é idêntica em ambos os exemplos.

Encerramos aqui nossa exposição que procurou demonstrar a formulação de Marx de que, com uma taxa de mais-valia fixa e com um aumento da composição orgânica do capital, a taxa de lucro vem a cair. Utilizamos como exemplo um capital particular para ilustrar este movimento decorrente do desenvolvimento da produtividade do trabalho. Mas como o aumento da composição orgânica do capital não se realiza apenas em um capital particular da sociedade, ou apenas em um ramo de produção, mas se constitui em um fenômeno generalizado da produção capitalista, disto se segue que a tendência à queda da taxa de lucro é um fenômeno que permeia os diversos capitais da sociedade. Ou seja, A lei da queda tendencial da taxa de lucro de Marx estabelece uma tendência generalizada de queda da taxa de lucro para os capitais da sociedade. Ou em outros termos, a taxa de lucro média do capital social tende a cair:

Na próxima seção, apresentaremos as causas contrariantes da lei da queda tendencial da taxa de lucro.

4.1.3. As causas contrabalanceadoras da queda da taxa de lucro

Como já dissemos, no capítulo denominado de “A lei enquanto tal”, Marx apresenta a lei tendencial da queda da taxa de lucro desconsiderando outros fenômenos que fazem a taxa de lucro subir. Mas por que Marx faz isso? Para responder, vamos fazer uma analogia com a ciência da física. Esta nos ensina que, no vácuo, todos os objetos, por mais diferentes que sejam, caem numa mesma velocidade, com uma mesma taxa de aceleração. Porém, quando consideramos a queda destes objetos na superfície da terra, para sabermos a velocidade destes objetos, temos de considerar também os efeitos da resistência do ar. Por um lado, a força gravitacional faz com que a velocidade de queda de todos os objetos seja a mesma; por outro lado, a resistência do ar diminui a velocidade da queda de cada objeto, e alguns objetos sofrerão maior influência da resistência do ar; deste modo, alguns objetos terão uma velocidade de queda maior do que outros. A velocidade real de um objeto é a resultante de duas forças que atuam ao mesmo tempo e com vetores contrários: de um lado, a força gravitacional; do outro lado, temos a resistência do ar. A resistência do ar é a força contrária à força gravitacional, que faz com que a velocidade de queda dos objetos seja diminuída. Para estabelecermos a velocidade real de um objeto, temos que primeiro considerar o efeito da força da gravidade sobre este objeto, para depois investigar o efeito contrabalanceador da resistência do ar sobre o movimento de queda deste objeto.

O procedimento de Marx em *O Capital* é semelhante. Primeiro, Marx analisa separadamente a causa que faz a taxa de lucro cair; depois, Marx analisa as causas que fazem a taxa de lucro subir. O movimento real da variação da taxa de lucro será a resultante destas causas que produzem efeitos opostos. Veremos agora quais são as causas estabelecidas por Marx que produzem um efeito que contrabalanceia a queda da taxa de lucro.

As causas contrabalanceadoras podem ser divididas em dois grupos: há aquelas causas que são incitadas pelo desenvolvimento da produtividade do trabalho e há aquelas causas que não são incitadas pelo desenvolvimento da produtividade do trabalho.

Como vimos em 3.3.3 e em 3.4.4, o desenvolvimento da produtividade do trabalho faz com que aumente a composição técnica do capital; o aumento da composição técnica do capital aumenta a composição orgânica do capital; e por fim, o aumento da composição orgânica do capital faz a taxa de lucro cair. Temos assim uma cadeia de ações causais cuja causa primeira é o desenvolvimento da produtividade do trabalho e a consequência última é a queda da taxa de lucro. Portanto, com o desenvolvimento da produtividade do trabalho, a taxa de lucro tende a cair. Mas o desenvolvimento da produtividade do trabalho cria também causas que fazem a taxa de lucro tender a subir. São estas causas: o barateamento dos elementos do capital constante e a mais-valia relativa. Portanto, com o desenvolvimento da

produtividade do trabalho, a taxa de lucro tende a cair em razão do aumento da composição orgânica do capital; e a taxa de lucro tende a subir, em razão do barateamento dos elementos do capital constante e em razão da mais-valia relativa. O aumento da composição orgânica do capital, o barateamento dos elementos do capital constante e a mais-valia relativa são todos consequência do aumento da produtividade do trabalho; portanto, todos se sucedem mais ou menos simultaneamente.

Mas antes de apresentar estas causas contrabalanceadoras que são intrínsecas ao desenvolvimento da produtividade do trabalho, apresentaremos aquelas causas que são produto de causas extrínsecas ao desenvolvimento da produtividade do trabalho. São elas: o aumento da jornada de trabalho, a possibilidade de os capitalistas poderem rebaixar o preço pago pela força de trabalho abaixo do valor, o surgimento de um exército reserva do proletariado e o comércio externo.

Denominaremos àquelas causas contrabalanceadoras da lei da queda tendencial da taxa de lucro que são consequência do desenvolvimento da produtividade do trabalho de causas contrabalanceadoras necessárias, pois como elas são acionadas pelo mesmo evento que aciona a queda tendencial da taxa de lucro, logo elas necessariamente acompanham à tendência de queda da taxa de lucro. Por outro lado, denominaremos às causas contrabalanceadoras que não são acionadas pelo desenvolvimento da produtividade do trabalho de contingentes, pois elas podem ou não acompanhar à tendência de queda da taxa de lucro

4.1.4. As causas contrabalanceadoras contingentes

A razão pela qual estas causas podem atenuar ou anular a queda da taxa de lucro é porque elas acarretam em um aumento da taxa de lucro. O aumento da jornada de trabalho, a possibilidade de os capitalistas poderem rebaixar o preço pago pela força de trabalho abaixo do valor desta e o surgimento de um exército reserva do proletariado aumentam a taxa de lucro pela mesma razão: por aumentarem a taxa de mais-valia.

Como já exposto em 3.3, a taxa de mais-valia expressa a relação proporcional entre a massa de mais-valia e o capital variável. Tanto maior é a taxa de mais-valia, e tanto maior é a massa de mais-valia em proporção ao capital variável. Por outro lado, a taxa de lucro expressa a relação proporcional da massa de mais-valia com os custos do capital. O valor total dos custos do capital é igual à soma do valor do capital constante com o valor do capital variável. Se a massa de mais-valia cresce em proporção aos custos de um capital com do capital

variável, e se o capital constante se mantém inalterado, então a massa de mais-valia cresce em proporção ao valor total dos custos do capital. Portanto, supondo inalterado o custo com capital constante, um aumento da taxa de mais-valia significa um aumento da taxa de lucro.

O aumento da jornada de trabalho, a possibilidade de os capitalistas poderem rebaixar o preço da força de trabalho abaixo de seu valor e o surgimento de um exército reserva do proletariado aumentam a taxa de mais-valia e, conseqüentemente, aumentam a massa de mais-valia em proporção ao capital variável e, conseqüentemente, aumentam a taxa de lucro.

O aumento da jornada de trabalho eleva a taxa de mais-valia do seguinte modo: com um aumento da jornada de trabalho, os trabalhadores de uma unidade de produção capitalista produzirão mais valor em um dia de trabalho do que antes deste aumento; supondo que os seus salários não tenham sido alterados, e isto é o mesmo que dizer que o valor do capital variável não se alterou, daí se segue que todo esta parcela maior de valor que estes trabalhadores terão criado com a ampliação da jornada de trabalho se converterá em uma nova massa de mais-valia; e deste modo, a massa de mais-valia total deste capital será maior do que era antes da ampliação da jornada de trabalho. Como os custos com capital variável permaneceram iguais e a massa de mais-valia aumentou, disto se segue que a massa de mais-valia cresceu em proporção aos custos com capital variável e, portanto, a taxa de mais-valia cresceu; por fim, com este aumento da taxa de mais-valia, cresceu a taxa de lucro.

O rebaixamento do salário dos trabalhadores abaixo do valor da força de trabalho eleva a taxa de mais-valia do seguinte modo: com uma redução do valor-de-troca que é pago pelo uso da força de trabalho de cada trabalhador, reduz-se o valor total gasto com capital variável; mas a jornada de trabalho na qual os trabalhadores produzem mercadorias nas quais está objetificado um certo quantum de valor não se reduz e, portanto, o valor criado por estes trabalhadores também permanece o mesmo. Como o valor do capital variável diminuiu, a parte do valor criado pelos trabalhadores que o capitalista se apropria como massa de mais-valia aumenta. Com isto, a massa de mais-valia aumenta em termos absolutos e aumenta em proporção ao capital variável. Portanto, a massa de mais-valia aumenta em proporção aos custos do capital e, conseqüentemente, aumenta a taxa de lucro.

O exército reserva do proletariado aumenta a taxa de mais-valia porque, quando a oferta da força de trabalho excede a procura de trabalhadores da classe capitalista, o preço pago pela força de trabalho pode cair abaixo do valor da força de trabalho. Sendo assim, é o mesmo caso da causa contrabalanceadora citada acima.

Com vimos anteriormente, com o desenvolvimento da produtividade do trabalho, há um aumento da composição orgânica dos capitais sociais, o que pressiona as taxas de lucro

destes capitais para baixo; mas este movimento pode vir acompanhado de um aumento da jornada de trabalho ou de uma redução do salário que é pago aos trabalhadores abaixo do valor da força de trabalho, o que pressiona a taxa de lucro pra cima. A pergunta que devemos fazer é: qual o efeito destas causas contrabalanceadoras sobre a lei da queda tendencial da taxa de lucro? Há dois efeitos possíveis: a atenuação da queda da taxa de lucro e a anulação temporária da queda da taxa de lucro.

No primeiro caso, as causas contrabalanceadoras não impedem que a taxa de lucro caia, pois a pressão para que a taxa de lucro caia exercida pelo aumento da composição orgânica do capital terá sido maior do que a pressão para que a taxa de lucro cresça exercida pelo aumento da jornada de trabalho ou pela redução do preço da força de trabalho abaixo do valor desta última. Mas neste caso, a queda da taxa de lucro será menor do que se não houvesse as causas contrabalanceadoras. Aqui acontece o mesmo que no exemplo que extraímos da física em que há a influência de duas forças antagônicas sobre um corpo que se encontra em movimento de queda. A resistência do ar diminui a velocidade do corpo que está caindo pela influência da força da gravidade; mas não anula esta força.

No segundo caso, a pressão para que a taxa de lucro caia exercida pelo aumento da composição orgânica do capital terá sido a mesma que a pressão para que a taxa de lucro cresça exercida pelo aumento da jornada de trabalho ou pela redução do preço da força de trabalho abaixo do valor desta última. Sendo assim, a taxa de lucro não varia. Mas isto só pode acontecer quando consideramos o movimento de variação da taxa de lucro num curto período de tempo, pois há limites dentro dos quais o aumento da taxa de mais-valia em decorrência das causas contrabalanceadoras que estamos considerando pode compensar a pressão para queda da taxa de lucro exercida pelo aumento da composição orgânica do capital. Vejamos que limites são estes.

O capital constante pode crescer em proporção ao capital variável de maneira quase ilimitada. O único limite para o crescimento do capital constante é o de que, para que as relações capitalistas sejam possíveis, é preciso que haja exploração da força de trabalho e, portanto, é preciso que os capitais sociais, em média, sejam compostos também por capital variável; e deste modo, o capital constante não pode corresponder a todo o valor dos capitais da sociedade. Mas ainda assim, o crescimento da composição orgânica do capital pode se dar dentro de um limite muito amplo. Mas a diminuição da jornada de trabalho e o rebaixamento do salário pago aos trabalhadores abaixo do valor da força de trabalho somente pode se dar dentro de limites muito estreitos. A jornada de trabalho não pode crescer muito além de um certo tempo de trabalho diário, pois há certos limites físicos dentro dos quais os trabalhadores

podem aguentar uma jornada diária de trabalho. E o preço do salário não pode baixar além de certo limite, pois se os trabalhadores não ganharem o suficiente para manter sua existência física, acabariam morrendo e com isto os próprios capitalistas perderiam suas “galinhas de ouro”.

Deste modo, quanto mais longo for o período de tempo em que se considerar o desenvolvimento das forças produtivas no interior das relações capitalistas, e tanto maior será o desenvolvimento da composição orgânica do capital e tanto menor será a possibilidade de o crescimento da taxa de mais-valia, em decorrência do aumento da jornada de trabalho e da redução do salário pago aos trabalhadores abaixo do valor da força de trabalho, poder compensar a pressão para queda da taxa de lucro acarretada pelo aumento da composição orgânica do capital.

Por fim, entre as causas contrabalanceadoras contingentes, falta falarmos do comércio externo. Este permite atenuar a queda da taxa de lucro pois, por meio de transações realizadas por capitais de nações diferentes, torna-se possível adquirir meios e objetos de trabalho mais baratos, produzidos com um grau de produtividade maior. Mas o comércio externo não pode impedir a lei da queda tendencial da taxa de lucro, pois como vimos em 3.4.9, o barateamento do valor dos elementos do capital constante não impede que a composição orgânica do capital aumente no longo prazo.

Sendo assim, causas contrabalanceadoras contingentes podem atenuar ou mesmo impedir a queda da taxa de lucro numa escala de tempo curta, mas não podem anulá-la numa escala de tempo longa. Precisamente por isto, a contenda marxista acerca de se a tendência à queda da taxa de lucro é a tendência dominante ou não gira em torno da relação desta tendência com as causas contrabalanceadoras que são necessariamente engendradas pelo desenvolvimento da produtividade do trabalho. Estas causas são o rebaixamento do valor dos elementos do capital constante e a mais-valia relativa. Elas estabelecem uma contra-tendência à tendência de queda da taxa de lucro precisamente porque criam uma tendência oposta de elevação da taxa de lucro. Já tratamos no capítulo 3 desta dissertação tanto do barateamento dos elementos do capital constante quanto da mais-valia relativa. Agora trataremos de ambos os fenômenos em sua relação com a taxa de lucro e com a lei tendencial da queda da taxa de lucro

4.1.5. O rebaixamento do valor dos elementos do capital constante como causa contrabalanceadora.

O rebaixamento do valor dos elementos do capital constante está vinculado à lei do valor segundo a qual o valor de uma mercadoria específica é inversamente proporcional ao aumento da produtividade do trabalho que produz esta mercadoria. O valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzir esta mercadoria. Se há um aumento da produtividade na produção de uma mercadoria de modo que passe a ser necessário apenas metade do tempo de trabalho socialmente necessário para produzir esta mercadoria em relação ao tempo que era necessário antes deste aumento da produtividade, então o valor desta mercadoria também cai pela metade. Se num primeiro momento, a produção de uma cama exija um tempo de trabalho socialmente necessário de 8 horas, então o valor monetário desta cama será de 8 unidades monetárias. Se a produtividade na produção de camas aumenta, de modo que agora seja necessário apenas 4 horas de tempo de trabalho socialmente necessário para produzir 1 cama, então no mesmo período de 8 horas terão sido produzidas 2 camas ao invés de 1, e cada cama terá o valor de 4 unidades monetárias ao invés de 8. Do mesmo modo, se há um aumento na produtividade dos ramos que produzem os elementos do capital constante, como máquinas e matérias-primas, então há um barateamento dos elementos materiais do capital constante.

Se há um barateamento dos elementos do capital constante, supondo que a composição técnica do capital não se modifique e que a massa de mais-valia não se modifique, então a massa de mais-valia cresce em proporção aos custos do capital e, conseqüentemente, a taxa de lucro sobe.

Vejamos um exemplo. Vamos supor um capital cujos custos se dividem entre 500 unidades monetárias de capital constante e 500 unidades monetárias de capital variável. Vamos supor também que a taxa de mais-valia seja 50% e, deste modo, a massa de mais-valia será de 250 unidades monetárias. Neste caso, a taxa de lucro será de 25 %. Agora vamos supor que tenha havido um aumento generalizado nos ramos que produzem os elementos do capital constante, de modo que a produtividade nestes ramos tenha duplicado. Sendo assim, o valor dos elementos do capital constante caiu pela metade. Consideraremos também que o capital que estamos usando como exemplo não tenha tido um aumento de sua produtividade e, sendo assim, ele utiliza a mesma quantidade de máquinas e matérias-primas. Deste modo, o valor do capital constante que este capital tem de desembolsar caiu pela metade. Em razão disto, a massa de mais-valia, embora tenha permanecido a mesma, cresceu em proporção aos custos do capital e, portanto, a taxa de lucro subiu. Agora o capital de nosso exemplo tem de desembolsar 250 unidades monetárias com capital constante. Não tendo sido modificado o

valor do capital variável nem a massa de mais-valia, a taxa de lucro agora deste capital subiu de 25 % para 33,33 %.

Vemos assim que o aumento da produtividade do trabalho nos ramos que produzem os elementos do capital constante acarreta que o valor destes elementos caia e, deste modo, que os custos dos diversos capitais da sociedade com capital constante também caiam, aumentando a taxa de lucro destes capitais.

A pergunta que devemos fazer agora é a seguinte: de que modo o rebaixamento dos custos dos elementos do capital constante afeta a lei da queda tendencial da taxa de lucro?

A lei da queda tendencial da taxa de lucro decorre do aumento da composição orgânica do capital. Com o aumento da produtividade do trabalho, aumenta a quantidade de meios de produção que os capitalistas devem comprar para cada quantum de trabalho despendido pela força de trabalho que eles comandam. Com isto, aumenta o custo com capital constante em proporção ao custo com capital variável e, conseqüentemente, aumenta a composição orgânica do capital; e em razão deste aumento da composição orgânica do capital, a taxa de lucro cai. Mas o barateamento dos elementos do capital constante pode fazer com que o aumento da composição técnica do capital não reflita no aumento da composição orgânica do capital, como já vimos em 3.4.8. e 3.4.9. Se a composição técnica do capital dobra, mas o valor dos elementos do capital constante cai pela metade, então a composição orgânica do capital permanece a mesma; conseqüentemente, a taxa de lucro permanece a mesma. Mas se a composição técnica do capital cresce mais do que o rebaixamento do valor dos elementos do capital constante, então a composição orgânica do capital aumenta, e a taxa de lucro cai. É deste modo que o rebaixamento do valor dos elementos do capital constante afeta a lei da queda tendencial da taxa de lucro: impedindo que a composição orgânica do capital aumente na mesma proporção que a composição técnica do capital.

O rebaixamento do valor dos elementos do capital constante atenua a lei da queda tendencial da taxa de lucro quando o aumento da composição técnica do capital é maior do que o rebaixamento do valor dos elementos do capital constante. Neste caso, a taxa de lucro cai, mas cai menos do que se não tivesse havido um rebaixamento do valor dos elementos do capital constante.

Mas o rebaixamento do valor dos elementos do capital constante pode impedir a realização de lei da queda tendencial da taxa de lucro no longo prazo? Somente se o rebaixamento do valor dos elementos do capital constante impedir o crescimento gradual no longo prazo do aumento da composição orgânica dos diversos capitais da sociedade. Se no longo prazo, a composição técnica dos diversos capitais da sociedade crescer numa proporção

maior do que a diminuição do valor dos elementos do capital constante, então a composição orgânica do capital cresce no longo prazo; se o rebaixamento do valor dos elementos do capital constante, no longo prazo, se der na mesma proporção ou for maior do que o aumento da composição técnica dos diversos capitais da sociedade, então a composição orgânica dos diversos capitais não cresce no longo prazo. Mas já vimos em 3.4.9 que para Marx, a composição técnica dos diversos capitais da sociedade, no longo prazo, cresce a uma proporção maior do que o rebaixamento do valor dos elementos do capital constante e, conseqüentemente, há um movimento contínuo de aumento da composição orgânica destes capitais. E com este aumento gradual da composição orgânica dos capitais, há uma queda da taxa de lucro paulatina e generalizada no longo prazo.

Com isto, concluímos que o rebaixamento do valor dos elementos do capital constante não pode impedir a realização no longo prazo da lei da queda tendencial da taxa de lucro. Apenas pode atenuar sua realização fazendo com que a taxa de lucro caia menos do que cairia se não houvesse esse rebaixamento do valor dos elementos do capital constante.

4.1.6. A mais-valia relativa como causa contrabalanceadora

De todas as causas contrabalanceadoras apresentadas por Marx, resta analisarmos a mais-valia relativa.

Como todas as demais causas contrabalanceadoras, a mais-valia relativa produz um efeito que se contrapõe à lei da queda tendencial da taxa de lucro porque faz a taxa de lucro crescer. Sendo assim, começaremos mostrando de que maneira a mais-valia relativa faz a taxa de lucro crescer; posteriormente, analisaremos de que modo este efeito da mais-valia relativa se relaciona com a lei da queda tendencial da taxa de lucro.

Para a compreensão dos efeitos da mais-valia relativa sobre a taxa de lucro, começaremos pressupondo que a composição orgânica do capital não se altera; isto nos permitirá compreender estes efeitos em sua “forma pura”, em concordância com o método de Marx das aproximações sucessivas.

Como expusemos em 3.4.3, a mais-valia relativa se refere a um aumento da massa de mais-valia em decorrência de uma diminuição dos custos com capital variável. Este acréscimo no valor da massa de mais-valia é sempre idêntico ao decréscimo no valor do capital variável. Portanto, a mais-valia relativa expressa um crescimento da massa de mais-valia em proporção aos custos com capital variável. Supondo que os custos com capital constante se mantenham inalterados, um aumento da massa de mais-valia em proporção ao capital variável significa

também um aumento da massa de mais-valia em proporção aos custos totais de um capital e, como a taxa de lucro expressa a relação proporcional da massa de mais-valia com os custos totais de um capital, então a mais-valia relativa acarreta em um aumento da taxa de lucro.

Vamos supor que um capitalista contrate 5 trabalhadores, que produzem sob seu comando durante 10 horas por dia. Sendo assim, estes trabalhadores produzem por dia um valor de 50 horas de tempo de trabalho socialmente necessário materializado nas mercadorias que eles produziram. Estas 50 horas de trabalho correspondem ao componente do trabalho vivo do valor total deste capital. Vamos supor também que o valor diário da força de trabalho individual seja de 5 unidades monetárias. Sendo assim, o capitalista deste nosso exemplo precisa desembolsar 25 unidades monetárias por dia com capital variável; como os trabalhadores sob comando deste capitalista produzem um conjunto de mercadorias que contêm um valor de 50 unidades monetárias, logo a massa de mais-valia obtida por este capitalista é de 25 unidades monetárias e a taxa de mais-valia é de 100%.

Agora vamos supor que tenha havido um aumento na produtividade dos ramos que produzem mercadorias para consumo da classe trabalhadora. Suporemos também que em razão deste aumento da produtividade, o valor diário da força de trabalho de cada trabalhador tenha caído de 5 unidades monetárias para 3 unidades monetárias. Sendo assim, o capitalista de nosso exemplo, que contrata 5 trabalhadores, agora tem de gastar 15 unidades monetárias ao dia com capital variável, e não mais 25 como antes. Mas o valor diário criado por estes 5 trabalhadores, supondo inalterada a jornada de trabalho, continua sendo de 50 unidades monetárias. Como o capital variável agora é de apenas 15 unidades monetárias, a massa de mais-valia passou a ser de 35 unidades monetárias. A taxa de mais-valia, que antes era de 100%, agora passou a ser de 233,33%.

Suponhamos que o valor que este capitalista gasta, por dia, com capital constante seja “x”. Sendo assim, a taxa de lucro, antes do aumento da taxa de mais-valia, se expressava na relação $\frac{25}{x+25}$; depois do aumento da taxa de mais-valia, a taxa de lucro passou a se expressar na relação $\frac{35}{x+15}$. Qualquer que seja o valor de “x”, isto é, qualquer que seja o valor gasto com capital constante, a massa de mais-valia cresceu em proporção aos gastos totais do capital; e portanto, a taxa de lucro cresceu. Se “x” for igual a 50, então antes do aumento da taxa de mais-valia, a taxa de lucro era de 33,33%; depois deste aumento, a taxa de lucro passou a ser de 53,84%. Se “x” for igual a 100, então antes do aumento da taxa de mais-valia, a taxa de lucro era de 20%; depois deste aumento, a taxa de lucro passou a ser de 30,43%.

Com esta conclusão, podemos agora direcionar nossa análise para a relação entre a lei da queda tendencial da taxa de lucro e o aumento da taxa de lucro proporcionado pela mais-valia relativa.

4.1.7. Relação entre a lei da queda tendencial da taxa de lucro e a mais-valia relativa

Como já afirmamos, Marx inicia sua análise da lei da queda tendencial da taxa de lucro analisando esta lei em sua “forma pura”, abstraindo dos efeitos contrários proporcionados pelas causas contrabalanceadoras. Procede aqui como os físicos que para determinar a velocidade de queda de um objeto, precisam primeiro considerar a força de gravidade que opera num objeto para depois considerar o efeito contrariante da resistência do ar sobre a força gravitacional; somente então é possível determinar a velocidade de queda do objeto. Da mesma maneira, o movimento real da taxa de lucro, quando consideramos o desenvolvimento do capitalismo num longo período, será dado pela colisão entre a tendência de queda da taxa de lucro, proporcionado pelo aumento da composição orgânica do capital, e as causas contrariantes a esta tendência, que a princípio, podem atenuar esta queda, e neste sentido, não impedem que a taxa de lucro caia ao longo do tempo, mas fazem com que caia menos do que cairia caso estas causas contrariantes não viessem a existir, ou então, pelo menos a princípio, podem anular esta tendência de queda da taxa de lucro no longo prazo.

Vimo anteriormente que há um grande debate entre os marxistas quanto à questão de se Marx concebera que a lei da queda tendencial da taxa de lucro é a tendência dominante, de modo que as causas contrabalanceadoras somente podem atenuar seus efeitos e, deste modo, no longo prazo, a taxa média de lucro dos diversos capitais da sociedade deve cair paulatinamente; ou então se, para Marx, as causas contrabalanceadoras podem não apenas atenuar a queda da taxa de lucro dos diversos capitais particulares da sociedade, mas impedir que esta queda se realize no longo prazo.

Este debate se justifica pelo fato de que Marx não chegou a concluir o terceiro volume de *O Capital*, que é a obra em que a lei da queda tendencial da taxa de lucro e as causas contrabalanceadoras são analisadas. O terceiro volume de *O Capital* foi publicado postumamente por Engels, que para tal, precisou editar os manuscritos que Marx havia redigido para este terceiro volume; mas estes manuscritos encontravam-se ainda inacabados. Alguns capítulos desta obra já se encontravam em fase de desenvolvimento mais avançado; porém, outros ainda precisavam ser bastante desenvolvidos; e o capítulo dedicado às causas

contrabalanceadoras da lei da queda tendencial da taxa de lucro, possivelmente, é um destes capítulos que não estavam pronto. Como afirma Paul Sweezy:

Como muitos outros pontos do volume III, ela [a análise das causas contrabalanceadoras] ficou inacabada, e podemos concluir com segurança que se Marx tivesse vivido o bastante para preparar o original para impressão teria feito acréscimos e revisões em vários pontos.⁶¹

Não apenas a análise das causas contrabalanceadoras ficou possivelmente inacabada, como também a investigação do efeito destas causas sobre a lei da queda tendencial da taxa de lucro. E, portanto, Marx não deixou por escrito de modo mais assertivo se a lei da queda tendencial da taxa de lucro é uma lei que, no longo prazo, deve necessariamente se realizar, ou se ela se coloca apenas como uma tendência, como uma possibilidade reversível.

Deste modo, os participantes do debate em torno desta lei, para defender sua interpretação, tiveram de buscar justificativas para seu posicionamento a partir de afirmações do autor, que corroboravam com sua interpretação, encontradas em outras passagens de *O Capital*; ou então, tiveram de demonstrar que suas conclusões derivam logicamente das teses estabelecidas de modo mais assertivo pelo filósofo alemão; ou por fim, tiveram que defender uma interpretação da versão não concluída do terceiro volume de *O Capital*.

Em nossa análise da lei da queda tendencial da taxa de lucro, procuramos demonstrar que as causas contrabalanecadoras contingentes possuem um efeito muito limitado em conter a tendência de queda da taxa de lucro. Quanto à causa contrabalanceadora do barateamento dos elementos do capital constante, procuramos demonstrar que ela pode atenuar mas não anular a lei da queda tendencial da taxa de lucro; fizemos isto nos baseando em afirmações assertivas do autor contidas em outras passagens de *O Capital*, incluindo aqui passagens do livro primeiro, e da *Teorias da Mais-valia*: o barateamento dos elementos do capital constante só pode anular a queda tendencial da taxa de lucro se impedir que a composição orgânica do capital cresça, mas Marx afirma de modo conciso que o barateamento dos elementos do capital constante apenas pode diminuir a velocidade com que a composição orgânica dos diversos capitais da sociedade aumenta, mas não pode impedir este aumento, como vimos em 3.4.9.

Parece-nos que o argumento da lei da queda tendencial da taxa de lucro teria ficado mais claro se Marx tivesse considerado o barateamento dos elementos do capital constante

⁶¹ SWEEZY, P. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*. Trad.:Waltensir Dutra. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p.88.

não como uma causa contrabalanceadora entre outras, mas se o autor tivesse precedido à exposição da lei com uma análise da relação entre o desenvolvimento da composição técnica dos diversos capitais e o barateamento paulatino dos elementos do capital constante. Somente porque a composição técnica média do capital social cresce a uma proporção maior do que o decréscimo do valor dos elementos do capital constante é que a composição orgânica média do capital social cresce; e somente porque a composição orgânica cresce é que há uma lei de queda tendencial da taxa de lucro.

Em nossa análise da relação entre a lei da queda tendencial da taxa de lucro e as causas contrabalanceadoras, nós chegamos, por enquanto, às seguintes conclusões: o barateamento dos elementos do capital constante não consegue impedir que a composição orgânica dos diversos capitais da sociedade cresça; em razão deste aumento da composição orgânica, há uma tendência de queda da taxa de lucro média do capital global; por fim, há causas contrabalanceadoras contingentes que podem atenuar esta tendência de queda da taxa de lucro, mas em razão de seu efeito limitado, não podem anulá-la. Se nossa exposição terminasse aqui, teríamos concluído que, com o desenvolvimento da produtividade do trabalho no interior das relações de produção capitalistas, haveria uma queda da taxa de lucro dos diversos capitais da sociedade. Mas há uma causa contrabalanceadora da lei da queda tendencial da taxa de lucro que ainda não analisamos em sua relação com esta lei: a mais-valia relativa.

O desenvolvimento da produtividade do trabalho produz tanto um aumento da composição orgânica dos diversos capitais da sociedade, o que acarreta em uma tendência de queda da taxa de lucro, e um aumento da taxa de mais-valia, por meio da mais-valia relativa, o que acarreta em uma tendência de subida da taxa de lucro. A pergunta que devemos nos fazer aqui é: a mais-valia relativa apenas atenua o efeito de queda da taxa de lucro proporcionado pelo aumento da composição orgânica do capital, assim como a resistência do ar não anula a força gravitacional mas diminui o módulo desta força, ou a mais-valia relativa pode impedir um movimento de queda da taxa de lucro média do capital global no longo prazo?

Para Paul Sweezy, não é possível determinar que a taxa de lucro deve cair no longo prazo, pois a mais-valia relativa pode anular por completo esta queda da taxa de lucro:

“[...] não há uma suposição geral de que as modificações na composição orgânica do capital sejam relativamente tão maiores do que as modificações na taxa de mais-valia, a ponto de dominarem os movimentos na taxa de lucro. Pelo contrário, parece que devemos considerar as duas variáveis como de importância mais ou menos equivalente”.⁶²

⁶² Ibid.p.90.

Em oposição a Paul Sweezy, sustentaremos que Marx estabelece limites para os efeitos contrabalanceadores da mais-valia relativa em relação à queda da taxa de lucro. E, portanto, sustentaremos que a queda tendencial da taxa de lucro se impõe como tendência dominante no longo prazo.

As razões que nos permitem tomar este posicionamento podem ser demonstradas a partir de uma dedução lógica de teses apresentadas por Marx de modo bastante assertivo e que já foram expostas anteriormente. Porém, podemos encontra-las no seguinte trecho extraído do terceiro volume de *O Capital*:

A lei da taxa decrescente de lucro, em que se expressa uma taxa igual ou até mesmo ascendente de mais-valia, significa, em outras palavras: dado um quantum determinado do capital social médio, tomando-se por exemplo um capital de 100, representam-se numa parte sempre maior do mesmo os meios de trabalho e numa parte sempre menor o trabalho vivo. Como, portanto, a massa global de trabalho vivo agregado aos meios de produção cai em relação ao valor desses meios de produção, assim também caem o trabalho não-pago e a parte de valor em que ela se representa, em relação ao valor do capital global adiantado. Ou: uma parte alíquota cada vez menor do capital global despendido se converte em trabalho vivo, e esse capital global absorve portanto, em proporção à sua grandeza, sempre menos mais-valia, embora a proporção da parte não-paga do trabalho empregado, em relação à parte paga do mesmo, possa simultaneamente crescer. O decréscimo proporcional do capita variável e o aumento do capital constante, embora ambas as partes cresçam absolutamente, é, como se disse, apenas outra expressa para a produtividade aumentada do trabalho.⁶³

Este trecho tem como premissa uma tese de Marx que já expusemos em 3.4.10: a de que o aumento da composição orgânica do capital acarreta também em um aumento da parte componente do capital correspondente ao trabalho morto em relação à parte componente de um capital correspondente ao trabalho vivo. Como vimos anteriormente, o valor total de um capital se divide entre os componentes do trabalho morto e do trabalho vivo. A soma do valor do trabalho morto com o trabalho vivo nos dá o valor total de um capital. Se o trabalho morto corresponder a 30% do valor total de um capital, então o trabalho vivo corresponderá a 70% do valor total de um capital; se o trabalho morto corresponder a 50% do valor total de um capital, então o trabalho vivo corresponderá a outros 50% do valor total deste capital. Mas como, em razão do aumento da composição orgânica do capital, o valor do trabalho morto passa a corresponder a uma parte cada vez maior do valor total de um capital, disto se segue que a parte que corresponde ao trabalho vivo vai diminuindo paulatinamente.

A massa de mais-valia, por outro lado, é sempre uma parcela de valor que é extraída do trabalho vivo, do valor criado pelos trabalhadores sob comando de um capitalista. O

⁶³ MARX, Karl. *O Capital*, volume III, tomo I. Trad.: Flávio R. Kothe e Regis Barbosa. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1986. p.166.

trabalho vivo, como vimos, se decompõe em uma fração que diz respeito ao capital variável e uma fração que diz respeito à massa de mais-valia; a soma da massa de mais-valia com o capital variável nos dá o valor total do trabalho vivo de um capital.

Com o aumento da composição orgânica do capital e, conseqüentemente, com o aumento proporcional do valor correspondente ao trabalho morto em relação ao valor correspondente ao trabalho vivo, a fração do trabalho vivo correspondente à massa de mais-valia passa a representar uma parcela cada vez menor do capital global. Ou em outros termos: com o aumento da composição orgânica do capital, o trabalho morto passa a representar uma porcentagem cada vez maior do valor total de um capital; e, portanto, o trabalho vivo passa a representar uma porcentagem cada vez menor do valor total de um capital; e conseqüentemente, as partes componentes do trabalho vivo passam a representar uma porcentagem cada vez menor do valor total de um capital; como a massa de mais-valia é uma parte componente do trabalho vivo, disto se segue que, com o aumento da composição orgânica do capital, a massa de mais-valia passa a representar uma porcentagem cada vez menor do valor total de um capital. Como a taxa de lucro mede a relação proporcional da massa de mais-valia com os custos do capital, a diminuição da massa de mais-valia em relação ao capital global significa que a taxa de lucro caiu.

Por outro lado, como vimos em 3.4.11, a mais-valia relativa faz com que a porcentagem que a massa de mais-valia representa do valor do trabalho vivo cresça e, conseqüentemente, a porcentagem que o capital variável representa do trabalho vivo decresce. E deste modo, a porcentagem que a massa de mais-valia representa do capital global também cresce, e com isto, cresce também a taxa de lucro. Mas a mais-valia relativa não faz a porcentagem que o trabalho vivo representa do valor total do capital se modificar. A mais-valia relativa faz a massa de mais-valia crescer às custas do capital variável, mas isto não altera o valor global do trabalho vivo, nem altera também a relação proporcional do trabalho morto com o trabalho vivo. Sendo assim, a mais-valia relativa faz a massa de mais-valia crescer dentro dos limites estreitos da parte componente do valor correspondente ao trabalho vivo.

Temos assim que, de um lado, a porcentagem que o trabalho morto representa do valor total do capital cresce irrestritamente; do outro lado, o crescimento da massa de mais-valia, em razão da taxa de mais-valia, sempre se dá dentro dos limites estreitos do valor do capital correspondente ao trabalho vivo. Mas como a porcentagem que o trabalho vivo representa do valor total do capital decresce com o aumento da composição orgânica do capital, disto se segue que os limites dentro dos quais o crescimento da massa de mais-valia pode compensar a

queda da taxa de lucro se tornam cada vez mais estreitos. Além disto, a porcentagem que a massa de mais-valia representa do trabalho vivo torna-se uma porcentagem cada vez menor do valor global do capital à medida que a porcentagem que o trabalho vivo representa do valor do capital global diminui; e deste modo, a taxa de lucro cai.

Vamos ilustrar isto com um exemplo.

Nesta subseção, estamos considerando as partes componentes de um capital segundo elas expressam as partes percentuais do valor total de um capital. Mas daria o mesmo se, ao invés disto, dividíssemos um capital de um valor total “x” em partes idênticas, cada qual composta por 100 unidades monetárias. Sendo assim, um capital com valor total de 10.000 unidades monetárias seria dividido em 100 partes, cada qual representando 100 unidades monetárias deste capital. Cada fração de 100 unidades monetárias deste capital representa a relação proporcional entre os componentes do capital total. Sendo assim, se um capital de 10.000 unidades monetárias se decompõe em 4.000 unidades monetárias de capital constante, 3.000 unidades monetárias de capital variável e 3.000 unidades monetárias de massa de mais-valia, então temos que, para cada 100 unidades monetárias deste capital, o capital constante corresponderá a 40 unidades monetárias deste capital, o capital variável corresponderá a 30 unidades monetárias deste capital, e a massa de mais-valia corresponderá a 30 unidades monetárias deste capital.

Vamos, portanto, considerar um capital com esta configuração:

$$C = 40 + 30 + 30.$$

Temos que o capital constante aqui corresponde a 40 unidades monetárias; sendo assim, o trabalho morto também corresponde a 40 unidades monetárias; o capital variável corresponde a 30 unidades monetárias e a massa de mais-valia corresponde também a 30 unidades monetárias. O trabalho vivo é de 60 unidades monetárias. A porcentagem que o valor do trabalho morto representa do valor global deste capital, é de 40%; e a porcentagem do trabalho vivo é de 60%. A porcentagem que a massa de mais-valia representa do trabalho vivo é de 50%, e a porcentagem que o capital variável representa do trabalho vivo também é de 50%.

Como a massa de mais-valia corresponde à metade do trabalho vivo, disto se segue que metade do valor que os trabalhadores produzem é restituído a eles sob a forma de salário; e metade do valor que os trabalhadores produzem se converte em mais-valia; sendo assim, a

taxa de exploração é de 100%; e por conseguinte, a taxa de mais-valia, que expressa a relação de $\frac{30}{30}$, também é de 100%.

A taxa de lucro deste capital expressa a relação de $\frac{30}{40+30}$, ou seja, a taxa de lucro é de 42,85%. Obteríamos o mesmo valor se ao invés de considerarmos uma parte alíquota de 100 deste capital, considerássemos o seu valor total. Deste modo, a taxa de lucro expressaria a relação de $\frac{3000}{4000+3000}$, que também daria uma taxa de lucro de 42,85%.

Agora vamos supor que tenha havido um aumento na produtividade deste capital, o que se refletiu em um aumento na composição orgânica deste capital; e como um aumento na composição orgânica do capital faz com que o trabalho morto cresça em proporção ao trabalho vivo, disto se segue que a porcentagem que o valor do trabalho morto representa do valor total do capital cresceu. Vamos supor que o aumento da composição orgânica do capital tenha sido tal que o trabalho morto, que antes correspondia a 40% do valor total do capital, agora passou a corresponder a 50% do valor total. Inversamente, a porcentagem que o valor do trabalho vivo representa do valor total do capital decresceu: se antes era de 60%, agora passou a ser de 50%.

Como o trabalho morto passou a representar metade do valor deste capital, então o capital constante, que é idêntico ao valor do trabalho morto, também passou a representar metade do valor deste capital.

Como a taxa de mais-valia não se alterou, então o valor da massa de mais-valia continuou representando uma porcentagem de 50% do trabalho vivo, e o capital variável também continuou representando uma porcentagem de 50% do valor total do trabalho vivo. Mas como a porcentagem que o valor do trabalho vivo representa do capital global decresceu, então as proporções percentuais que a massa de mais-valia e o capital variável representam do trabalho vivo decresceram em relação ao valor total do capital global.

Agora o capital constante, para cada 100 partes alíquotas do capital de nosso exemplo, passou a corresponder a 50 unidades monetárias; como o valor do trabalho vivo é de 50 unidades monetárias, e como esse valor se divide igualmente entre uma fração correspondente à massa de mais-valia e uma fração correspondente ao capital variável, logo o valor da massa de mais-valia passou a ser de 25 unidades monetárias e o capital variável também passou a ser de 25 unidades monetárias. Sendo assim, podemos representar esta nova configuração do capital do seguinte modo:

$$C = 50 + 25 + 25$$

A taxa de lucro, que antes era de 42,85%, agora passou a ser de 33,33%.

A massa de mais-valia, que representava uma porcentagem de 50% do valor do trabalho vivo antes do aumento da produtividade, continuou representando uma proporção percentual de metade do trabalho vivo depois do aumento da produtividade. Mas porcentagem que o valor do trabalho vivo representa do capital global caiu depois do aumento da produtividade do trabalho. Sendo assim, a massa de mais-valia, que continuou representando a mesma porcentagem do valor total do trabalho vivo, passou a representar uma porcentagem menor do capital global; e em razão disto, a taxa de lucro caiu.

A questão aqui é a seguinte: a massa de mais-valia sempre representa uma proporção percentual do valor do trabalho vivo. Quando a composição orgânica do capital cresce, a porcentagem do valor total de um capital que diz respeito ao trabalho vivo decresce; e com isto, a porcentagem que a massa de mais-valia representa do trabalho vivo acaba representando uma porcentagem cada vez menor do capital global.

Agora suporemos que tenha havido um aumento da massa de mais-valia em razão da mais-valia relativa. Isto significa que o valor da força de trabalho caiu; em razão disto, os trabalhadores receberão como pagamento pelo uso da sua força de trabalho uma parcela menor do trabalho que eles produziram. Ou seja, a porcentagem que o capital variável representa do trabalho vivo cairá; e inversamente, a porcentagem que a massa de mais-valia representa do trabalho vivo irá crescer.

Vamos supor que a taxa de mais-valia, em razão da mais-valia relativa, tenha crescido de 100% para 150%. Como a porcentagem que o valor do trabalho vivo representa do capital global não se modifica em razão da mais-valia relativa, então continuam sendo necessárias 50 unidades monetárias de capital constante para a criação de 50 unidades monetárias de trabalho vivo; o valor do trabalho vivo passou a ser decomposto em 30 unidades monetárias correspondentes à massa de mais-valia e 20 unidades monetárias correspondentes ao capital variável. Sendo assim, a nova configuração do nosso capital é a seguinte:

$$C = 50 + 20 + 30$$

O trabalho morto continua correspondendo a 50% do valor total do capital; e o trabalho vivo continua correspondendo a outros 50 % do valor total do capital. Mas por outro lado, o valor da massa de mais-valia passou a representar uma porcentagem maior do valor do trabalho vivo: antes da mais-valia relativa, esta porcentagem era de 50%; depois da mais-valia relativa, esta porcentagem passou a ser de 60%; em contrapartida, o valor do capital variável,

que antes representava 50% do valor total do trabalho vivo, agora passou a representar 40% do valor total do trabalho vivo.

A taxa de lucro, que depois do aumento da composição orgânica do capital caiu de 42,85% para 33,33%, agora, com o aumento da massa de mais-valia em razão da mais-valia relativa, voltou a ser de 42,85%.

Este crescimento da porcentagem que a massa de mais-valia representa do valor global somente foi possível porque ela passou a representar uma porcentagem maior do valor do trabalho vivo.

Utilizamos estes exemplos para tornar mais claro as consequências derivadas do aumento da composição orgânica do capital e da mais-valia relativa. Podemos agora demonstrar com maior clareza a razão pela qual a mais-valia relativa não pode conter a queda da taxa de lucro.

A porcentagem que o valor da massa de mais-valia representa do valor total do trabalho vivo é também sempre uma porcentagem que esta massa de mais-valia representa do valor total de um capital.

Para uma massa de mais-valia que representa 50% do trabalho vivo, se o trabalho vivo representar 50% do valor total do capital, então a massa de mais-valia irá representar 25% do valor total deste capital; se o trabalho vivo representar 30% do valor total, então os 50% que a massa de mais-valia representa do trabalho vivo irão representar 15% do valor total do capital.

A porcentagem que a massa de mais-valia representa do valor total de um capital será tanto maior quanto maior for a porcentagem que o trabalho vivo representa do valor total de um capital; e inversamente, a porcentagem que a massa de mais-valia representa do valor total de um capital será tanto menor quanto menor for a porcentagem que o trabalho vivo representa do valor total de um capital.

Temos também de considerar que tanto maior é a porcentagem que a massa de mais-valia representa do valor total de um capital, e tanto maior será a taxa de lucro; e inversamente, tanto menor é a porcentagem que a massa de mais-valia representa do capital global, então tanto menor será a taxa de lucro.

Para um capital dividido em partes iguais, cada qual composta por um valor de 100 unidades monetárias e representando a proporção percentual dos componentes deste capital, se a massa de mais-valia representar 30% deste valor, então a taxa de lucro expressará a relação de $\frac{30}{70}$, ou seja, a taxa de lucro será de 42,85%; se a massa de mais-valia representar

20% do valor deste capital, então a taxa de lucro expressará a relação de $\frac{20}{80}$, ou seja, ela será de 25%.

A mais-valia relativa faz com que cresça a porcentagem que a massa de mais-valia representa do trabalho vivo, mas ela não faz com que a porcentagem que o trabalho vivo representa do valor total do capital cresça. Como, em razão do aumento da produtividade do trabalho, a porcentagem que o valor do trabalho vivo representa do capital total decresce, então chegará um momento em que o crescimento da porcentagem que a massa de mais-valia representa do valor do trabalho vivo não conseguirá mais evitar que a porcentagem que a massa de mais-valia representa do valor total do capital decresça; e com isto, a taxa de lucro irá decrescer paulatinamente.

Em nosso exemplo, a configuração inicial de nosso capital, representado em uma parte alíquota de 100, era de $C = 40 + 30 + 30$, e a taxa de lucro era de 42,85%. Com o desenvolvimento da produtividade do trabalho e, conseqüentemente, com o aumento proporcional do trabalho morto em relação ao trabalho vivo, chegará um ponto em que, por mais que a taxa de mais-valia cresça, ela não poderá mais restituir a taxa de lucro inicial. Quando o trabalho morto crescer tanto a ponto de ele representar 71% do valor total deste capital, e isto significa dizer que o capital constante passou a representar 71% deste valor total, a taxa de lucro passará a ser sempre menor do que 42,85%, por maior que seja a porcentagem que a massa de mais-valia represente do trabalho vivo. A taxa de lucro do exemplo inicial expressava a relação de $\frac{30}{40+30}$, ou seja, ela expressava a relação de $\frac{30}{70}$. Se para cada 100 partes alíquotas deste capital, o capital constante passar a se constituir em 71 unidades monetárias, então, mesmo se supusermos a hipótese impossível de um capital que reduziu o valor de seu capital variável a zero, a massa de mais-valia não poderá ser maior do que 29 unidades monetárias destas 100 partes alíquotas; ou seja, no melhor dos mundos para este capital, a taxa de lucro expressará a relação de $\frac{29}{71}$, ou seja, a taxa de lucro deste capital nunca será maior do que 40,84%. Mas certamente, a taxa de lucro será sempre menor do que 40,84%, pois todo capital deve consistir também de capital variável.

Como, em razão do desenvolvimento da produtividade do trabalho, o valor correspondente ao trabalho morto deverá continuar crescendo em proporção ao valor que corresponde ao trabalho vivo, então o limite máximo da taxa de lucro deverá continuar sendo cada vez menor. Neste sentido, por maior que seja a porcentagem que o valor da massa de mais-valia representa do valor do trabalho vivo, esta massa de mais-valia representará uma

porcentagem do capital global cada vez menor. E, portanto, a taxa de lucro cairá cada vez mais.

A lei da queda tendencial da taxa de lucro não significa que o *quantum* de trabalho vivo produzido no interior das unidades produtivas capitalistas da sociedade tende a diminuir em termos absolutos; tampouco significa que a massa de mais-valia que os diversos capitais da sociedade absorvem tende a diminuir em termos absolutos; o que ela expressa é que, para que seja criado um mesmo *quantum* de trabalho vivo, os capitalistas precisam investir um valor com meios de produção cada vez maior; como a massa de mais-valia é uma fração do *quantum* de trabalho vivo criado nas unidades capitalistas, disto se segue que, para produzir um mesmo *quantum* de valor de massa de mais-valia, é necessário um gasto cada vez maior com valor de meios de produção. Como a taxa de lucro é uma medida da relação proporcional do valor da massa de mais-valia com o valor dos custos do capital, a lei da queda tendencial da taxa de lucro nada mais expressa senão que, no longo prazo, o valor da massa de mais-valia vai se tornando proporcionalmente menor em relação ao valor dos custos do capital com meios de produção, e com isso o valor da massa de mais-valia se torna menor em proporção aos custos totais do capital, ou segundo os termos de Marx: “caem o trabalho não-pago e a parte de valor em que ela se representa, em relação ao valor do capital global adiantado [leia-se, os custos do capital]”⁶⁴.

As causas contrabalanceadoras da queda tendencial da taxa de lucro que consistiam na diminuição do salário pago aos trabalhadores abaixo do valor da força de trabalho e no aumento da jornada de trabalho, que analisamos em 4.1.4, também encontram um limite de sua contenção da queda da taxa de lucro no aumento da porcentagem que o trabalho morto representa em relação ao valor total do capital. Ambas as causas contrariantes também consistem em um aumento percentual da massa de mais-valia em relação ao valor total do trabalho vivo. Mas, assim como a mais-valia relativa, elas não aumentam a proporção do trabalho vivo para o trabalho morto. E, portanto, com a diminuição percentual do trabalho vivo em relação ao valor total do capital, em decorrência do aumento da composição orgânica do capital, estas causas contrabalanceadoras também não podem evitar que, no longo prazo, a massa de mais-valia passe a representar uma parcela cada vez menor do valor total do capital.

A lei tendencial da queda da taxa de lucro decorre da concepção de Marx de que as relações de produção capitalistas possuem um impulso intrínseco em desenvolver as forças produtivas incessantemente, fazendo com que a produtividade do trabalho cresça a níveis

⁶⁴ Ibid. p.166.

inimagináveis até então. Com isto, cresce a composição técnica e orgânica do capital; e consequentemente, os diversos capitais da sociedade precisam gastar um valor cada vez maior com meios de produção para obter um mesmo *quantum* de massa de mais-valia; e portanto, um mesmo *quantum* de massa de mais-valia se torna cada vez menor em proporção com o valor desembolsado com os meios de produção.

Embora não seja nosso intento nesta dissertação analisar a verificabilidade da teoria de Marx, cabe fazer nota aqui de duas críticas feitas à concepção do autor acerca do impulso intrínseco das relações de produção capitalistas em desenvolver as forças produtivas interruptamente e do aumento da composição orgânica do capital como consequência deste desenvolvimento das forças produtivas.

Quanto à primeira, Paul Sweezy e Paul Baran, por exemplo, sustentam que, com o desenvolvimento das relações de produção capitalistas, surgem os capitais monopolistas. Como vimos, Marx entende que a razão que leva os capitalistas a investirem seu capital é a de obter vantagens em relação aos seus concorrentes, pois ao aumentarem a produtividade do trabalho que produz no interior de suas unidades capitalistas, estes capitais podem vender suas mercadorias por um valor inferior ao valor das mercadorias de seus concorrentes. Porém, como sustentam Paul Sweezy e Paul Baran, os capitais monopolistas, por não terem concorrentes nos seus ramos de produção, não possuem um impulso para desenvolver a produtividade do trabalho⁶⁵.

Quanto à segunda, Bresser-Pereira Filho, por exemplo, sustenta que o aumento da produtividade do trabalho pode ser obtido por novos meios de trabalho mais baratos do que os anteriores, de modo que este aumento na produtividade do trabalho implique em uma economia de gastos com meios de trabalho, como máquinas mais baratas [e computadores]. O economista brasileiro defende que a correlação entre aumento da produtividade e aumento de gastos com meios de trabalho é um padrão para o capitalismo do século XIX, mas não é um padrão para o capitalismo mais avançado⁶⁶.

4.1.8. A lei da queda tendencial da taxa de lucro como limite para a reprodução das relações de produção capitalistas

⁶⁵ SWEEZY, P; BARAN, P. *Monopoly Capital – An Essay on the American Economic and Social Order*. New York: Modern Reader Paperbacks, 1968.

⁶⁶ BRESSER-PEREIRA, L.C. *Lucro, Acumulação e Crise*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

Procuramos demonstrar nas subseções precedentes que Marx estabelece um movimento necessário de queda da taxa de lucro. Que o termo que ele emprega para este movimento seja o de uma “lei tendencial” não desfaz o fato de que esta “lei tendencial” tenha uma realização necessária, pois como o autor afirma no prefácio da primeira edição de *O Capital*, “as leis naturais da produção capitalista” são “tendências que atuam e se impõem com necessidade férrea”⁶⁷. O caráter tendencial destas leis se refere ao fato de que o modo de realização delas se faz de modo impreciso, podendo se realizar mais rápido ou mais devagar.

Mas esta noção de que o desenvolvimento do capitalismo implica em um movimento de queda da taxa de lucro não foi algo inventado por Marx. Esta é uma concepção compartilhada por boa parte dos teóricos da economia política clássica. David Ricardo, por exemplo, afirmava que, com o aumento populacional, que ele pensava ser consequência do desenvolvimento das relações capitalistas, a quantidade de produtos alimentícios, como trigo, teria também de aumentar; conseqüentemente, áreas de produção menos férteis teriam de ser usadas para poder dar conta do aumento da demanda por estes bens; mas a produção realizada em áreas menos férteis faz com que o valor individual dos bens de consumo primários aumente, e sendo assim, o salário que deve ser pago aos trabalhadores também deve aumentar, fazendo a taxa de lucro cair. O que diferencia a teoria de Marx da lei da queda tendencial da taxa de lucro da teoria dos demais economistas políticos da época, é que Marx associa esta queda da taxa de lucro ao desenvolvimento das forças produtivas.

Mas por qual razão uma tendência de queda contínua e irreversível da taxa de lucro, ainda que no longo prazo, deveria levar a um colapso do capitalismo?

A razão é a seguinte: o que faz a produção capitalista se realizar é a busca dos capitalistas pela valorização de seu capital, ou em outros termos, é a taxa de lucro. Esta é o “agulhão da produção capitalista”⁶⁸. É em razão desta taxa de lucro que os capitalistas compram meios de produção e o direito de uso da força de trabalho para comandarem o processo de produção por meio do qual as mercadorias são produzidas. Ou seja, a produção da riqueza material no interior das relações de produção capitalistas somente se realiza quando os níveis de taxa de lucro são grandes o suficiente para que os capitalistas se sintam motivados em investir seu capital. Isso se prova no fato de que as crises econômicas são sempre decorrentes de momentos de queda da taxa de lucro, seja qual for a causa desta queda, fazendo com que uma parte da produção social de riqueza fique estagnada.

⁶⁷ MARX, Karl. *O Capital*, volume I, tomo I. Trad.: Flávio R. Kothe e Regis Barbosa. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996. p.130.

⁶⁸ MARX, Karl. *O Capital*, volume III, tomo I. Trad.: Flávio R. Kothe e Regis Barbosa. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1986. p.183.

Sendo assim, se há uma tendência de queda contínua e irreversível da taxa de lucro, então chegará um momento em que os níveis de taxa de lucro estarão tão baixos que os capitalistas não se sentirão mais motivados em investir; e com isto, a produção material de riquezas, sob a forma da organização capitalista da produção social, tornará-se inviável. Como afirma Luiz Bresser Pereira:

Marx acompanhou os clássicos ao afirmar que a sustentação da taxa média de lucro acima de um nível mínimo é essencial para a sobrevivência do sistema capitalista. Este existe em função do lucro. Não há acumulação de capital, se não houver lucro para alimentá-la e lucro para estimulá-la. No momento em que a taxa de lucro cair abaixo de um mínimo, impossível de se determinar precisamente, os capitalistas deixarão de ter estímulo para acumular capital. Preferirão entesourar seu excedente e, neste momento, o sistema entrará em crise. Nestes termos, desde que Marx conseguisse demonstrar que a taxa de lucro possuía uma tendência a longo prazo a declinar, estava demonstrada a tese mais geral sobre o colapso do sistema capitalista.⁶⁹

No terceiro volume de *O Capital*, o próprio Marx expressa esta relação entre a tendência de queda da taxa de lucro e a impossibilidade da continuidade infinita das relações de produção capitalistas:

Portanto, os economistas que, como Ricardo, consideram o modo de produção capitalista como absoluto, sentem aqui que esse modo de produção cria uma barreira para si mesmo e, portanto, atribuem essa barreira não à produção, mas à natureza (na doutrina da renda) O importante, porém, em seu horror ante a taxa de lucro em queda, é a sensação de que o modo de produção capitalista encontra no desenvolvimento das forças produtivas uma barreira que nada tem a ver com a produção da riqueza enquanto tal; e essa barreira popular testemunha a limitação e o caráter tão-somente histórico e transitório do modo de produção capitalista; testemunha que ele não é um modo de produção absoluto para a produção da riqueza, mas que antes entra em conflito com seu desenvolvimento, em certo estágio.⁷⁰

Vemos assim que, para Marx, o desenvolvimento das forças produtivas estabelece um limite para a continuidade das relações de produção capitalistas como a forma de organização da produção social da riqueza material; mas a produção social da riqueza material deve continuar. Sendo assim, a forma capitalista de organização da produção social deve ser modificada quando esbarra neste limite histórico.

Qualquer que seja a forma de organização da produção social, ela deve consistir em uma coordenação do trabalho humano, o qual deve se combinar com os meios de produção para produzir a riqueza material sem a qual a sociedade não pode subsistir. Nas relações de produção capitalistas, o capitalista compra os meios de produção e o direito de usar a força de

⁶⁹ BRESSER-PEREIRA, L.C. *Lucro, Acumulação e Crise*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. p. 25-26.

⁷⁰ MARX, Karl. *O Capital*, volume III, tomo I. Trad.: Flávio R. Kothe e Regis Barbosa. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1986. p.184.

trabalho, combinando ambos os elementos e coordenando a força de trabalho para que esta produza mercadorias.

Mas o que motiva o capitalista a alocar os recursos produtivos não é a produção de riquezas em si mesma, mas a possibilidade de valorizar o seu capital. Se há um movimento paulatino e irreversível de queda da taxa de lucro, então chegará um momento em que as taxas de lucro dos diversos capitais da sociedade estarão tão baixas que os capitalistas não se sentirão mais motivados em investir seu capital. Isto fará com que eles deixem de comprar os meios de produção e o direito de uso da força de trabalho; sendo assim, os recursos da produção ficarão paralisados, e a produção social de riquezas ficará impossibilitada.

Mas isto não significa que a produção social da riqueza material se tornou impossível, mas sim que ela se tornou impossível sob a forma capitalista da organização da produção social; deste modo, a forma capitalista da organização da produção social deve ser substituída por outra forma de organização da produção social, para que assim, a produção social da riqueza, que é condição para a sobrevivência de qualquer sociedade, continue se realizando.

Sendo assim, o desenvolvimento da produtividade do trabalho no interior das relações de produção capitalistas, ou em outros termos, o desenvolvimento das forças produtivas, ao produzir um movimento de queda da taxa de lucro dos diversos capitais da sociedade, faz com que as relações de produção capitalistas não possibilitem mais a organização da produção social da riqueza material da sociedade; e neste sentido, estas relações entram em uma contradição absoluta com as forças produtivas.

Sustentaremos em 4.2 que, para Marx, o desenvolvimento ininterrupto das forças produtivas no interior das relações de produção capitalistas leva a uma outra consequência que também se converte em uma barreira para a continuidade das relações de produção capitalistas.

4.2. A automação ou a diminuição absoluta do trabalho no processo de produção

Em 4.1, procuramos defender que, com o desenvolvimento das forças produtivas, Marx teoriza que há uma diminuição relativa do valor correspondente ao *quantum* de trabalho criado nos processos de produção capitalistas em proporção ao aumento relativo do valor correspondente aos meios materiais de produção. Agora, procuraremos defender que o filósofo alemão estabelece uma outra consequência do desenvolvimento da produtividade do trabalho que também cria uma barreira para a continuidade das relações de produção

capitalistas: a diminuição absoluta do trabalho vivo no processo de produção de riquezas.

Encontramo-la no seguinte trecho extraído dos *Grundrisse*:

A troca de trabalho vivo por trabalho objetivado, i.e., o pôr do trabalho social na forma de oposição entre capital e trabalho assalariado, é o último desenvolvimento da relação de valor e da produção baseada no valor. O seu pressuposto é e continua sendo a massa do tempo de trabalho imediato, o *quantum* de trabalho empregado como o fator decisivo da produção da riqueza. No entanto, à medida que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva passa a depender menos do tempo de trabalho e do *quantum* de trabalho empregado que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que – sua poderosa efetividade –, por sua vez, não tem nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas que depende, ao contrário, do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção. (Por seu lado, o próprio desenvolvimento dessa ciência, especialmente da ciência natural e, com esta, todas as demais, está relacionado ao desenvolvimento da produção material.) A agricultura, p.ex., torna-se simples aplicação da ciência do metabolismo material, de forma a regulá-lo do modo mais vantajoso possível para todo o corpo social. A riqueza efetiva se manifesta antes – e isso o revela a grande indústria – na tremenda desproporção entre o tempo de trabalho empregado e seu produto, bem como na desproporção qualitativa entre o trabalho reduzido à pura abstração e o poder do processo de produção que ele supervisiona. O trabalho não aparece mais tão envolvido no processo de produção quando o ser humano se relaciona ao processo de produção muito mais como supervisor e regulador. (O que vale para a maquinaria, vale igualmente para a combinação da atividade humana e para o desenvolvimento do intercâmbio humano.) Não é mais o trabalhador que interpõe um objeto natural modificado como elo mediador entre o objeto e si mesmo; ao contrário, ele interpõe o processo natural, que ele converte em um processo industrial, como meio entre ele e a natureza inorgânica, da qual se assenhora. Ele se coloca ao lado do processo de produção, em lugar de ser o seu agente principal. Nessa transformação, o que aparece como a grande coluna de sustentação da produção e da riqueza não é nem o trabalho imediato que o próprio ser humano executa nem o tempo que ele trabalha, mas a apropriação de sua própria força produtiva geral, sua compreensão e seu domínio da natureza por sua existência como corpo social – em suma, o desenvolvimento do indivíduo social. O roubo de tempo de trabalho alheio, sobre o qual a riqueza atual se baseia, aparece como fundamento miserável em comparação com esse novo fundamento desenvolvido, criado por meio da própria grande indústria. Tão logo o trabalho na sua forma imediata deixa de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser a sua medida e, em consequência, o valor de troca deixa de ser [a medida] do valor de uso. O trabalho excedente da massa deixa de ser condição para o desenvolvimento da riqueza geral, assim como o não trabalho dos poucos deixa de ser condição do desenvolvimento das forças gerais do cérebro humano. Com isso, desmorona a produção baseada no valor de troca, e o próprio processo de produção material imediato é despido da forma da precariedade e contradição. [Dá-se] o livre desenvolvimento das individualidades e, em consequência, a redução do tempo de trabalho necessário não para pôr trabalho excedente, mas para a redução do trabalho necessário da sociedade como um todo a um mínimo, que corresponde então à formação artística, científica etc. dos indivíduos por meio do tempo liberado e dos meios criados para todos eles. O próprio capital é a contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza. Por essa razão, ele diminui o tempo de trabalho na forma do trabalho necessário para aumentá-lo na forma do supérfluo; por isso, põe em medida crescente o trabalho supérfluo como condição – questão de vida e morte – do necessário. Por um lado, portanto, ele traz à vida todas as forças da ciência e da natureza, bem como da combinação social e do intercâmbio social, para tornar a criação da riqueza (relativamente) independente do tempo de trabalho nela empregado. Por outro lado,

ele quer medir essas gigantescas forças sociais assim criadas pelo tempo de trabalho e encerrá-las nos limites requeridos para conservar o valor já criado como valor. As forças produtivas e as relações sociais – ambos aspectos diferentes do desenvolvimento do indivíduo social – aparecem somente como meios para o capital, e para ele são exclusivamente meios para poder produzir a partir de seu fundamento acanhado. De fato, porém, elas constituem as condições materiais para fazê-lo voar pelos ares.⁷¹

Exporemos agora a nossa interpretação deste texto.

Como vimos anteriormente, os capitalistas, na guerra comercial que travam entre si, procuram investir seu capital em máquinas cada vez mais sofisticadas, que diminuem a quantidade de trabalho objetificado em cada mercadoria individual. Com isto, estimulam o desenvolvimento da ciência, o progresso do conhecimento humano dos processos naturais, fazendo com que este conhecimento do mundo e de suas leis seja direcionado ao processo de produção.

Com este conhecimento cada vez mais avançado das leis da física e das propriedades materiais do mundo, chega um momento em que se torna possível, por meio da aplicação do conhecimento científico, manipular estas leis e propriedades físicas do mundo, de modo a fazer com que os próprios elementos materiais do processo de produção produzam a riqueza material; e conseqüentemente, a participação da força de trabalho vai se tornando cada vez menor no processo produtivo, até o ponto em que a força de trabalho se converte em mera supervisora ou reguladora da produção automatizada.

Com este desenvolvimento paulatino das forças produtivas, o trabalho humano deixa de ser o “agente principal” do processo de produção; a produção de riquezas “passa a depender menos do tempo de trabalho e do quantum de trabalho empregado”; e o fundamento da produção material se torna cada vez mais o “nível geral da ciência e do progresso da tecnologia”.

Com isto, o trabalho deixa de ser a fonte principal da riqueza material, tornando-se esta fonte o próprio “processo natural”, manipulado pela aplicação do conhecimento científico.

Vejamos porque isto estabelece um limite histórico para a continuidade das relações de produção capitalistas.

O fundamento da produção baseada no valor, ou seja, o fundamento da produção capitalista, é “o *quantum* de trabalho empregado como o fator decisivo da produção da

⁷¹ MARX, Karl. *Grundrisse*. Trad.: Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011. p.587-589.

riqueza”. O *quantum* de trabalho empregado como fator decisivo da produção de riqueza é um fundamento da produção capitalista por dois motivos:

Primeiro, porque as relações de produção capitalistas são uma forma particular, historicamente determinada, das relações de produção constituídas por classes. Assim como as relações de produção escravistas e feudais, as relações de produção capitalistas são comandadas por uma classe cujo interesse é extrair trabalho excedente dos produtores diretos.

Segundo, porque a especificidade das relações de produção capitalistas, enquanto relações de produção constituídas por classes, é a de que nestas relações, o produto do trabalho humano, assim como a própria força de trabalho, são mercadorias. Os capitalistas extraem mais-valia, trabalho excedente, por meio de um processo de produção de mercadorias. Sendo assim, a figura histórica da mercadoria é uma das bases essenciais das relações de produção capitalistas.

As mercadorias somente podem ser a forma história da riqueza material se a produção da riqueza material for medida em termos de valor, pois o próprio valor é uma propriedade necessária das mercadorias. E o valor, por sua vez, é uma medida do tempo de trabalho socialmente necessário empregado na produção da riqueza material. Sendo assim, as mercadorias somente podem se constituir como a forma histórica da riqueza material se a riqueza material for medida segundo o tempo de trabalho empregado para sua produção. Conseqüentemente, as relações de produção capitalistas somente podem ser a forma de organização da produção social se a riqueza material for medida segundo o tempo de trabalho empregado para sua produção.

Mas, com o desenvolvimento das forças produtivas no interior das relações de produção capitalistas, desenvolvimento este que se dá de modo ininterrupto e a taxas de crescimento jamais imaginadas nas formas econômicas precedentes, o trabalho deixa de ser o agente principal do processo de produção da riqueza material e, por conseguinte, o tempo de trabalho ou o *quantum* de trabalho empregado na produção da riqueza material deixa de ser o fator decisivo. Deste modo, a riqueza material não pode mais ser medida segundo o tempo de trabalho empregado em sua produção.

Quando “a criação da riqueza efetiva passa a depender menos do tempo de trabalho e do quantum de trabalho empregado”, passando a depender mais “do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia”, a própria medição da riqueza material segundo o *quantum* de trabalho empregado para a produção desta riqueza se torna obsoleta. E, portanto, o valor e a forma mercadoria da riqueza material também se tornam incompatíveis com esta nova

configuração da produção. E conseqüentemente, as relações de produção capitalistas, que têm como base a produção de mercadorias, se tornam inviáveis.

O capital é uma forma historicamente determinada das relações de produção configuradas pela extração do trabalho excedente dos produtores diretos; para fazer isto, ele precisa medir a riqueza produzida segundo o tempo de trabalho empregado na sua produção. Mas, em razão de que ele desenvolve as forças produtivas a taxas de crescimento jamais vistas, o trabalho deixa de ser o fundamento da produção de riquezas, e com isto, o tempo de trabalho deixa de ser a medida da riqueza. E, por conseguinte, o fundamento das relações de produção capitalistas é aniquilado.

No momento em que a produção material passa a ter como seu fundamento a “aplicação da ciência à produção”, a mera regulação dos “processos naturais”, e não mais o trabalho imediato, ou em outros termos, quando o trabalho deixa de ser o fundamento da produção da riqueza material, as formas de organização da produção material que têm como finalidade a extração do trabalho excedente deixam de ser compatíveis com esta nova configuração dos processos de produção, e, portanto, elas deixam de ser formas possíveis de organização da produção material.

Segundo este texto extraído dos *Grundrisse*, o desenvolvimento da ciência no interior das relações de produção capitalistas faz com que o trabalho vivo diminua não apenas em termos relativos, como é o caso da lei da queda tendencial a taxa de lucro, mas também em termos absolutos. O processo de produção de riqueza passa a consistir cada vez mais de elementos materiais aos quais corresponde o trabalho morto, fazendo com que o trabalho vivo vá se tornando um componente ínfimo do processo de produção.

Mas o objetivo pelo qual as relações de produção capitalistas organizam a produção material é o de obter o máximo de mais-valia possível em proporção aos custos totais com capital; e a mais-valia, como vimos, é sempre uma parte componente do trabalho vivo.

A partir do momento em que o processo de produção passa a ser dominado quase que por completo pelo trabalho morto, e o trabalho vivo se torna em um componente ínfimo da produção material, então a organização da produção social não pode mais ter como finalidade a extração de trabalho excedente, que é parte componente do trabalho vivo.

Quando o nível de desenvolvimento das forças produtivas era tão baixo que não tornava possível a existência de um excedente do trabalho, então as relações de produção fundamentadas na extração do excedente do trabalho não eram possíveis, ou em outros termos, elas se encontravam fora do conjunto possível de relações de produção. Com o desenvolvimento da produtividade do trabalho, chega um ponto em que os produtores

começam a produzir mais valores-de-uso do que precisam consumir para manter sua existência física; deste modo, torna-se possível que uma parte de sua produção material seja apropriada por outrem. Com este surgimento do tempo excedente de trabalho, as relações de produção baseadas na exploração do trabalho excedente se tornam possíveis. As condições materiais de existência das relações de produção capitalistas dependem de que o trabalho excedente disponível seja muito maior do que o trabalho excedente necessário para as relações de produção tributárias, escravistas e feudais; portanto, as relações de produção capitalistas somente se tornaram possíveis depois de um longo e demorado desenvolvimento das forças produtivas que se deu no interior das relações de produção pré-capitalistas. Com o desenvolvimento mais rápido das forças de produção que se realiza no interior da formação social capitalista, chega o momento em que o trabalho deixa de ser a fonte da produção da riqueza material, tornando-se esta fonte a aplicação do conhecimento científico, que passa a coordenar os processos naturais de modo a que estes passem a produzir a riqueza material. A partir disso, a produção de riquezas não pode mais ter como finalidade a exploração de trabalho excedente, e as figuras históricas dos produtores diretos e das classes dominantes que enriquecem a partir da exploração do trabalho excedente se tornam incompatíveis, em termos absolutos, com as condições materiais desenvolvidas no interior das relações de produção capitalistas, assim como as relações de produção correspondentes a estas figuras históricas.

Obviamente que, com estas considerações que versam sobre um desenvolvimento bastante extremo da automação, Marx não estava pensando na robótica ou na indústria 4.0. Mas isto não desfaz o fato de que a robótica e a indústria 4.0 são consequência do desenvolvimento das forças produtivas concebida por Marx; e que sua implementação, inevitável para as próximas décadas, tem gerado preocupações em lideranças políticas e empresariais em razão de suas consequências que podem ser muito desastrosas para a economia, como desemprego estrutural irreversível e, em decorrência disto, crises de superprodução. Mas sob a perspectiva do texto dos *Grundrisse* que analisamos nesta seção, estas consequências nada mais seriam senão sintomas de que as relações de produção capitalistas não são compatíveis com um processo produtivo em que o trabalho humano tornou-se desnecessário.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, vemos a seguinte afirmação de Marx:

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram.⁷²

Neste trecho, Marx está afirmando que os resultados possíveis da agência humana são delimitados pelas condições materiais; e sendo assim, o nível de desenvolvimento das forças produtivas estabelece o conjunto das formas possíveis de organização da produção social que os seres humanos podem estabelecer; a agência das classes sociais, e a resultante desta agência, tem um papel importante na determinação das formas de organização da produção social de uma época; mas esta agência não pode produzir resultados que não são tornados possíveis pelas condições materiais.

Procuramos demonstrar nesta dissertação que, para Marx, o desenvolvimento das forças produtivas que se realiza no interior da formação social capitalista transforma por completo as condições materiais de produção, fazendo com que as relações de produção capitalistas deixem de fazer parte do conjunto possível de relações de produção. Da mesma forma que, para um nível muito baixo de desenvolvimento das forças produtivas no qual o tempo de trabalho excedente dos produtores diretos inexistente ou não é grande o suficiente, as relações de produção capitalistas não são possíveis, para um nível muito mais avançado de desenvolvimento das forças produtivas, as relações capitalistas deixam de ser possíveis, seja em razão de que um certo *quantum* de trabalho excedente se tornou muito pequeno em proporção à quantidade de trabalho morto que deve ser empregado para a obtenção deste *quantum* de trabalho excedente, seja porque o próprio trabalho deixou de ser a fonte principal da riqueza material e, deste modo, a extração de trabalho excedente não pode mais ser a finalidade da organização da produção de riquezas. Com isto, temos aquilo que denominamos de contradição absoluta.

Os seres humanos são livres para estabelecer a forma de organização da sua produção material dentre as formas possibilitadas pelo nível de desenvolvimento das forças de produção; mas, se a forma de organização da produção material até então vigente deixou de fazer parte do conjunto de formas possíveis, então a manutenção desta forma não faz mais parte daquilo que os seres humanos podem fazer.

⁷² MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Trad.: Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, p.25.

Antes de finalizarmos esta dissertação, queremos fazer três rápidas considerações que dizem respeito a questões que não foram trabalhadas no texto, ou então, que não receberam uma atenção mais pormenorizada.

A primeira diz respeito ao desenvolvimento das forças de produção ao longo da história.

Alguns marxistas, como Robert Brenner e Ellen Meiksins Wood, partidários do marxismo político, sustentam que não há, na concepção do materialismo histórico formulada por Marx, a atribuição de uma tendência de desenvolvimento das forças de produção ao longo de toda a história. Segundo esta interpretação, o desenvolvimento das forças produtivas pode ou não ocorrer ao longo da história em sua totalidade; somente as relações de produção capitalistas teriam um impulso intrínseco em promover este desenvolvimento e, portanto, não seria justificável atribuir este impulso às formas econômicas pré-capitalistas.

Temos de considerar aqui que Marx não realizou um estudo aprofundado das formações sociais pré-capitalistas; o grosso de seu trabalho consistiu em uma investigação das relações de produção capitalistas. Mas ainda assim, há inúmeras referências em que Marx atribui esta tendência de desenvolvimento das forças de produção ao processo histórico como um todo, e não apenas à etapa deste processo correspondente às relações de produção capitalistas.

É verdade que o filósofo alemão atribui apenas às relações capitalistas a natureza específica de promover um desenvolvimento ininterrupto das forças produtivas; mas do fato de que as formas econômicas pré-capitalistas não desenvolvam as forças produtivas de maneira ininterrupta não se segue que elas não desenvolvam as forças produtivas. É verdade também que Marx adjetiva as formações sociais pré-capitalistas como “conservativas”. Porém, concordamos com Cohen aqui que isto não significa que elas não promovam o desenvolvimento das forças produtivas, mas sim que elas promovem este desenvolvimento de um modo muito mais lento se comparado com o desenvolvimento das forças produtivas no interior da formação social capitalista:

Pre-capitalist relations are conservative not only in that they afford no direct stimulus to the productive forces, but also in that the progress which occurs within them is very slow, when compared with what happens under capitalism.⁷³

⁷³ COHEN, G.A. *Karl Marx's Theory of History – A Defence*. Princeton: Princeton University Press, 2000. p. 171

Ainda que as formações sociais pré-capitalistas não tenham um motivo estrutural para desenvolver as forças produtivas, qualquer que seja a formação social que consideremos, o efeito do emprego de métodos de trabalho e tecnologias que aumentam a produtividade do trabalho é, via de regra, mais benéfico do que o seu não emprego ou do que o emprego de métodos de trabalho e tecnologias que diminuem a produtividade do trabalho. Sendo assim, ainda que em uma formação social não haja um impulso intrínseco em desenvolver as forças de produção incessantemente, quando são feitas descobertas que permitem aumentar a produtividade do trabalho, tenham sido feitas estas descobertas de modo casual ou tenham sido feitas intencionalmente em razão da resolução de problemas de escassez, é mais provável que elas sejam empregadas do que os seres humanos optarem pelo emprego de métodos e tecnologias que diminuam a produtividade do trabalho. A consequência disto, no longo prazo, deve ser a de um aumento da produtividade do trabalho, ainda que de modo bastante lento.

A segunda consideração que devemos fazer diz respeito à possibilidade de regressão das forças produtivas e à escala de tempo em que Marx considera que o desenvolvimento das forças de produção se realiza.

Que as forças de produção se desenvolvem ao longo da história, disto não se segue que não possa haver períodos históricos em que elas regridam, como é assumido por Marx em uma consideração sobre a queda do império romano: “Os últimos séculos do Império Romano em declínio e sua conquista pelos bárbaros destruíram uma enorme quantidade de forças produtivas”⁷⁴.

Temos que ter em consideração aqui que quando Marx fala do desenvolvimento das forças de produção ao longo da história, ele está considerando esta em sua totalidade, ou seja, a escala de tempo dentro da qual ele atribui este movimento de desenvolvimento é realmente grande. Neste sentido, quando consideradas em uma escala de tempo de décadas ou mesmo alguns séculos, pode acontecer de as forças de produção ficarem estagnadas ou mesmo regridam em uma sociedade. Mas tanto mais amplo é o período de tempo no qual se tome em consideração o processo histórico, e tanto mais o desenvolvimento das forças produtivas deve se impor como a tendência dominante.

Por fim, a terceira consideração que temos de fazer é a seguinte: procuramos demonstrar nesta dissertação a possibilidade de interpretarmos a contradição das relações de produção com as forças produtivas no sentido de contradição absoluta; para tal, sustentamos que ela se encontra presente na investigação de Marx das relações de produção capitalistas. Se

⁷⁴ MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. Trad.: Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 90-91.

tivermos sido bem sucedidos nesta realização, ao menos justificamos que esta interpretação da contradição é possível; mas não demonstramos de que modo uma contradição absoluta poderia se dar com outras formas de organização econômica. Embora esta outra demonstração exceda as possibilidades conclusivas do desenvolvimento de nossa pesquisa até o momento, achamos oportuno ao menos apresentar uma hipótese inicial para defender a impossibilidade de que relações de produção que possuem um vínculo necessário ao trabalho aplicado à terra possam se reproduzir infinitamente.

As formas de organização da produção social tributária e feudal, por exemplo, possuem uma materialidade necessária vinculada à terra, e portanto, são formas de organização de processos de trabalho que se aplicam à terra; e sendo assim, são relações de produção cujo fundamento e finalidade é a extração do excedente de um trabalho que se aplica à terra.

Com o desenvolvimento da produtividade do trabalho que se aplica à terra, decorre uma consequência necessária: a força de trabalho é liberada para se aplicar em outros ramos produtivos que não se vinculam à produção agrícola.

Sendo assim, se assumimos a premissa de que as forças produtivas se desenvolvem ao longo da história, ainda que, em alguns períodos históricos, a taxas de crescimento muito vagarosas, então dificilmente poderemos deixar de assumir que haverá algum momento, ao longo deste processo de desenvolvimento, em que a divisão social do trabalho se diversificará e a força de trabalho dos produtores diretos passará cada vez mais a se desvincular da produção aplicada à terra – e possivelmente este é o pano de fundo silencioso a partir do qual se originaram as relações de produção capitalistas

Não podem existir relações feudais de processos produtivos artesanais, manufatureiros ou industriais. Portanto, com o surgimento de outros ramos de produção, correspondentes a outros processos produtivos, torna-se necessário o estabelecimento de novas formas de organização da produção social.

Se o desenvolvimento da produtividade do trabalho alcança um ponto em que a maior parcela da força de trabalho dos produtores diretos não está mais associada ao trabalho aplicado no campo, então as relações feudais, que são relações que possuem uma materialidade vinculada à terra, ou em outros termos, que são uma forma de organização da produção social que explora excedente de trabalho vinculado à terra, não podem mais ser as relações por meio das quais se extrai a maior parte do excedente econômico dos produtores diretos. E por conseguinte, não podem mais ser as relações de produção dominantes de uma época.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. *Considerações Sobre o Marxismo Ocidental*. Trad.: Manuel Resende. Porto: Edições Afrontamento.

BRESSER-PEREIRA, L.C. *Lucro, Acumulação e Crise*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

COHEN, G.A. *Karl Marx's Theory of History – A Defence*. Princenton: Princenton University Press, 2000.

LEVINE, A; SOBER, E; WRIGHTM E.O. *Reconstruindo o Marxismo*. Trad.: Pedrinho A. Guareshi. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.

MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. Trad.: Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. *A Miséria da Filosofia*. Trad.: José Paulo Netto. São Paulo: Global Editora, 1985.

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Trad.: Florestan Fernandes. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. *Grundrisse*. Trad.: Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Trad.: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2009.

MARX, Karl. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.

MARX, Karl. *O Capital*, volume I, tomo I. Trad.: Flávio R. Kothe e Regis Barbosa. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

MARX, Karl. *O Capital*, volume I, tomo II. Trad.: Flávio R. Kothe e Regis Barbosa. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

MARX, Karl. *O Capital*, volume III, tomo I. Trad.: Flávio R. Kothe e Regis Barbosa. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1986.

MARX, Karl. *Wage, Labour and Capital*. New York: Internacional Publishers, 1976. p.28

ROSDOLSKY, R. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Trad.: César Benjamin. Rio de Janeiro: contraponto, 2001.

SWEEZY, P; BARAN, P. *Monopoly Capital – An Essay on the American Economic and Social Order*. New York: Modern Reader Paperbacks, 1968.

SWEEZY, P. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*. Trad.:Waltensir Dutra. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

WOOD, E.M. *Democracy Against Capitalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.